



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 88

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 14 de janeiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos foram apresentados e votados diversos votos.

- [Voto de Congratulação pelos “100 anos da Edificação do Observatório Meteorológico Príncipe Alberto I do Mónaco”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos “150 anos do Teatro Micaelense”](#), novamente apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*) e Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

O voto supramencionado foi aprovado por maioria.

- **Voto de Protesto “ao Governo Regional, por ainda não ter tomado as devidas medidas para resolver a questão de modo a assegurar o direito à habitação de inúmeras famílias, economicamente carenciadas, na ilha de S. Miguel”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, o qual foi rejeitado por maioria.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

- **Voto de Protesto “ao Governo Regional, pela injustificável não ativação do Fundopesca, a centenas de pescadores que por dificuldades alheias à sua vontade enfrentam uma situação de calamidade económica e social”**, apresentado novamente pela Representação Parlamentar do BE, o qual também foi rejeitado por maioria.

Usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), para fazer a apresentação do voto, e os Srs. Deputados José Ávila (*PS*) e Luís Garcia (*PSD*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Machado Soares**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais precisamente pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Machado Soares**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, o qual foi aprovado por unanimidade, após a leitura feita pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José de Almeida**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o voto foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Costa Rosa Bruno**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*) e Lúcio Rodrigues (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José de Almeida**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, o qual foi aprovado por maioria, após a leitura feita pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Augusto Sodré Aguiar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do meteorologista açoriano Anthímio de Azevedo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), para fazer a respetiva apresentação, e Pedro Moura (*PS*).

Seguiu-se a Agenda da Reunião onde foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Resolução n.º 92/X – “Recomenda ao Governo Regional que crie um projeto que assegure a prioridade no encaminhamento de desempregados que constituam um agregado monoparental”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a exposição de motivos feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) o diploma foi retirado pelo proponente.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/X – “Atribuição da designação de «Tesouro Regional» à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), iniciou-se o debate no qual participaram os/as Srs./as Deputados/as Renata Correia Botelho (*PS*), Berto Messias (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade, tanto na generalidade como em votação final global.

- **Petição n.º 31/X – “Pelo aumento do acréscimo regional ao salário mínimo na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Vítor Silva, CGTP-Açores.

Após a leitura do relatório pelo relator da Comissão de Economia, Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Rogério Veiros (*PS*), António Marinho (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/X - “Regime de integração excecional de docentes contratados mediante concurso interno e externo extraordinário em 2015”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria, após a sua apresentação, feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o qual proferiu uma declaração de voto.

- **Petição n.º 25/X – “A população da ilha de São Jorge rejeita os Point-of-Care”**, apresentada por Ana Bela Oliveira.

Apresentado o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, pela sua relatora, Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a António Pedroso (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Rogério Veiros (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraida Soares (*BE*).

- **Projeto de Resolução n.º 94/X – “Pedido de admissão dos Açores, na qualidade de membro associado, à Organização Mundial do Turismo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Ana Espínola (*CDS-PP*), António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Resolução n.º 6/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013”, apresentada pela Mesa da ALRAA](#), a qual foi aprovada por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X – “Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril”](#).

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*), a mesma foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como em votação final global.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 26 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Joaquim Ferreira Machado
José Maria de Medeiros Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz Rendeiro
Maria Judite Gomes Parreira
Paulo Henrique Parece Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro
Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola
Artur Manuel Leal de Lima
António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberto a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP.

Como é habitual vamos começar pelos votos.

O primeiro é um Voto de Congratulação pelos “100 anos da Edificação do Observatório Meteorológico Príncipe Alberto I do Mónaco”.

É apresentado pelo CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 100 anos da Edificação do Observatório Meteorológico Príncipe

Alberto I do Mónaco

O Observatório Meteorológico da Horta foi construído com a finalidade de servir como estação meteorológica, função que conserva até aos nossos dias, prestando serviços técnicos e científicos de grande relevância a nível nacional e a nível internacional.

A construção do seu edifício ficou concluída em 1915, e nessa altura recebeu o nome de Observatório Meteorológico da Horta, fazendo este ano um século de existência.

Em 1923 o observatório meteorológico passa a designar-se Observatório Meteorológico Príncipe Alberto I do Mónaco, em homenagem a Albert Honoré Charles Grimaldi, pela atividade científica por ele desenvolvida no arquipélago, onde efetuou 13 campanhas ao longo de 30 anos nomeadamente na área da Oceanografia, e por ter sido pioneiro em alguns estudos de batimetria, o que permitiu por exemplo a descoberta de um grande banco a sul da ilha do Pico, que denominou de "Banco Princesa Alice" e da "Fossa do Hironnelle".

De acordo com Filipe Porteiro: O Príncipe Alberto I "Estudou todos os componentes da vida marinha, desde bactérias e fitoplâncton, até peixes, tartarugas e baleias, da superfície até cerca de 5000 m de profundidade. As amostras biológicas recolhidas geraram os inventários mais abrangentes da fauna oceânica do mar dos Açores".

Alberto I do Mónaco faleceu em junho de 1922 e, no ano seguinte, "em homenagem ao interesse que sempre lhe mereceu a fundação e os progressos do Serviço Meteorológico dos Açores, que tão valiosos serviços já tinha prestado à

ciência”, o Governo Português, por decreto, resolveu então dar ao Observatório Meteorológico da Horta o nome de Observatório Príncipe Alberto I do Mónaco. É a relação de Alberto I do Mónaco com os Açores que leva ao estabelecimento de uma estreita amizade com Carlos I de Portugal, uma vez que ambos partilhavam o mesmo interesse pelos assuntos do mar e pela oceanografia.

No sismo de 9 de julho de 1998, esse imóvel foi severamente danificado, pelo que houve necessidade de o reabilitar. Colaboraram nessa reabilitação e restauro do Observatório Meteorológico Príncipe Alberto I do Mónaco, o então Instituto de Meteorologia (atual Instituto Português do Mar e da Atmosfera), em colaboração com a Câmara Municipal da Horta, que contribuiu com a iluminação cénica do edifício, e com o apoio financeiro do Principado do Mónaco, através da pessoa de Sua Alteza Sereníssima, o Príncipe Alberto II do Mónaco.

Em 2010, o Príncipe Alberto II do Mónaco visitou o Observatório Meteorológico na Horta, cujo nome homenageia o seu trisavô, que tal como ele, foi chefe da Casa Grimaldi.

Atualmente, o edifício também abriga ainda uma estação de observação e acompanhamento vulcanológico e de registo sismográfico. Para além dessas componentes, o Observatório realiza ainda observações meteorológicas, sendo uma das quatro estações de referência da rede mundial de climatologia (Regional Basic Climatological Network - RBCN).

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo centenário da edificação do atualmente designado Observatório Meteorológico Príncipe Alberto I do Mónaco, do qual deve ser dado conhecimento formal à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Horta, à Delegação dos Açores do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, ao consulado Geral do Mónaco em Lisboa e a Sua Alteza Sereníssima, o Príncipe Alberto II do Mónaco.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015.

Os Deputados, Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e sendo a primeira vez que falo aqui, na nossa Casa, o Parlamento açoriano,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Casa da Autonomia!

O Orador: ... queria desejar um bom ano a todos, sem exceção, com os maiores sucessos profissionais e políticos.

Relativamente ao voto apresentado pelo CDS-PP, naturalmente que o Partido Socialista se associa ao voto apresentado, pelo que a Sra. Deputada Ana Espínola expôs ao longo do voto, mas também pela relação que o Príncipe tinha com o mar.

Como sabemos, todos nós, açorianos, mantemos uma relação especial com o mar e os faialenses também, nas suas componentes quer científicas, mas também náuticas, nomeadamente de recreio.

Aliás, em 2010, aquando da visita do Príncipe Alberto do Mónaco II, ficou bem patente na nossa baía todo o universo de embarcações de recreio e desportivas na receção que fizeram ao Príncipe Alberto.

Mas também associamo-nos a este voto pelos 100 anos do Observatório pela relação que este Observatório tem mantido ao longo dos anos com as escolas e com o ensino da Ilha.

Não há aluno nenhum que não tenha tido o prazer de visitar e aprender naquele Observatório.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi ao Grupo Parlamentar para ser eu a associar-me a este voto do CDS-PP por razões, diria, familiares.

O meu avô materno foi responsável pelo Observatório Meteorológico da Horta Príncipe Alberto do Mónaco durante cerca de 30 anos.

A minha mãe nasceu no Observatório Meteorológico da Horta e eu passei largas férias de verão, dado que os professores na altura tinham cerca de três meses de férias, o que me permitia passar um mês e meio em casa dos avós maternos e um mês e meio em casa dos avós paternos do outro lado da cidade, na Conceição.

Portanto, tenho fortíssimas relações familiares e pessoais com aquele Observatório e para além das relações familiares que me unem àquele edifício e ao conteúdo daquele edifício...

Acompanhei inclusive muitas vezes as observações noturnas que de algum tempo a esta parte são registadas informaticamente, mas na altura era a “olhômetro”, ou seja, os observadores tinham que se deslocar aos equipamentos para fazer a respetiva observação. Por curiosidade de criança, na altura, acompanhei o meu avô nessas tarefas por algumas vezes.

Mas dizia eu que o observatório, para além de tudo isso, para além dessa relação de afetividade que tenho com aquele edifício, é também um marco importantíssimo na cidade da Horta, não só pela sua posição, pela sua localização, visto de qualquer ponto da cidade da Horta, mas também porque durante muitos e muitos anos foi local de investigação, investigação científica à dimensão e há época, mas que muito contribuiu para que os Açores também fossem considerados uma referência, diria eu, mundial, nas questões meteorológicas.

Permitam-me referir aqui uma curiosidade contada em família. O Tenente Coronel José Augustinho, que na altura era o responsável pela rede

meteorológica regional, participou num congresso internacional de grande importância e foi o primeiro cientista nesse congresso, não levado a sério na altura porque vinha de um sítio chamado Açores que pouca gente sabia o que é que era, a referir o conceito de Unidade Absoluta.

Todos nós conhecemos o conceito de Unidade Relativa. Estamos perfeitamente familiarizados com esse conceito no Boletim Meteorológico que todos os dias podemos ver nas estações de televisão, mas a Unidade Absoluta foi um conceito apresentado pelo Tenente Coronel José Augusto, um cientista proeminente da Terceira, o qual era responsável pela rede meteorológica.

Por todos esses motivos – e perdoem-me ter-me estendido um pouco nos argumentos, mas a relação de afetividade assim me obrigou – o PSD associa-se a esta efeméride de um tão importante edifício, não só como edifício mas também pelo seu conteúdo que durante largos anos contribuiu para o desenvolvimento da meteorologia nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, então agora, sim, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo e último Voto de Congratulação é também do CDS-PP e refere-se aos 150 Anos do Teatro Micaelense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelos 150 anos do Teatro Micaelense

O Teatro Micaelense foi oficialmente inaugurado em 1865, mesmo não estando tal Equipamento Cultural totalmente edificado.

A estreia foi na época considerada auspiciosa tendo sido na altura composto um hino propositadamente para esse evento e que tornou a cerimónia ainda mais singular.

Tratava-se de uma obra que possuía uma matriz neoclássica com semelhanças aos teatros Apolo e Trindade em Lisboa.

O Teatro Micaelense foi um espaço planeado para a realização de eventos culturais, profissionais e sociais. «O Teatro testemunhou a agitação social da última metade do século XIX e princípio do século XX, sobreviveu à queda da monarquia, assistiu à implantação da República, e às constantes rotações de poder, acolheu ensejos, autonomistas e independentes, assistiu à pobreza e doenças circundantes, à partida de imigrantes e de jovens para o combate sangrento que foi a I Grande Guerra e participou do progresso e da cultura em São Miguel».

Há medida que o tempo foi passando, este espaço foi sendo remodelado e adaptado às exigências do público aristocrata que o frequentava, como também ao progresso.

Em 1930, o Teatro Micaelense foi alvo de um violento incêndio, tendo sido o seu interior reduzido a cinzas, escapando apenas os camarins, o foyer, o café anexo e algum mobiliário.

Dos escombros do antigo edifício saíria a edificação de um novo teatro. O arquiteto escolhido para desenhar o novo Teatro foi Raul Rodrigues Lima, autor do Cineteatro Monumental em Lisboa, sendo então esse novo edifício marcado por linhas severas e volumes racionais, com a presença de alguns elementos seiscentistas que caracterizavam a estética arquitetural dos anos 40.

O novo processo de edificação iniciou-se em 1946, e previa uma sala de espetáculos, em forma de leque que acomodaria 1200 espectadores que se distribuíam por dois pares de frisas de cena junto do palco, com fosso de orquestra, primeiro balcão precedido de camarotes abertos avançando sobre a plateia e um segundo balcão elevando-se separadamente por detrás do primeiro.

Em 2001, houve nova reformulação deste equipamento cultural onde se apostou na modernização e potenciamento do espaço para revitalizar o Teatro, adequando-o às novas exigências técnicas e permitindo uma maior capacidade de resposta de toda a estrutura. O arquiteto Manuel Salgado foi o responsável pelo projeto de recuperação, rasgando novas áreas e aproveitando outras que não tinham sido concluídas, de modo a que o espaço pudesse ter múltiplas funções (espetáculos, exposições, congressos, seminários e conferências).

Por ser um equipamento cultural de referência regional, que marcou claramente a cultura e as vivências culturais dos micalenses, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação por este ano se comemorarem os 150 anos do Teatro Micaelense, do qual deve ser dado conhecimento formal à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de São Sebastião e à Sociedade Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A..

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015

Os Deputados, Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD evidencia muito generosamente o “espírito cultural” deste Voto de Congratulação proposto pelo CDS-PP, mas não pode deixar de denunciar o deficiente rigor histórico que lhe está subjacente.

Em boa verdade, o Teatro Micaelense não comemora 150 anos de existência.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O que aconteceu é que Ponta Delgada teve dois teatros diferentes, em duas fases distintas, embora com uma designação comum.

O teatro primitivo foi inaugurado a 25 de março de 1865 e destruído completamente por incêndio a 9 de fevereiro de 1930.

Localizava-se onde antes foi construída a antiga Igreja de São José e onde hoje se encontra o Jardim de Senas Freitas, frente ao Palácio da Conceição.

O atual Teatro Micaelense foi construído duas décadas depois, por iniciativa de Francisco Luís Tavares, diretor-delegado da Companhia de Navegação Carregadores Açorianos.

Foi inaugurado a 31 de março de 1951, noutra freguesia da cidade, no atual Largo de São João.

Aliás, curiosa e significativamente, esta Assembleia, em 2001, aprovou um Voto de Congratulação, por unanimidade, proposto pelo PSD, pelos 50 anos da construção do Teatro Micaelense.

Portanto, não é correto considerar tratar-se de um mesmo teatro, com 150 anos, e muito menos afirmar que – e cito – “dos escombros do antigo edifício sairia a edificação de um novo teatro”.

Pela falta de rigor histórico, não podemos se não abster-nos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Sendo a minha primeira intervenção também gostaria de muito rapidamente desejar um bom ano a todos, com trabalho profícuo e salutar em prol do bem comum que nos une, que são estas nove ilhas que nos cabe viver.

Relativamente a este Voto de Congratulação devo dizer que também apanhou, digamos, o Partido Socialista de surpresa e criou-nos alguma estupefação, pois, e fazendo uso, perdoe-me o Sr. Deputado José Andrade, das suas palavras e da resenha histórica factual que aqui nos trouxe, não é em bom rigor correto dizer que se comemora 150 Anos do Teatro Micaelense.

Aliás acrescento que nem o próprio Teatro Micaelense está de todo a fazer essa comemoração. Neste momento estão a comemorar os 10 anos da reabertura com um programa conhecido de todos nós, com um programa rico em atividades diversas, recorrendo muito à, chamemos, prata da casa, e trazendo nomes importantes também da nossa cultura nacional à Ilha de São Miguel.

No entanto, com toda a importância, com a incontornável relevância cultural que tem aquela estrutura, o Partido Socialista não poderá votar favoravelmente um voto que considera inexato do ponto de vista histórico.

Portanto, irá também abster-se, não sem antes ressaltar ou reforçar que realmente este é o segundo Teatro Micaelense (tem em comum o nome). O atual Teatro Micaelense inaugurado em 1951, como já aqui foi referido, é, aliás, no outro lado da cidade.

Estamos a falar de freguesias distintas da cidade.

Portanto, com pena nossa, não poderemos votar favoravelmente uma congratulação que nos parece despropositada. Daí a nossa abstenção.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um Voto de Congratulação pelos 150 Anos do Teatro Micaelense. Ora, o Teatro Micaelense, com essa designação, existe há 150 anos.

O que acontece, na justificação para este voto (e volto a citar e a referir), é que o Teatro Micaelense, independentemente do sítio onde se localiza, e não está aqui dito, foi um espaço que viveu e foi extremamente importante para a realização de vários eventos ao longo da sua história como designação. Acolheu autonomistas, independentes e foi importantíssimo no desenvolvimento cultural dos Açores e de São Miguel.

É exatamente isto que é efetivamente importante na comemoração do Teatro Micaelense.

Sendo assim, apesar de haver alguma (e admito que possa haver!) inexatidão nas fontes que consultei, a grande questão que se coloca aqui é o papel do Teatro Micaelense na promoção da cultura e na importância que teve em albergar o pensamento açoriano e efetivamente viver alguns acontecimentos importantíssimos da nossa realidade açoriana.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas não são 150 anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 30 abstenções do PS e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Como disse há pouco, terminámos a apresentação dos Votos de Congratulação.

Vamos passar para os Votos de Protesto. Temos apenas dois e são ambos do Bloco de Esquerda.

Pedia à Sra. Deputada Zuraida Soares o favor de apresentar o primeiro Voto de Protesto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Considerando que persistem, na Região Autónoma dos Açores, situações que podem configurar (em termos jurídicos) enfiteuse ou aforamento, institutos jurídicos originários no Direito Romano, que constituem, na prática, "contratos pelos quais o proprietário de terreno cede a outrem o direito de percepção de toda a utilidade do mesmo terreno, seja temporária ou perpetuamente, com o encargo

de lhe pagar uma pensão ou foro anual e a condição de conservar para si o domínio direto";

Considerando que tais situações configuram, nos nossos dias, uma situação tipicamente medieval, em que centenas de habitantes das freguesias de Sete Cidades, Mosteiros e Santo António, são donos da sua habitação, mas não do chão das suas casas;

Considerando que a questão tem sido levantada continuamente, ao longo dos anos, constituindo motivo de grande preocupação dos habitantes destas freguesias, resolver a questão da sua habitação;

Considerando que o Governo Regional, em 2010, fez um Estudo do levantamento das situações em causa, nomeadamente, do número de benfeitorias (casas), número de membros e agregados familiares e rendimentos dos mesmos, no sentido de resolver, a curto prazo, o referido problema;

Considerando que, nas atuais circunstâncias, o direito à habitação, constitucionalmente consagrado, está ameaçado, estando os habitantes destas casas sujeitos a qualquer vontade do "Senhor da terra";

Considerando que não pode o atual Governo Regional continuar alheio à resolução deste problema, quer por via negocial, quer por via legislativa;

Considerando que o Partido Socialista chumbou, em sede de Plano e Orçamento para 2015, uma proposta do Bloco de Esquerda que visava a resolução deste problema.

A verdade é que, até hoje, nada está resolvido.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Protesto, ao Governo Regional, por ainda não ter tomado as devidas medidas para resolver a questão - por via negocial ou legislativa -, de modo a assegurar o direito à habitação de inúmeras famílias, economicamente carenciadas, na ilha de S. Miguel.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional, ao Conselho de Ilha de S. Miguel, à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta

Delgada e às Juntas e Assembleias de Freguesia de Sete Cidades, Mosteiros e Santo António.

Horta, 14 de janeiro de 2015.

Disse.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Zuraída Soares

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS queria começar por lamentar a figura escolhida pelo Bloco de Esquerda para abordar este tema.

Este é um tema que, aparentemente vendo e lendo o voto do Bloco de Esquerda, careceria de um debate com a participação do Governo. Infelizmente, como todos sabem, ao Governo não está permitida a utilização da palavra na figura dos votos, e conseqüentemente aquilo que poderia desejar como sendo um debate esclarecedor e aprofundado não pode ser. Não contaremos com a participação do Governo que, aliás, tem acompanhado sempre esse assunto.

Portanto, o Bloco, entre a escolha por um debate esclarecedor, preferiu a figura do protesto, “logo existo”, que é aliás uma postura costumeira.

Também gostávamos de salientar que não está em causa apenas a via negocial, como pretende a família dos herdeiros, nem a via legislativa como defende o Bloco de Esquerda.

Há aspetos negociais que são importantes, que estão a decorrer.

Também não é justo, e é mentira aliás, que se diga que o Governo nada fez.

O Governo tem feito, Sra. Deputada, e tem feito muito.

Eu próprio já participei em debates e sessões de esclarecimento várias em que o Governo esteve presente: o Sr. Diretor Regional da Habitação e a Sra. Secretária da Solidariedade.

Não vi ninguém do Bloco de Esquerda nessas sessões, curiosamente.

Portanto, nestas como noutras matérias, o PS opta sempre por uma postura responsável e serena. Sabemos muito bem do que é que se trata e continuaremos a trabalhar para procurar um ponto de equilíbrio que concilie os diversos interesses em jogo, mas evidentemente que tem uma atenção especial na proteção das pessoas que são afetadas por esse problema.

Estamos a falar de 189 habitações, 32 explorações agrícolas.

Portanto, há aqui vários aspetos que têm realmente que ser salvaguardados.

Deputada Zuraída Soares (BE): Trinta e quatro!

O Orador: Trinta e duas!

Deputada Zuraída Soares (BE): Trinta e quatro!

O Orador: Trinta e duas!

São esses os números, Sra. Deputada. Tenho a certeza daquilo que estou a dizer. Aproveitando esta oportunidade, gostava de referir que no que diz respeito (e também nesse tom, enfim, um pouco alarmista que o Bloco usa) à questão dos terrenos agrícolas, ela é regida pelo Regime do Arrendamento Rural que prevê um mecanismo de atualização das rendas por mútuo acordo.

Não havendo este acordo há o recurso para tribunal que estabelece o valor de atualização.

Aliás, esse regime também prevê a possibilidade da denúncia dos contratos. Também está estabelecido.

Convém serenar as preocupações e deixar claro que este assunto tem um enquadramento legal, está a ser acompanhado pelo Governo e não só pelo Governo, pelas próprias organizações representativas dos agricultores.

Eu próprio já tive oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Associação Agrícola sobre isso.

Portanto, reconhecemos que existe um problema evidentemente, mas rejeitamos uma ideia de abismo e de colapso eminente aqui de um conjunto de empresários agrícolas.

Em relação às casas, a base tem a ver com o direito de superfície.

Também nessas sessões de esclarecimento isso foi muito abordado e esclarecido e o que convém aqui referir, também tentando retirar um pouco do alarmismo desta questão, é que não há uma base jurídica para uma atualização unilateral das rendas.

Portanto, isto também salvaguarda, como é óbvio, os interesses dessas famílias, mas como referi reconhecemos que apesar de tudo existe esse problema, ele é público.

O Governo e o PS continuarão a trabalhar para tratar desta questão e, como referi, tentaremos no futuro arranjar uma posição de equilíbrio que permita salvaguardar todos os interesses em jogo.

É isso que continuaremos a fazer, tal como temos procurado fazer ao longo dos últimos tempos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento, de alguma forma, vem justificar o injustificável.

Deputado José San-Bento (PS): Não me diga!

O Orador: Fez um papel que não me parece que seja de todo em auxílio da resolução deste problema.

Deputado José San-Bento (PS): Não me diga! Explique melhor isso!

O Orador: Explico por quê. Porque V.^a Ex.^a tentando parecer que estava do lado da solução, acabou por tentar tomar de alguma forma...

Deputado José San-Bento (PS): Não me diga!

O Orador: ... uma posição que não é de quem tenta encontrar soluções consensuais. É apenas de quem tenta chutar para canto, como se costuma dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Não, não! Quem chuta para canto é o PSD!

O Orador: É o que o Governo tem feito desde 2009.

Eu não sei se o Sr. Deputado se lembra, porque já era Deputado nesta Casa, de uma notícia do Diário de Notícias, e não só, também do Correio dos Açores, que dizia que “a construção de 27 novas casas tenta atenuar drama na Ilha de São Miguel”.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é outro debate. O senhor está a confundir as coisas!

O Orador: Não!

Tinha realmente a ver com parte deste problema.

Deputado José San-Bento (PS): Diga lá como é que se resolve!

O Orador: Também não sei se o Sr. Deputado lembra-se que o Governo dizia que “o acordo entre o Governo e famílias (isto também é de 2009) resolve problemas com muitos anos”.

Estamos a falar de notícias de 2009.

2010, 2011, 2012, 2013, 2014... Quantos mais anos são necessário para o Governo tomar alguma iniciativa que não seja a reboque do drama que se está naturalmente a passar agora, mas que seja uma iniciativa que vise realmente aproximar as partes, mediar esta situação e encontrar soluções que permitam resolver este problema?

O Voto de Protesto do Bloco de Esquerda...

Deputado José San-Bento (PS): Diga lá como é que se resolve! Diga como é que se resolve!

O Orador: Ó Sr. Deputado, o senhor tentou aí, enfim...

Deputado José San-Bento (PS): Não é enfim!... Diga como é que se resolve!

O Orador: ... construir algumas soluções jurídicas nas quais eu não me revejo, mas esse é um outro problema, é um problema seu. O senhor dá aí uns palpites.

Deputado José San-Bento (PS): Palpites?!

Deputado Berto Messias (PS): Diga como é que o PSD resolve esta situação. Isso é que é importante saber!

Nenhum Deputado de Ponta Delgada usou da palavra!

O Orador: Gosta de dar palpites sobre todas as matérias. Eu não me vou meter por aí, porque esse é um problema... Já houve insignes juristas que se pronunciaram sobre este problema. É uma questão do Sr. Deputado tentar estudar um bocadinho melhor e ouvir melhor o que têm a dizer aqueles que percebem realmente deste assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Claro, claro!

O Orador: No Voto de Protesto que aqui é apresentado, aquilo que o Bloco de Esquerda protesta, é realmente da inércia deste Governo...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: ... que corre atrás dos problemas em vez de os tentar resolver.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira! Explique isso que diz!

O Orador: Nessa medida, atendendo a que foi este Governo que deixou arrastar este problema prometendo soluções que não apareceram, dizendo que tinha acordos que não tinha,...

Deputado José San-Bento (PS): Diga lá como resolve!

O Orador: ... dizendo que ia resolver este problema, que era um problema com muitos anos, não o tendo resolvido, naturalmente que merece o apoio do PSD, porque de facto devemos protestar quando um Governo engana assim as pessoas.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não disse como é que o PSD resolve a situação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra para uma interpelação.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para que conste dos registos que o Governo não intervém neste assunto porque regimentalmente não lhe é permitido.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente. Fica registada a sua interpelação.

Pergunto à câmara se há mais inscrições sobre esta matéria.

Deputado Berto Messias (*PS*): Nenhum Deputado de Ponta Delgada usou da palavra!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Três apontamentos sucintos...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida possa fazer a sua intervenção.

A Oradora: Três apontamentos sucintos sobre a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Primeiro, utilizando a sua expressão de forma costumeira (foi a expressão que o senhor utilizou) o Governo e o Partido Socialista dão voz a esse incómodo.

O Governo fica muito incomodado quando não pode falar nos votos de protesto, mas o Governo tem todo o tempo do mundo para falar quando muito bem quer, dentro e fora desta Casa...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Até pode apresentar iniciativas!

A Oradora: ... porque então não poderia haver votos de protesto e o melhor era acabar com eles no Regimento.

Mas há votos de protesto!

O Governo não pode falar nos votos de protesto,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ... está o Partido Socialista para falar por ele.

Os votos de protesto não foram retirados do nosso Regimento e são para ser utilizados pelos Grupos Parlamentares quando muito bem o entenderem (primeiro ponto!).

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois, as sessões de esclarecimento e as sessões de debate a que o Sr. Deputado José San-Bento se referiu não aqueçam nem arrefentam, ou seja, não resolvem o problema de ninguém.

Deputado José San-Bento (PS): O que está em causa é que a senhora não quer discutir este problema!

A Oradora: O Bloco de Esquerda não precisa de fazer “sinal de luzes” para dizer que está presente.

O acompanhamento que o senhor anda a fazer é igual ao acompanhamento que outros partidos andam a fazer.

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia barata!

A Oradora: Os “sinais de luzes” que os senhores têm necessidade de fazer para dizer “estamos aqui, estamos aqui”, provavelmente não são partilhados com outros partidos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O próximo Voto de Protesto é também do Bloco de Esquerda.

Tem novamente a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio veio adaptar à Região Autónoma dos Açores o Fundo de Compensação Salarial, criado pelo Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto, com o objetivo último de reforçar o apoio e proteção dos profissionais da pesca, cujas embarcações estejam imobilizadas por razões excepcionais, nomeadamente, o mau tempo e a falta de segurança no mar.

Volvidos mais de dez anos da vigência deste diploma e após as inúmeras propostas de alteração, dos partidos da oposição e de representantes da classe piscatória, que não foram consideradas – nem pela maioria do PS, nem e pelo Governo – verifica-se, hoje, que os remendos feitos em sede de alteração ao Decreto Legislativo, em 2013, pelo Governo Regional, não alteraram os critérios mais penalizadores e excludentes e não trouxeram justiça social a uma das classes profissionais mais desfavorecidas e penalizadas, da nossa Região.

Considerando que a grande esmagadora maioria dos nossos pescadores auferem rendimentos, mensais paupérrimos, ou seja, vivem e sobrevivem da miséria do quinhão, e tudo isto numa Região Autónoma que tem a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da União Europeia.

Dados estatísticos do IRS de 2013, mostram que num universo de cerca de 210 pescadores, apenas seis ultrapassaram o salário mínimo regional, sendo que a média dos restantes 204 foi de 220 € a 300 €, por mês. Ao que tudo indica tal situação mantém-se e em muitas situações agravou-se em 2014.

Considerando que o Governo Regional escusando-se na letra da lei e em critérios excludentes, continua alheio à resolução deste problema de pobreza de centenas de agregados familiares, mostrando-se intransigente em ativar a compensação salarial, mais do que justa e solidária, perante as condições climatéricas e do mar adversas à faina marítima.

Considerando, ainda, que parte representante do setor veio, agora, reconhecer que houve erro na apreciação das alterações do Governo Regional de 2013 e que estas nada resolveram, apenas blindaram, ainda mais, o diploma em desfavorecimento da classe piscatória.

E cito: “Só agora vimos que aquilo é uma ratoeira” – aquilo é o Decreto Legislativo Regional proposto pelo Governo Regional e aprovado nesta câmara. “Temos de tentar corrigir, no futuro, alguns pontos daquele Decreto Regional” sublinhou o Presidente da Federação de Pescas dos Açores, na última segunda-feira, lamentando que o Governo Regional não tenha tido “boa vontade” de aplicar os referidos apoios.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo Regional, pela injustificável não ativação do Fundopesca, a centenas de pescadores que por dificuldades alheias à sua vontade enfrentam uma situação de calamidade económica e social.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional, ao Sindicato Livre dos Pescadores, à Federação de Pescas dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015.

Disse.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Zuraida Soares

Deputado Duarte Freitas (PSD): E disse bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O Fundopesca está regulado pelo Decreto Legislativo Regional 19/2013/A, que institui um apoio aos profissionais da pesca quando estes estiverem impedidos, de forma temporária, de exercer a sua atividade.

Não se trata de um subsídio de Natal (já referimos aqui várias vezes), mas antes uma compensação por falta de proveitos originado por uma imobilização das embarcações devido a vários fatores. No caso em análise, tem a ver com as condições do mar adversas oito dias consecutivos ou quinze dias interpolados num período máximo de 30 dias.

Compreendemos que o total do valor das descargas em lota desceu, em 2014, relativamente a 2013, cerca de 16,5 milhões de euros.

Para esta descida acentuada, também é conhecido, terá contribuído a fraca safra do atum. As descargas em lota, sem considerar o atum, até registaram uma recuperação relativamente a 2013. De 18,6 milhões de euros passaram para 19,2 milhões de euros.

Por aqui podemos aferir que o problema está na pesca do atum e a quem se dedica exclusivamente a esta prática.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Sra. Deputada, eu ouvi-a com muita atenção. Gostaria que me ouvisse agora, porque isto é importante.

Como se sabe, os pescadores dos atuneiros não são contribuintes e, como tal, também não podem ser beneficiários do Fundo de Compensação Salarial.

No passado dia 12 de janeiro reuniu o Conselho Administrativo do Fundopesca, a pedido da Federação de Pescas dos Açores, para analisar os últimos dados das descargas de pescado ocorridas em todas as ilhas dos Açores.

Como é evidente, o Conselho Administrativo do Fundopesca tem de cumprir a lei e para isso tem de conformar os dados, que são públicos, com o regime jurídico sob pena de desrespeitar o artigo 14.º do referido Decreto Legislativo Regional que prevê contraordenações por falsas declarações.

Segundo a análise efetuada que correspondeu entre o dia 1 de dezembro e o dia 31 de dezembro, verificou-se o seguinte:

No Faial, houve 12 dias interpolados sem descargas;

No Pico, quatro;

Em São Jorge, seis;

Na Graciosa, sete;

Na Terceira, seis;

Em São Miguel, nove;

Em Santa Maria, 10;

Nas Flores, 15;

No Corvo 15.

Assim, e de acordo com a legislação em vigor, aprovada nesta Casa com os votos a favor do PS, do PSD e do PPM e com as abstenções do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e do PCP, o Conselho Administrativo decidiu ativar o Fundo de Compensação Salarial nas Flores e Corvo, afinal as únicas ilhas que cumpriam os requisitos para que tal acontecesse.

Hoje, podemos não concordar com a legislação; podemos até dizer que se fosse agora não votaríamos daquela maneira. O que não podemos dizer é que a lei não foi cumprida.

A ativação do Fundopesca, Sra. Deputada, não se faz por boa vontade, faz-se em conformidade com a lei.

O Governo, agora, tem a obrigação primeira de acompanhar e monitorizar a situação e convocar o Conselho Administrativo quando for necessário.

É por estas razões que o Partido Socialista não vai viabilizar este voto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E cá estamos mais um ano, e todos os anos mais ou menos por esta altura é sempre a mesma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado José Ávila (PS): Costuma ser em novembro!

O Orador: A novela repete-se.

O setor está aflito, pede a ativação do Fundopesca e o Governo, insensível, demora e embrulha-se em justificações e burocracias.

Deputado Francisco César (PS): Esqueceu-se de dizer “um mau sentimento”!

O Orador: E o mais grave é que não ativa o Fundopesca nem toma medidas adicionais para, de alguma forma, atenuar os problemas sociais e a situação difícilíssima que o setor atravessa.

E se em relação à ativação do Fundopesca todos os anos é mais ou menos a mesma coisa, há uma coisa que difere, há uma coisa que piora de ano para ano, é a situação dos nossos pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Piora porque os seus rendimentos decrescem a olhos vistos. São cada vez maiores as dificuldades e os problemas sociais de muitas comunidades piscatórias.

O setor vive uma situação de crise profundíssima e o Governo mostra-se absolutamente incapaz de resolver todas estas problemáticas.

Todos os anos comprova-se sempre a mesma coisa:

Que o Fundopesca nunca é ativado quando os pescadores precisam;

Todos os anos comprova-se que os prometidos procedimentos de agilização para ativar esta compensação salarial nunca chegaram;

Todos os anos se comprova, e agrava-se, que a situação do setor é de uma total emergência social;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E todos os anos também se comprova, e todas as vezes que discutimos este assunto isso vem e é cada vez mais comprovado, que o Conselho Administrativo do Fundopesca não tem autonomia. Mais uma vez

isso ficou provado, que o Conselho Administrativo do Fundopesca está governamentalizado, que tem Governo a mais e setor a menos.

Cada ano também se comprova que a filosofia subjacente à ativação do Fundopesca está incorreta e inadequada, porque se o Conselho Administrativo que gere esta compensação salarial tivesse efetiva autonomia, cada empresário, se reunisse os critérios, podia a cada momento candidatar-se a esta compensação.

O Conselho Administrativo analisaria essa candidatura e se ela estivesse de acordo com a legislação pagaria, porque o Conselho Administrativo tem orçamento. Mas o Governo não quer que isso se processe desta forma, porque quer usar esta ativação como forma de controlar o setor,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... este que devia ser um mecanismo quase automático e não burocrático como se comprova.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Comprova-se também, agora e mais uma vez, que as propostas que fizemos há cerca de um ano, que pretendíamos equiparar os critérios da ativação aos utilizados a nível nacional, deviam ter sido aprovadas.

Deputado José Ávila (PS): Foram ativados duas vezes não sei há já quantos anos!

O Orador: E recordo que esses critérios de acesso a este fundo, reduzindo o período de paragem de atividade necessário para aceder dos atuais oito dias para (propúnhamos equiparando aos critérios utilizados a nível nacional) mais de três dias consecutivos ou dos atuais 15 dias para sete dias interpolados num período de 30 dias.

Estas alterações eram um ato de justiça, mas foram chumbadas.

Ficamos agora algo surpreendidos quando quem deu parecer negativo a essas alterações venha agora reconhecer que afinal enganou-se...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: ... quando diz que reconhece ter parte da culpa por não ter antecipado os problemas do diploma no ano passado em relação à regra dos oito dias seguidos ou quinze interpolados no espaço de um mês.

O representante dos pescadores diz que é muito difícil, em determinadas ilhas, não haver descargas nenhuma. Ah, pois é! Mas nós de facto fizemos essas propostas, porque era um ato de justiça, e elas foram chumbadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esperemos que a evolução que este representante das pescas teve, também o Partido Socialista tenha essa evolução e, de facto, por um ato de justiça, equipare os critérios de ativação do Fundopesca aos que são utilizados aos seus colegas profissionais ao nível nacional

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por tudo isto nós vamos efetivamente aprovar este Voto de Protesto.

Deputado José Ávila (PS): Foram ativados duas vezes no continente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):

Uma intervenção, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário, nesta figura regimental o Governo está impedido de intervir, por isso não lhe posso dar a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não deita sentido ao que o Sr. Presidente do Governo diz?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esse número foi mal feito. Deitou o microfone a baixo antes da Sra. Presidente falar!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou continuar a citar, brevemente, o Sr. Presidente da Federação de Pescas dos Açores, Sr. José António Fernandes, que no final da reunião do Conselho de Administração do Fundopesca, entre outras coisas que eu já referi daquela tribuna, diz o seguinte:

“Cingiram-se...”, quem é que se cingiu? O Governo Regional. É curioso, porque é o Governo Regional, não é o Conselho de Administração do Fundopesca, porque o Conselho de Administração do Fundopesca é o Governo Regional, dada a sua composição maioritária de membros de organismos do Governo Regional.

Portanto, o senhor tem toda a razão quando diz que o Governo Regional cingiu-se “àquilo que o Decreto Regional diz, não analisaram outros fatores, que eu (ele) penso que deviam ter sido analisados”, uma vez que os pescadores açorianos “tiveram quebras de rendimentos brutais em 2014”.

Apetecia dizer: palavras para quê? É um Representante das Pescas, no caso, açoriano.

Mas gostaria de acrescentar duas ou três coisas.

Primeiro: uma lei que não serve é uma lei malfeita que tem que ser alterada. Não é a vida que tem que se adaptar à lei. É o contrário. É a lei que tem que se adaptar à vida e às circunstâncias reais das pessoas.

Portanto, o Partido Socialista andou sempre mal...

Deputado Manuel Pereira (PS): É a sua opinião!

A Oradora: ... quando reprovou todas as propostas de alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: No caso do Bloco de Esquerda, três vezes, três propostas de alteração. Andou sempre mal quando as reprovou.

Gosto de ouvir a autocrítica do Sr. Deputado José Ávila quando diz que se calhar, se fosse agora, decidiriam de outra maneira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó José, disseste isso?

A Oradora: Mas eu queria acrescentar o seguinte: o arrependimento não mata. O arrependimento obriga é a mudar de rumo. A prova de que o arrependimento não mata é que estamos todos aqui (todos e todas) vivos, se não muitos de nós já estaríamos também mortos.

Terminar dizendo que a reprovação das três vezes que o Bloco de Esquerda trouxe aqui propostas de alteração ao Fundopesca e as explicou muito bem explicadinhas e obtive do Governo Regional a afirmação de que o Governo tinha uma proposta melhor, mais abrangente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... mais completa, logo mais justa, é falso. E a prova está nestas declarações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A prova está na última reunião do Conselho de Administração do Fundopesca.

A prova está de que apesar de ser verdade que os pescadores das Flores e do Corvo têm necessidade do Fundopesca, é preciso dizer aqui com todas as letras que há centenas de pescadores e de famílias noutras ilhas, nomeadamente em São Miguel, na Terceira e no Pico que precisam desesperadamente que seja acionado este miserável Fundopesca, que é metade do ordenado mínimo regional uma vez no ano.

Ainda aquilo que o Governo disponibiliza é miserável,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma migalha!

A Oradora: ... mas nem essa miséria os senhores estão dispostos a dar a quem precisa.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a apresentação dos votos.

Entramos agora nos Votos de Pesar.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista e refere-se ao falecimento de Fernando Machado Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu Fernando Machado Soares.

Faleceu o compositor da canção de Coimbra, natural da ilha do Pico.

Nasceu a 3 de setembro de 1930 em São Roque do Pico, Fernando Machado Soares, descendente do último Capitão-Mor das Lajes do Pico, fez o seu percurso académico na cidade de Coimbra, terminando a licenciatura em Direito na década de 50. Juiz de Direito, Juiz Desembargador e Juiz

Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, foi considerado uma das melhores vozes de sempre e dos melhores compositores da canção Coimbrã, a par de nomes como José Afonso, Luiz Góes ou Fernando Rolim. Internacionalmente conhecido, com atuações mundo fora, gravou vários discos na sua longa carreira artística.

Foi autor de uma das maiores e mais famosas canções de música portuguesa, a “Balada da Saudade”, uma balada universal e imortal, que tem um significado muito especial para todos os portugueses, mas em particular para quem viveu a ímpar vida académica de Coimbra.

Entre outras distinções, em 2006 recebeu o Prémio Tributo Amália Rodrigues “pela excelência da carreira artística”.

Coimbra tem mais encanto, o Pico e os Açores partilharam esse encanto, e continuarão encantados e a encantar, porque como bem disse a “saudade não mente”, mesmo na hora da despedida de Fernando Machado Soares.

Nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 14 de janeiro de 2015, emita o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Magistrado, compositor e cantor do mundo e dos Açores.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Fernando Machado Soares, à Câmara Municipal de São Roque do Pico e à Fundação Amália Rodrigues onde era Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Obrigado.

Horta, 14 de janeiro de 2015.

Os Deputados, Berto Messias, Miguel costa, José Carlos San-Bento, Francisco César e Lizuarte Machado

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a outro Voto de Pesar, também referente ao falecimento de Fernando Machado Soares, este apresentado pelo PSD.

Para apresentá-lo tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Fernando Machado Soares

Faleceu em Lisboa, no passado dia 7 de dezembro, o Dr. Fernando Machado Soares.

Natural de São Roque do Pico, onde nasceu em 03 de setembro de 1930, o Dr. Fernando Machado Soares, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Fez carreira na Magistratura Judicial, tendo exercido em comarcas como Guimarães, Santarém, Almada e outras. Atingiu o topo da carreira, desempenhando o cargo de Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Mas foi na música e no fado de Coimbra que se tornou conhecido.

Autor de músicas que são autênticos hinos como a “Balada da Despedida”, atuou um pouco por todo o mundo, desde a Rússia, à Venezuela, a Espanha, ao Canadá, aos Estados Unidos da América, França ou Bélgica, sendo particularmente apreciado no Japão.

Era a voz do Fado de Coimbra e uma referência incontornável no panorama musical português dos últimos 50 anos.

Acompanhado do grande José Fontes Rocha, atuou no famoso Olympia de Paris e gravou ao vivo para a Rádio France, sendo reconhecido pelos importantes contributos que deu na criação das condições da transição do fado clássico para as baladas e para as trovas, que as vozes de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira vieram a imortalizar, razão também por que recebeu, em 2006, o

Prémio Tributo Amália Rodrigues “pela excelência da carreira artística e dedicação aos outros”.

Grande amigo de Amália Rodrigues, foi Vice-presidente da sua Fundação, tendo-lhe dedicado boa parte dos últimos anos. Foi também agraciado com o prémio popularidade da Casa da Imprensa.

Apesar de viver habitualmente fora dos Açores, a estas ilhas, particularmente ao seu Pico, voltava sempre que podia para estar com os seus familiares e conterrâneos. O seu falecimento deixa-nos a todos mais pobres.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação deste Voto de Pesar, e que o mesmo seja transmitido aos seus familiares e à Fundação Amália Rodrigues.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015.

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Lopes

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de José de Almeida e é apresentado pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
pelo falecimento de José de Almeida

José de Almeida, líder histórico da Frente de Libertação dos Açores, faleceu, no passado dia 1 de dezembro, aos 79 anos, em Ponta Delgada.

Como referiu o Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, “José de Almeida bateu-se sempre pelas convicções profundas em que acreditava, com destaque para a defesa da independência dos Açores. Independentemente de comungarmos ou não das mesmas opções, é justo referir como notas características da sua ação cívica e política a coerência, a determinação e um grande amor aos Açores”.

Vasco Cordeiro acrescentou ainda que “nesta hora de luto pelo seu falecimento, endereço as minhas sentidas condolências à sua família, bem como a todos aqueles para quem ele era uma referência de ação cívica e política”.

Também a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referiu, refletindo o sentir de muitos açorianos, que “José de Almeida protagonizou a defesa das suas convicções de modo destemido e frontal. A sua coragem e o seu profundo amor aos Açores foram características que distinguiram a sua ação em momentos conturbados da nossa história recente, pelo que o pesar expresso envolve o respeito pela liberdade de pensamento que o caracterizou”.

Importa, no presente contexto, que as tomadas de posição dos órgãos de governo próprio dos Açores em relação ao falecimento de José de Almeida constituam a referência central do presente Voto de Pesar, garantindo assim a constituição de um alargado consenso em relação ao teor do mesmo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma propõe a aprovação deste Voto de Pesar como tributo à memória de José de Almeida, bem como dele dar conhecimento à sua família, ao Governo Regional dos Açores, ao Governo da República, à Assembleia da República e à Presidência da República.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015

O Deputado Regional, Paulo Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra este Voto de Pesar não pelo falecimento do cidadão José de Almeida, mas porque o Voto de Pesar referenciava claramente, e referencia, o líder da Frente de Libertação dos Açores. Como tal, na Casa da Autonomia, a Representação Parlamentar do PCP não poderia votar favoravelmente um Voto de Pesar ao Líder da Frente de Libertação dos Açores, até porque aquilo que a Frente de Libertação dos Açores defendia é exatamente o contrário daquilo que acontece na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que também para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Voto de Pesar que foi aqui apresentado pelo Partido Popular Monárquico e que foi aprovado por esta Assembleia era composto, única e exclusivamente, pelas declarações que foram proferidas pelo Presidente do Governo Regional e pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa.

Considerámos que esta era a melhor forma, recolhendo aquela que foi a opinião dos órgãos de Governo próprio dos principais dirigentes, dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, de poder aqui apresentar este Voto de Pesar.

Não às ideias de independência que preconizava. Não foi isso que foi aqui votado. Foi ao homem, à sua independência, independentemente das ideias políticas que defendia.

Mas nas sociedades democráticas o reconhecimento à diversidade e ao pluralismo é fundamental.

Nós devemos respeitar sempre e dignificar sempre, mesmo quem pensa de forma diferente de nós.

A votação deste Parlamento dos Açores foi no sentido de reconhecer que este pluralismo, este espaço para pensar de forma diferente, existe hoje na autonomia dos Açores, é reconhecido pelos açorianos e é assim que as sociedades prosperam, reconhecendo o direito à diferença e à liberdade de pensamento.

Foi esse o sentido de voto que com certeza a maioria esmagadora dos Deputados aqui expressou.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos ao próximo Voto de Pesar apresentado pelo PCP, referente ao falecimento de Luís Costa Rosa Bruno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu recentemente, vítima de doença prolongada, o Dr. Luís Costa Rosa Bruno, médico, autarca, dirigente associativo, cidadão ativo e empenhado e destacado militante do PCP.

Residente no Faial desde o início dos anos 80, Luís Bruno trabalhava no Centro de Saúde da Horta, do qual foi Presidente por largos anos, gozava de um enorme prestígio no exercício, atento e competente, da sua profissão e mantinha um estreito contacto com as comunidades com que trabalhava e a quem servia.

Luís Bruno foi membro da Assembleia Municipal da Horta desde os anos 90, sendo líder do Grupo de Deputados Municipais da CDU desde 1998. Foi novamente eleito para a AM da Horta em 2013, não tendo exercido funções no presente mandato por razões de saúde. Luís Bruno foi, entre 2001 e 2013, membro do Conselho de Ilha do Faial, integrando a representação da Assembleia Municipal nesse Órgão. No exercício de cargos institucionais, Luís Bruno destacou-se sempre pela grande combatividade que caracterizava a sua postura, pelo rigor com que levantava as questões e pela enorme capacidade de diálogo que associava à ação política que desenvolvia.

Luís Bruno, para além do grande empenhamento e profundo sentido humanitário que sempre colocou na sua atividade profissional e da permanente e muito grande atividade política que desenvolveu, também se envolveu no Movimento Sindical, tendo sido, muitos anos, delegado sindical e dirigente do Sindicato dos Médicos do Sul. Luís Bruno, sempre muito ligado à vida concreta das pessoas e das comunidades, colaborou com muitas coletividades desportivas, culturais e recreativas locais, tendo exercido, de entre outros cargos, o de Presidente da Direção do Grupo Desportivo da Feteira e era atualmente Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Amor da Pátria. Luís Bruno foi também, por muitos anos, médico do Corpo Ativo da Associação Faialense de Bombeiros Voluntários.

Militante da União dos Estudantes Comunistas desde o início dos anos 70, Luís Bruno faz-se militante do PCP logo que terminou o curso e manteve toda a vida uma postura de continuada, persistente e muito esclarecida militância no seu Partido. Após fixar residência na Horta, Luís Bruno integrou sempre a Comissão de Ilha do Faial do PCP e foi Coordenador do PCP Faial por vários anos. Foi membro da Direção da Região Autónoma dos Açores do PCP de 1984

a 2005 e, desde esse ano até ao presente, membro do Conselho Regional do PCP.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lamenta o desaparecimento do Dr. Luís Costa da Rosa Bruno, personalidade marcante da vida faialense e açoriana e expressa as suas sentidas condolências à sua família.

Sala de Sessões, Horta, 14 de janeiro de 2014

O Deputado do PCP, Aníbal C. Pires

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao Voto de Pesar aqui apresentado pelo falecimento do Dr. Luís Bruno. Fá-lo no reconhecimento da justeza dos fundamentos que são invocados no texto do voto, nomeadamente no rigor das posições que o Dr. Luís Bruno assumia, na fidelidade aos princípios em que acreditava, na grande capacidade que ele tinha de diálogo e de estabelecimento de consensos.

Deputado Domingos Cunha (PS): É verdade!

O Orador: Profissional dedicado, sindicalista, dirigente associativo e desportivo, político, o Dr. Luís Bruno é verdadeiramente merecedor deste reconhecimento que lhe é prestado pela Casa Mãe da Autonomia dos Açores.

Nesta ocasião, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me um registo pessoal.

No anterior mandato autárquico, por virtude das responsabilidades que me foram atribuídas na Assembleia Municipal da Horta, e considerando o contexto político muito próprio em que o executivo camarário não detinha a maioria no órgão deliberativo, a Mesa e a Conferência de Líderes da Assembleia Municipal assumiram um importantíssimo papel no estabelecimento de equilíbrios necessários ao bom funcionamento e relacionamento entre aqueles órgãos autárquicos.

Nesse contexto o trabalho e a postura do Dr. Luís Bruno foram inestimáveis e decisivos no bom êxito desta missão de consenso e de equilíbrios.

Ao fim desse mandato de quatro anos reforcei a minha admiração e o meu respeito político e pessoal pelo cidadão Luís Bruno.

Quando há dois anos terminei as minhas responsabilidades autárquicas, e em resultado disso, deixei de trabalhar de forma tão habitual e próxima com o Dr. Luís Bruno, eu tinha ganho um amigo que muito respeitava.

É também por isto que a política vale a pena.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Deputados Domingos Cunha e Rogério Veiros (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Dr. Luís Bruno será recordado por todos os faialenses pelo seu prestígio profissional na área da medicina, mas também pela sua disponibilidade e proximidade com toda a comunidade faialense.

Todos aqueles que tiveram o prazer de conhecer o Dr. Luís Bruno com certeza irão relembrar as suas idas às freguesias, ditas rurais, da Ilha do Faial, onde estava sempre disponível para todos receber, todos ajudar a tratar e muitas vezes com apenas uma palavra ou várias palavras, tentar atender os seus pacientes dando-lhes a energia necessária para viver e para continuar o seu dia a dia.

A par daquilo que disse o Sr. Deputado Costa Pereira, permitam-me que vos dê a minha experiência também pessoal, naquilo que fui partilhando ao longo dos anos na vida política com o Dr. Luís Bruno.

Apesar da nossa diferença de idades cresci a admirar politicamente a sua atividade. Depois tive também o prazer de ter algumas situações de combate saudável político e também algumas situações de consensos políticos.

Tinha um peculiar sentido de humor. Todos aqueles que tiveram oportunidade de acompanhar as Assembleias Municipais da Horta sabem muito bem daquilo que estou a falar.

Conseguia muitas vezes pôr água na fervura e muitas vezes fazer precisamente o contrário.

Era realmente um político que a todos e de todos os quadrantes políticos deixará saudades e muita admiração.

Também gostava de destacar uma das atividades que o Dr. Luís Bruno manteve ao longo de muitos anos, que foi a sua ligação àquilo que é uma instituição muito importante na Horta, como é na maioria dos concelhos dos Açores, que são os Bombeiros Voluntários, onde foi médico daquela instituição durante largos anos e onde mostrou sempre a sua disponibilidade em participar e em colaborar com aquela instituição.

Também manteve e teve, como o Voto do PCP assim o descreveu, grande atividade sindicalista, tentando levar os seus ideais e a forma de defesa dos trabalhadores em frente.

Por tudo isso, por todo esse reconhecimento, naturalmente que o Partido Socialista se associa ao Voto de Pesar apresentado pela representação Parlamentar do PCP.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar (e aqui a Mesa faz apenas uma chamada de atenção), que por lapso deveria ter sido lido, como é da praxe, no seguimento da apresentação do Voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, é referente ao falecimento de José de Almeida, uma vez que o PSD tinha e tem um Voto de Pesar referente ao falecimento de José de Almeida.

Por isso só agora darei a palavra ao Sr. Deputado José Andrade para o apresentar.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

José de Almeida

Dedicou a sua vida ao dia da proclamação da independência dos Açores e encontrou a sua morte no dia da restauração da independência de Portugal.

Mais que a ironia da sua morte, a euforia da sua vida faz de José de Almeida um nome incontornável de quatro décadas de convivência democrática.

Pode-se não concordar com a sua opinião e a sua organização. Mas não se pode deixar de admirar a sua convicção e a sua determinação.

Nunca virou a cara à luta, sempre deu o corpo ao manifesto. Viverá na memória açoriana como símbolo de coragem e exemplo de persistência.

José de Almeida foi o 18.º filho de uma família de lavradores da Bretanha, na costa norte do concelho de Ponta Delgada.

Frequentou o Seminário no Norte de Portugal mas optou por licenciar-se em Histórico-Filosóficas pela Universidade Clássica de Lisboa.

Foi colocado como professor em Viana do Castelo mas acabou por ser eleito Deputado à Assembleia Nacional em 1973.

Viveu no continente português dos 14 aos 39 anos de idade mas preferiu regressar a S. Miguel, onde foi contagiado para a causa – e onde foi protagonista pela luta – da autodeterminação dos Açores.

Líder histórico da FLA, assumiu os seus ideais no jornal “O Milhafre”, que fundou e dirigiu, foi por isso julgado várias vezes e foi disso sempre absolvido.

Nunca optou pelo anonimato. E isso, segundo o próprio, “não é heroísmo, é carácter”.

A 1 de dezembro de 2014, no Hospital de Ponta Delgada, morreu um homem de carácter.

No Parlamento dos Açores, fruto da Liberdade e da Autonomia que Abril nos trouxe, não podemos deixar de recordar e reconhecer um político açoriano de convicção e persistência que, defendendo soluções diferentes para os Açores, merece ser invocado e valorizado pelo seu humanismo e pelo seu voluntarismo. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão açoriano José de Almeida**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, José Andrade, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma declaração voto?

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sentido de Voto do Bloco de Esquerda não é movido nem por lógicas de dogmatismo político, nem por qualquer tipo de hostilização à pessoa do Dr. José de Almeida.

A defesa da independência dos Açores protagonizada por esta personalidade é uma orientação política tão legítima como outra qualquer. E nessa medida tratou-se de um combate político num quadro de um país recentemente

libertado de uma ditadura ou, como seria hoje, no quadro no combate político entre forças democráticas.

Ora, a Frente de Libertação dos Açores liderada pelo Dr. José de Almeida não se conteve no quadro do debate político. Organizou e levou à prática perseguições de pessoas que se bateram contra o fascismo como foi o caso de ilustres socialistas, entre outros, que ocuparam os mais altos cargos da nação.

A FLA saqueou e incendiou sedes de partidos políticos e de organizações sociais que brotavam do Portugal de Abril.

A FLA agrediu, física e psicologicamente, pessoas com notoriedade na oposição ao fascismo e de forma ainda mais vil utilizou o bombismo como instrumento de intimidação.

É nossa convicção que a história não pode nem deve ser branqueada por motivos de oportunidade política.

O sentido do nosso voto consubstancia uma pequena homenagem a todos aqueles e aquelas que depois do 25 de Abril de 1974 resistiram a um outro tipo de terror nos Açores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar ao próximo voto.

É apresentado pelo PSD e refere-se ao falecimento de Vasco Augusto Sodré Aguiar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar

Vasco Augusto Sodré Aguiar

Faleceu a 25 de outubro de 2014, em Lisboa, o médico radiologista terceirense Vasco Sodré Aguiar. Tinha 82 anos de idade.

Vasco Aguiar nasceu a 3 de setembro de 1932 em Angra do Heroísmo, onde fez os seus estudos até à Universidade.

Licenciou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e especializou-se em Radiologia no Serviço Central de Radiologia do Hospital de Santa Maria.

Tornou-se especialista em Radiodiagnóstico pela Ordem dos Médicos, no ano de 1962, e fez o curso de Mamografia em 1979.

Foi com Vasco Aguiar que surgiu o Serviço de Radiologia do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, serviço que dirigiu de 1962 a 2002.

Foi, durante muito tempo, o único Radiologista do Hospital de Angra.

Dirigiu também o serviço de Mamografia do Centro de Oncologia dos Açores, tendo ministrado cursos de Técnicos de Radiologia de 1983 a 1985.

Abriu o seu consultório de Radiodiagnóstico no ano de 1973, o qual se mantém em funcionamento, mesmo depois da sua partida, ao serviço daqueles que procuram o auxílio da Imagiologia nos seus cuidados de Saúde.

Participou em numerosos Congressos e Simpósios, e foi sócio da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear, bem como da Sociedade Portuguesa de Senologia.

No ano de 2013 recebeu da Região a Insígnia Autónómica de Mérito Profissional.

Foi sempre reconhecido, quer pelos seus pares como pelos seus pacientes, como um profissional excecional, quer ao nível das capacidades técnicas, quer ao nível das qualidades humanas, tendo a sua competência e a sua forma de estar, marcado todos aqueles que ajudou ou com quem trabalhou.

Vasco Aguiar, por mérito próprio, tornou-se uma referência no exercício da medicina do seu tempo.

Partiu um Homem bom que nunca se cansou de se dedicar a todos aqueles que precisavam da sua ajuda.

Deixa muitas saudades a todos aqueles que puderam partilhar com ele uma vida cheia de muitos e grandes momentos.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015.

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Luís Rendeiro e Judite Parreira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção neste novo ano quero desejar à Sra. Presidente da Assembleia, às Sras. e aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e Membros do Governo um bom ano, sobretudo com saúde, sucessos e felicidades no desempenho das funções que cada um desempenha e nas competências que lhes estão atribuídas.

O Dr. Vasco Augusto Sodré Aguiar foi um distinto cidadão, exemplar e competente médico radiologista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi com o Dr. Vasco Aguiar que surgiu o serviço de radiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, que dirigiu com elevada competência, dedicação e humanismo, até ter atingido o limite de idade.

Durante muitos anos foi o único médico radiologista do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, e foi orientador da formação de alguns dos médicos radiologistas que, hoje, dão continuidade àquele serviço.

É importante referir que foi o médico radiologista que iniciou o serviço de mamografia no Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde, com indiscutível mais-valia para o rastreio do cancro da mama e para o Serviço Regional de Saúde.

O Dr. Vasco Aguiar abriu o seu consultório privado na década de 70, com prestimáveis serviços prestados no diagnóstico de inúmeras situações clínicas que a imagiologia permite detetar.

Tinha sempre o cuidado de alertar pessoalmente os médicos assistentes dos doentes, em situações que careciam de atenção e cuidados prioritários.

Manifestava, assim, um grande e humano sentido profissional como de preocupação permanente pela saúde dos doentes que a ele recorriam.

Participou em inúmeros Congressos e Seminários, sempre na procura de mais e melhores saberes e conhecimentos, sem esquecer a permanente preocupação em promover e estimular o investimento nos novos equipamentos de imagem, que foram surgindo com a evolução dos anos.

Foi sócio da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear e da Sociedade Portuguesa de Senologia.

O seu trajeto profissional mereceu o reconhecimento desta Assembleia com a atribuição da Insígnia Autónoma de Mérito Profissional, em 2013.

O Dr. Vasco Aguiar faleceu no dia 25 de outubro de 2014 e deixou saudade não só à sua família como todos os seus colegas e doentes que com ele privaram.

O Dr. Vasco Aguiar era reconhecido junto de todos os colegas e dos doentes, pela sua competência, pelas suas qualidades humanas e pelo carinho e amizade que dispensou a quem com ele trabalhou e contactou.

Foi, sem dúvida, um médico de referência na radiologia regional e nacional, e que muito fez e contribuiu para a saúde da população da maioria das ilhas dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se e vota favoravelmente este Voto.

Deputado Ricardo Cabral (PS) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito brevemente, porque já quase tudo foi dito a respeito do Sr. Doutor Vasco Aguiar, pessoa que muito respeito e que tinha a maior estima e consideração pessoal e profissional, que muito deu à sua terra, aos seus doentes, aos Açores e a Portugal.

Foi homenageado por esta Casa, e muito justamente.

Acho que foi um exemplo, durante toda a sua vida, de dedicação à medicina, com ética, respeitando sempre a deontologia e deve servir como um exemplo aos mais novos e sobretudo àqueles que fazem da medicina uma atividade menos nobre.

Eu julgo que o Dr. Vasco Aguiar foi um exemplo de como se deve ser médico. Para ser médico também é necessário ser um bom cidadão, um bom homem e um homem bom.

Todas essas características tinha o Dr. Vasco Aguiar.

É com pesar que nos associamos a este Voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então agora votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O nosso último voto é referente ao falecimento de Anthímio de Azevedo.

É apresentado pelo PSD e dou a palavra ao Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Anthímio de Azevedo

Era o “homem do tempo”. E foi um homem que marcou o seu tempo.

Nasceu em Ponta Delgada, na zona de influência do habitual “Anticiclone dos Açores”, a 27 de abril de 1926.

Faleceu em Lisboa, na zona de residência do atual “Instituto Português do Mar e da Atmosfera”, a 17 de novembro de 2014.

Chamava-se Anthímio José de Azevedo.

Chamavam-lhe o “Sr. Meteorologia”.

Formou a sua personalidade no nosso Liceu Antero de Quental e formou-se em Geofísicas na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A partir de 1964, há 50 anos, no preto e branco do canal único da televisão portuguesa, jantava todas as noites em todas as casas, de ponteiro na mão, explicando, como ninguém, o avanço de superfícies frontais e as altas e baixas pressões atmosféricas que se encontravam cientificamente previstas e manualmente desenhadas a giz branco num quadro preto.

Assim se manteve até 1990 na RTP, e depois até 96 na TVI, testemunhando e testando os avanços tecnológicos do Boletim Meteorológico.

Entretanto, foi diretor do Serviço Meteorológico da Guiné, delegado nacional à Organização Meteorológica Mundial e ao Comité Militar da NATO, e finalmente diretor do Serviço Regional dos Açores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Nos últimos anos – e já contava 88 – dedicou-se à escrita e tradução de livros científicos.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera, em comunicado oficial, considerou que “*o desaparecimento de Anthímio de Azevedo deixa a meteorologia de luto*”.

Também a sua cidade e a sua região.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do meteorologista açoriano Anthímio de Azevedo**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2015

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, José Andrade, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer associar-se a este Voto de Pesar pelo falecimento de Anthímio de Azevedo.

Foi, de facto, um açoriano que marcou o desenvolvimento dos estudos meteorológicos em Portugal e a própria história do Instituto de Meteorologia.

Como de resto aqui, já em vários votos esta manhã, salientamos açorianos que se distinguiram nas suas profissões a nível nacional.

Já quase tudo foi dito sobre Anthímio de Azevedo. No entanto, queria referir duas facetas que acho neste momento muito importantes referir.

Uma delas, a sua persistência no estudo. Ele estudou no Liceu Antero de Quental em Ponta Delgada, prosseguiu os seus estudos em Lisboa, em Portugal Continental, e teve que interromper esses estudos para efetuar o serviço militar, mas isso não o demoveu do seu principal objetivo.

Terminado o serviço militar, com 25 anos voltou aos estudos. Então, já com dificuldades para garantir a sua permanência em Lisboa apenas estudando, empregou-se e foi daí que foi para o Instituto Nacional de Meteorologia e conseguiu trabalhar e ajudar assim a terminar os seus estudos.

Esta faceta é para mim muito importante, numa altura em que há uma grande necessidade de qualificar cada vez mais os jovens e eles têm que ter essa noção, de que é preciso estudar, porque uma das melhores formas de combater o desemprego que graça em todo o mundo é uma maior qualificação dos jovens e dos potenciais trabalhadores.

Uma outra faceta importante de Anthímio de Azevedo tem a ver com uma mensagem que ele nos deixou numa das suas últimas entrevistas.

Anthímio de Azevedo disse nessa entrevista, e a propósito das mudanças climáticas de que tanto se falam e dos fenómenos por vezes considerados estranhos que aparecem em termos meteorológicos, que o tempo não está louco, atribuindo aos homens, ou seja, à população do mundo, as loucuras que estão na origem de muitas das surpresas que têm aparecido no clima.

É uma mensagem importante esta que ele nos deixou e que leva-nos todos a refletir sobre o respeito que temos que ter pela natureza.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos por aqui. Regressamos às 15:00H com a Agenda.

Eram 12 horas e 38 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para entrarmos na Agenda da Reunião.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Entramos assim no ponto quatro da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 92/X – “Recomenda ao Governo Regional que crie um projeto que assegure a prioridade no encaminhamento de desempregados que constituam um agregado monoparental”.**

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são aqueles que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa legislativa do PSD tem na sua base as seguintes constatações:

Nos Açores, no ano de 2011, de acordo com os resultados definitivos dos Censos, os agregados familiares monoparentais representavam 15,1% do total de agregados.

Face a 2001, esta proporção aumentou 3,1 pp nas nossas ilhas.

Na última década, a proporção de agregados familiares monoparentais aumentou em todos os concelhos da Região, com exceção do município do Corvo.

Sabemos que o núcleo familiar monoparental é extremamente frágil do ponto de vista económico, uma vez que a capacidade de ganho adicional se encontra limitada e subsistem dificuldades acrescidas face a uma adequada conciliação das vidas profissional e familiar.

Sabe-se também que o risco de pobreza tem forte incidência nas famílias monoparentais e que se trata de uma situação cada vez mais presente na sociedade açoriana.

Sabemos ainda que é nos Açores que se regista a maior taxa de desemprego do país.

Ora, em face desta realidade, o PSD considerou absolutamente pertinente e oportuno formular propostas no sentido de discriminar positivamente tais casos de desemprego.

Para o efeito defendemos que os desempregados que constituem agregados familiares monoparentais devem ter prioridade no seu encaminhamento nas agências de Emprego da Região, em condições de igualdade com a prioridade que é assegurada aos agregados familiares em que ambos os cônjuges estão desempregados.

Esta proposta do PSD deu entrada na nossa Assembleia no dia 6 de outubro.

Passados dois meses e meio, a 22 de dezembro, antes da discussão e votação desta proposta, o Governo Regional deu cumprimento à recomendação feita pelo PSD, através da aprovação de uma alteração ao Projeto “Família Estável”.

Daqui resultam, inevitavelmente, algumas conclusões.

Primeira: que o PSD não se furta às suas responsabilidades de oposição e por isso, ao mesmo tempo que avalia a ação governativa, também apresenta propostas para melhorar as condições de vida dos açorianos;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Era bom!

O Orador: Logo, falta à verdade quem diz que o PSD não tem propostas;

Terceira conclusão: as propostas do PSD são oportunas e necessárias, ainda que sempre passíveis de melhoramentos;

Uma última conclusão: a alteração que o Governo fez ao Projeto “Família Estável” foi suscitada pela proposta do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A criação deste projeto, do projeto “Família Estável”, fizera-se 22 meses antes, com um âmbito muito mais restrito, quando a taxa de desemprego era ligeiramente superior à que hoje se verifica e quando o número de desempregados integrados em programas ocupacionais era inferior a metade da registada atualmente. Portanto, só esta Resolução proposta pelo PSD motivou aquela alteração em Conselho do Governo, como aliás implicitamente reconheceu o Sr. Vice-Presidente durante a audiência em sede de comissão parlamentar.

Não vemos nisso qualquer problema. Problema sim era não dar resposta a esta realidade – o desemprego nas famílias monoparentais e as dificuldades e sacrifícios acrescidos e no que isso representa para estes nossos concidadãos.

Não corremos, o PSD não corre, atrás da paternidade das leis, das medidas. O que verdadeiramente importa, e é isso que nos move, é a resolução dos problemas dos açorianos. Em outubro, quando apresentámos esta resolução, fazia todo o sentido a proposta que entregámos no Parlamento. Hoje o assunto,

diz o Governo, está resolvido. Se assim é – e até prova em contrário não temos razões para duvidar que assim seja – então, Senhora Presidente, nos termos regimentais aplicáveis o PSD requer que o diploma seja retirado.

Já cumprimos a nossa obrigação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

É retirado então o ponto da Agenda. Sendo assim, vamos avançar para o ponto seguinte.

O ponto 5.º é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/X – “Atribuição da designação de «Tesouro Regional» à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Pergunto quem é que vai apresentar o Projeto de Decreto Legislativo Regional. É o Sr. Deputado Joaquim Machado. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há mais de três séculos os micalenses prestam devotado culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Depois das festas em honra do Divino Espírito Santo, que deverão remontar aos primeiros tempos do povoamento, este é, seguramente, um dos cultos religiosos mais antigos e enraizados na alma das nossas gentes. Onde houver um micalense, diria até, onde houver um açoriano, há, incontornavelmente, uma expressão dessa devoção secular, segundo a tradição, iniciada por Madre Teresa da Anunciada.

E tanto assim é que esse culto se implantou noutras paragens do arquipélago – de Santa Maria a São Jorge, passando pela Graciosa – e da diáspora, neste caso com particular significado em Fall River e Toronto, sendo a capital do Ontário a

cidade onde mais emigrantes e seus descendentes se reúnem para festejar o Senhor.

Invariavelmente, no domingo anterior à quinta-feira da Ascensão, a veneranda imagem percorre as ruas de Ponta Delgada, sempre no mesmo trajeto, no percurso que outrora a fazia visitar todos os mosteiros e conventos da cidade.

Ano após ano é assim. Muitos milhares de peregrinos juntam-se nas imediações do convento da Esperança, à volta do Campo do Senhor, como popularmente é designado o espaço que a teimosia de uns poucos fez fixar em tempos na toponímia como “Praça 5 de Outubro” e que mais recentemente foi devolvido à sua designação inicial de Campo de S. Francisco.

Ali, no Campo de S. Francisco, é o epicentro da festa. E todos os que nela participam, motivados por razões de fé, é ali que exprimem as suas preces e agradecimentos.

Um dos momentos mais altos da espiritualidade que envolve este culto centenário aconteceu em maio de 1991 quando o Papa João Paulo II, de visita aos Açores, rezou junto à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Em pleno Campo de S. Francisco o líder da Igreja Católica, hoje com lugar nos altares, por via de reconhecida santidade, fez a experiência de peregrino do Senhor, exatamente como tantos milhares de açorianos fizeram ao longo de mais de 300 anos e, creio, continuarão a fazer pelos tempos que virão.

Na verdade, o culto do Senhor Santo Cristo está associado à sua veneranda imagem que permanece há séculos no coro baixo do Santuário de Nossa Senhora da Esperança. Desconhece-se a origem, época e autor desta escultura única, bem como a data da sua chegada a S. Miguel. Para alguns trata-se de uma oferta do Papa Clemente VII, ou na versão mais repetida, do Papa Paulo III, a duas freiras do Vale de Cabaços. Em qualquer caso, provavelmente ainda na primeira metade do século XVI. Aliás, são abundantes os estudos em torno da imagem e dos seus bens conexos, destacando-se os da autoria de Hugo Moreira, António Filipe Pimentel, Fernanda Enes, Rui Galopim de Carvalho, Daniel de Sá e Gonçalo de Vasconcelos e Sousa.

Com grande segurança pode-se dizer que estamos perante um ícone renascentista. Todavia, a origem, autoria e datação, aspetos naturalmente envolvidos pela sua taumaturgia, pouca relevância têm para os devotos e, convenhamos, também para a decisão que aqui nos convoca.

A grande devoção do povo micaelense ao Senhor Santo Cristo juntou à respetiva imagem um cetro, uma coroa, um medalhão-relicário, uma corda em ouro e um sumptuoso resplendor, constituído por milhares e milhares de elementos preciosos em ouro, prata, diamantes, esmeraldas, topázios, rubis e ametistas, resultado das doações feitas pelos devotos no pagamento de promessas. Os especialistas em arte consideram o tesouro do Senhor Santo Cristo de incalculável valor e um dos mais belos e sumptuosos da joalheria devocional do país e até da Península Ibérica.

Fruto da exaltação devocional o chamado tesouro do Senhor Santo Cristo inclui também mais de duas dezenas de capas, ricamente bordadas e também impregnadas por pedras preciosas, sendo de destacar a que foi feita do mesmo tecido do manto real de D. João V e oferecida pela rainha D. Mariana de Áustria.

À dimensão material do tesouro junta-se um incalculável valor simbólico derivado da profunda relação afetiva dos micaelenses com este conjunto religioso que muito veneram, sendo portanto impossível conceber a iconografia do *Ecce Homo* desprovida de qualquer dos seus bens conexos. É por isso, por ter inequívoco valor regional, que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP e as Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, do PCP e do PPM propõem atribuir a designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do Convento da Esperança, e dos seus Cinco *Dons* – resplendor, coroa, relicário, cetro e corda.

Fica à vossa consideração.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Renta Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional traz-nos um objeto que, desde logo, podemos afirmar ser consensual.

No entanto, toda a negociação que se tentou fazer, toda a análise que se tentou efetuar em torno deste objeto consensual, infelizmente foi revestida, ou revestiu-se, de contornos estranhíssimos, eu diria mesmo infelizes, desde o seu início.

Acho que interessa aqui fazer uma cronologia, um apanhado cronológico, de tudo o que se passou em torno deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Primeiro, há aqui um dado que remonta, creio que, a junho, quando é entregue ao PS uma proposta, um esboço, digamos assim, de projeto.

O Partido Socialista, aliás na minha pessoa, lê, concorda com o objeto, mas desde logo traz algumas achegas ou procura, por assim dizer, corrigir alguns aspetos que nos parecia que poderiam ficar mais corretos tratando-se de um Decreto Legislativo Regional.

Nessa altura também quisemos tornar claro que, no nosso entender, não era o *timing* para que o órgão legislativo desta Região avançasse com um projeto desta natureza, uma vez que em São Miguel estava, digamos, em “carne viva” a circunstância da ida ou não do resplendor do Senhor Santo Cristo. Achávamos que não era um bom momento para fazer avançar. No entanto, estaríamos sempre de acordo com o objeto, como já disse.

Mas estamos num estado laico e, acreditemos ou não, sejamos crentes ou não, temos que cumprir aqui a nossa função com esse fito de laicidade.

Aliás, eu, a título pessoal, posso dizer que acho inclusive abusivo afirmar que onde houver um micalense, onde houver um açoriano, há uma devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Creio que nesta câmara é absolutamente abusivo, independentemente da minha crença nessa matéria, fazer uma afirmação desse teor.

Esse preâmbulo, que por assim dizer foi corrigido pelo PS, sendo que o PS explicou então, como já disse, que no nosso entendimento não era a altura adequada para fazer avançar o projeto, dá entrada na Assembleia. É, desde logo, uma situação bastante estranha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não parece!

A Oradora: No entanto, mais uma vez, como o objeto nunca esteve em causa, a situação correu os seus trâmites legislativos normais. Fizemos as audições e tudo corria com a serenidade que acho que era por todos desejada e desejável, sendo este o objeto em discussão.

No entanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, não é menos verdade que até a este momento podemos melhorar uma coisa que, achando que estaria bem, pode ficar melhor.

Tudo fizemos – tudo fizemos! – para que este Projeto de Decreto Legislativo Regional fosse melhor.

No entanto, como o Partido Socialista não é, pelas razões já aqui aduzidas, subscritor da primeira proposta, há uma parte onde nós não podemos mexer, que é no preâmbulo deste diploma, e que infelizmente ficará, no nosso entendimento, mais pobre do que poderia ficar com pequeninas alterações que lhe confeririam uma lógica de leitura para quem ler aquele diploma, possa ser crente ou não ser crente, gostar ou não gostar da imagem do Senhor Santo Cristo. Nós temos que legislar para todos e não para os devotos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Estivemos em conversações, sempre numa relação estreita com a Diocese, que tinha apresentado uma proposta posterior ao Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelas oposições.

Fizemos o que estava ao nosso alcance para, digamos, fazer confluir para este objeto final, os vários contributos, portanto, os contributos dos subscritores, os contributos do PS e alguns contributos, por pequeninos que fossem, mas eram pertinentes, eram importantes, da Diocese.

Infelizmente esse não foi o entendimento dos subscritores, ou pelo menos de alguns dos subscritores, porque estou em crer que alguns dos subscritores da proposta inicial concordam com a visão do Partido Socialista, mas, enfim, a política também se faz desta forma e nós temos que compreender ou não algumas atitudes.

No entanto, quero deixar bastante claro que sendo consensual, e sendo da vontade absoluta e plena do Partido Socialista a classificação como «tesouro regional» do Senhor Santo Cristo e dos seus Cinco *Dons* (sendo isto um dado adquirido para nós), o Partido Socialista fica francamente entristecido por ver que um Projeto que poderia ser melhor não será por uma absoluta intransigência.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a apreciar convocava, e continua a convocar, muita serenidade, muito bom senso e, portanto, também muito cuidado na sua apreciação.

Estas premissas acabaram por ser completamente esquecidas pelo Partido Socialista e nós lamentamos que assim tenha sido.

Face à intervenção produzida pela Sra. Deputada do Partido Socialista Renata Botelho, não podemos deixar de fazer alguns comentários e de fixar, para

registo futuro, os acontecimentos que a Sra. Deputada adjetivou, na sua benevolência, como estranhos e que merecem da nossa parte um absoluto repúdio. Senão vejamos:

No dia 5 de junho de 2014, o Grupo Parlamentar do PSD, tendo redigido um Projeto de Decreto Legislativo, que tinha por objeto designar a imagem e o tesouro do Senhor Santo Cristo como «tesouro regional», partilhou esse texto com todas as bancadas e representações parlamentares.

Fizemo-lo naturalmente de boa vontade, com o sentimento de que esta matéria que une os açorianos onde quer que eles estejam, também podia e devia unir estas bancadas, estes representantes do povo dos Açores, na atribuição dessa designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo e aos seus bens conexos.

Fizemo-lo! Partilhámos o texto com o Partido Socialista, com o CDS-PP, com o Bloco de Esquerda, com o PCP e com o PPM.

Todos manifestaram a sua aquiescência ao diploma, isto é, o seu apoio.

O Partido Socialista até foi mais adiante, propondo uma alteração do texto.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Tudo o que eu disse!

O Orador: Mas também é bom que fique aqui registado que a alteração de texto foi essa que o Partido Socialista fez. É que tirando umas vírgulas, um *que* e um artigo aqui e acolá, a alteração que o Partido Socialista propôs foi retirar o parágrafo que dizia o seguinte, e vou ler:

“Um dos momentos mais altos da espiritualidade que envolve aquele culto centenário aconteceu em maio de 1991, quando o Papa João Paulo II, de visita aos Açores, rezou junto à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres”.

Retirar este parágrafo do preâmbulo do diploma foi o contributo do Partido Socialista para a redação da proposta que efetivamente veio a dar entrada neste plenário. Este foi o contributo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Foi aquilo que o senhor disse ali em cima: um açoriano, um micaelense!

O Orador: E eu agora tenho que dizer isto, porque não posso deixar de reagir à inqualificável intervenção da Sra. Deputada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista lida mal com questões que tocam no religioso.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não senhor! Está muito enganado!

O Orador: Tanto lidou mal, tão preconceituosamente lidou mal com estas questões, que exigiu retirar este parágrafo do preâmbulo.

O PSD e os outros partidos, que manifestaram disponibilidade para subscrever este diploma, aceitaram retirar esse parágrafo, dando boa nota da fé, da boa vontade que tinham em reunir o consenso de todos os partidos à volta deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Retirámos o parágrafo.

Deputado André Bradford (PS): O senhor leu isso na apresentação!

O Orador: No dia 6 de junho a liderança da bancada do Partido Socialista, o Sr. Deputado Berto Messias, foi contactado para assinar este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deu como resposta que não era o momento oportuno...

Deputado André Bradford (PS): Mesmo não era!

O Orador: ... para assinar este projeto de diploma, considerando a polémica que então estava nos meios de comunicação social e, mais do que isso, na opinião pública, sobre a autorização da saída do resplendor para a exposição no Museu de Arte Antiga.

No dia 6 de junho, o Partido Socialista achou que não era oportuno apresentar esta iniciativa legislativa. Mas pasme-se!... Nesse mesmo dia 6 de junho, o Sr. Presidente do Governo chamou ao Palácio de Sant'Ana a Irmandade do Senhor Santo Cristo para anunciar que – e nós pasmamos novamente, porque há lapso terrível do Sr. Presidente, mas o Sr. Presidente transmitiu à Irmandade do Senhor Santo Cristo – era intenção do Governo Regional classificar a imagem do Senhor Santo Cristo como património imaterial dos Açores.

Vejamos: para o Partido Socialista esta iniciativa que juntava toda a oposição não era oportuna; para o Governo Regional já era oportuno anunciar e comunicar, como aconteceu, à Irmandade do Senhor Santo Cristo, a iniciativa

do Governo Regional de classificar, uma coisa que parece-me muita estranha, a imagem como património imaterial da Região.

Os restantes partidos que já se haviam disponibilizado para subscrever esta proposta deram entrada ao diploma nesse mesmo dia, nesta nossa Casa da Autonomia.

E o diploma ficou à consideração de todos os deputados e grupos parlamentares, no dia 6 de junho.

Os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais sobre este diploma realizaram-se no dia 16 de outubro.

Junho, julho, agosto, setembro... Quatro meses e meio depois do diploma ter dado entrada.

No dia 16 de outubro o Partido Socialista não teve nenhuma proposta para melhorar este diploma. E o diploma continuou à espera até de um documento da Diocese, que não era relevante, como de resto não foi, para a apreciação que nós fazemos deste diploma, daquilo que é o objeto da nossa decisão, que é designar a imagem do Senhor Santo Cristo como «tesouro regional».

Finalmente, no dia 18 de dezembro, ou seja, passados seis meses e doze dias desde a entrada do diploma, a Comissão de Assuntos Sociais voltou a reunir para votar o diploma e elaborar o respetivo relatório.

Nessa reunião do dia 18 de dezembro o Partido Socialista aprovou o diploma tal qual ele está aqui hoje.

O diploma foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 18 de dezembro.

Entendemos que o assunto estava arrumado.

Concluiu-se, e ainda bem, com unanimidade, ainda que materialmente o Partido Socialista não tivesse sido autor da proposta, mas juntou-se, e bem, e saúdo o Partido Socialista por ter tido esse entendimento, a esta designação de «tesouro regional».

Qual não é o espanto quando no dia 7 de janeiro – portanto, estamos a falar sete meses depois do diploma estar na nossa Assembleia,...

Deputado André Bradford (PS): Está sempre aberto o diploma!

O Orador: ... três semanas depois do diploma ter sido aprovado também pelo Partido Socialista – os partidos subscritores foram contactados pelo PS que tinha umas propostas, à última da hora, para fazer ao diploma.

Deputado André Bradford (PS): Não é à última da hora! É sempre possível!

O Orador: Era à última da hora, porque tinham passado quase... Quase não! Mais de sete meses.

O Partido Socialista em sete meses nunca teve propostas sobre esta matéria. Trouxe-as à última da hora.

E, mais um espanto! A Sra. Deputada Renata Botelho esteve aqui a defender o carácter laico das nossas instituições, julgo que também uma visão mais laica do Partido Socialista. E qual não é o espanto. É que a proposta que a Sra. Deputada traz para alterar o preâmbulo do diploma é de conteúdo absolutamente diverso daquele que ela está a defender, porque é de natureza completamente religiosa,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é não!

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... designadamente porque diz, entre outras coisas, que (e vou citar o texto da proposta do Partido Socialista):...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Esteja à vontade!

O Orador: “Estas cinco peças móveis enriquecem a representação de Jesus, não só porque reencarnam o momento da Paixão de Cristo, mas porque espelham o sentido do dom da sua dupla aceção”.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso não é fé!

Deputado André Bradford (PS): Não é uma questão de fé!

O Orador: Portanto, introduz um elemento estritamente ligado à fé, à religiosidade num preâmbulo, quando esteve aqui a defender exatamente o contrário.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sr. Deputado, isso nem parece seu. Não tem nada a ver! Isso é um facto!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, desta forma não é possível entendermo-nos. Sr. Deputado Joaquim Machado faça favor.

O Orador: Sra. Deputada, quanto à oportunidade da iniciativa legislativa, a contradição entre aquilo que diz o Partido Socialista e aquilo que fez o Governo Regional, comprova que os partidos subscritores desta proposta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Católicos!

Deputado Domingos Cunha (PS): Praticantes!

O Orador: ... tiveram bom senso e oportunidade no momento em que apresentaram isto.

Quanto ao resto, Sra. Deputada, permita-me que eu partilhe com a câmara aquilo que, digamos, num ambiente restrito da nossa conversa, lhe disse (e vou repetir).

Deputado André Bradford (PS): A gente não quer saber!

O Orador: O processo ligado a este Decreto Legislativo não devia se encaminhar pelos caminhos que a senhora aqui nos trouxe. Eu disse-o, porque ficariam algumas entidades mal.

Eu já disse aquilo que fez o Sr. Presidente do Governo Regional, mas vou dizer ainda mais, o que é que fez a Direção Regional dos Assuntos Culturais.

No dia 6 junho o Partido Socialista achou que não era oportuno. O Sr. Presidente do Governo, no mesmo dia, anunciou à Irmandade. Mas no dia 7 de junho o Diretor Regional dos Assuntos Culturais deu uma entrevista onde apelava à Diocese para pedir ao Governo Regional, que o Governo Regional classificasse a imagem do Senhor Santo Cristo como «tesouro regional».

Portanto, sobre a oportunidade de ter apresentado, como fizeram os partidos subscritores no dia 6 de junho, também estamos conversados. Infelizmente, faço este registo: a designação da imagem do Senhor Santo Cristo e dos seus bens conexos, como «tesouro regional», merecia outra elevação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas V.^{as} Ex.^{as} mais uma vez não souberam lidar bem com este assunto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Até o senhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias,

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para participar neste debate, no entanto, tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Joaquim Machado sou obrigado a usar da palavra para dar alguns esclarecimentos.

Antes de mais não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado Joaquim Machado no seu sentimento anti Partido Socialista primário...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... utilize uma questão tão séria...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... como é o Senhor Santo Cristo, como arma de arremesso político neste Parlamento.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é que é!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): São factos, Sr. Deputado!

O Orador: Não posso por isso deixar de lamentar esta atitude do Deputado Joaquim Machado.

Mas eu não era para participar no debate, não era sequer para me referir a esta questão, tendo em conta o respeito que me parece importante que todos tenhamos por aquilo que está em causa...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já se viu!

O Orador: ... mas a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado obriga-me a dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Joaquim Machado está mal informado. A sua direção informou-o mal sobre este processo.

O Sr. Deputado Joaquim Machado está equivocado. O Partido Socialista não disse que não queria assinar a proposta.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: O Partido Socialista assinou a proposta que estamos a discutir.

O líder parlamentar do Partido Socialista assinou a proposta que estamos aqui a discutir.

Quando esta questão nos foi apresentada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, de imediato, eu próprio, manifestei todo o interesse, por parte do Partido Socialista, de apoiar esta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Valha-nos Santo Cristo!

O Orador: Na altura, quando esta questão nos foi apresentada estava na opinião pública, nas redes sociais, nos jornais, os vários movimentos cívicos e religiosos com mais incidência na Ilha de São Miguel, a polémica da ida ou não ida do resplendor a uma exposição no continente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E ainda bem que foi!

O Orador: E eu disse, mandei um *email* para todos os líderes parlamentares neste Parlamento, a dizer o seguinte:

O Partido Socialista apoia esta proposta, o Deputado Berto Messias subscreve esta proposta em nome do Grupo Parlamentar, como subscreveu. No entanto, proponho que tendo em conta a polémica que está a decorrer e para que o Parlamento não seja acusado de estar a tomar partido nessas questões, julgo que esta proposta só deverá dar entrada no mês de setembro.

Quando eu fiz essa proposta tive o apoio e a concordância de vários partidos neste Parlamento e assim ficou entendido.

A proposta que era dos seis partidos deste Parlamento não daria entrada sem que voltássemos a falar e sem percebermos aquilo que aconteceria no âmbito da polémica que já referi.

No fim dessa semana tive que sair da Região por motivos partidários. Tive, por isso, fechado num avião durante duas horas. Qual não é o meu espanto quando ligo o telemóvel e sou informado que a assinatura do Berto Messias foi retirada do diploma e o diploma deu entrada no Parlamento.

Deputado José Ávila (PS): Esta é que a verdade! Isso é grave!

O Orador: Esta é que é a verdade. Foi isto que aconteceu, mas nós não vamos alimentar polémicas à volta deste assunto.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Só disse a verdade! Qual é o problema?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Berto Messias possa concluir a sua intervenção.

O Orador: Nós não queremos fazer o que acabou de fazer o Sr. Deputado Joaquim Machado e também não posso deixar de lamentar que o Partido Socialista, depois de todo este processo, depois deste diploma estar na Comissão, depois de relevando, tendo em conta aquilo que estava em causa, esta deslealdade institucional que fizeram a este Grupo Parlamentar retirando a assinatura do seu líder parlamentar desta proposta, relevando essa questão, o Partido Socialista manifestou-se desde a primeira hora, em sede de Comissão, apoiante deste diploma, como não podia deixar de ser.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E não posso deixar de lamentar que o PS, através da Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tenha proposto aos proponentes deste diploma,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quando?

Deputado André Bradford (PS): Não interessa quando!

O Orador: ... ao Sr. Deputado Joaquim Machado, enriquecer o preâmbulo do diploma com novas informações e fazendo propostas de alteração, e o Sr. Deputado Joaquim Machado, em nome de todos os proponentes, tenha recusado essas propostas por mera teimosia e intransigência.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Arrogância! Arrogância!

O Orador: Portanto, não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado Joaquim Machado e o PSD se recusem a enriquecer este diploma por mera teimosia, sobretudo quando está em causa uma matéria tão séria e tão importante, não só para os micaelenses, mas permitam-me dizer, para todos os açorianos.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente depois das palavras do Sr. Deputado Berto Messias não terei muito a acrescentar, mas há uma nota ou outra que eu gostaria, ainda assim, de clarificar, porque me foram dirigidas de forma direta.

A questão da assinatura ficou aqui tão explícita...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não ficou, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que me reservo o direito de já nem nela falar.

Para além disso, Sr. Deputado, se há situação com que eu lido bem, é com o religioso e com o não religioso.

Para aqui nada interessa se somos ou não somos crentes, se somos ou não somos devotos.

Agora, que de facto na conceção do Partido Socialista isto é um órgão legislativo que não deve embarcar em considerações quase místicas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... sobre o conteúdo dos diplomas, perdoe-me, mas essa é a minha mais franca convicção.

Quanto ao *timing* em que o Partido Socialista pretendeu apresentar propostas de melhoramento, para o Partido Socialista o verbo melhorar é um verbo que se conjuga em qualquer altura.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, até ao final do tempo em que é permitido pôr esta câmara a melhorar um diploma, o Partido Socialista aqui estará.

Permita-me, Sr. Deputado Joaquim Machado, que lhe diga que a sua intervenção só me faz lembrar um pouco o ditado popular de que “o galo quanto canta pensa que é só por ele que o sol nasce”.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta minha intervenção por uma declaração de interesses para evitar qualquer tipo de confusão.

Eu, Zuraída Soares, não sou católica.

Não sou católica, mas respeito profundamente todas as opções religiosas de cada pessoa,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de cada homem, de cada mulher, nos Açores, fora dos Açores, em qualquer parte do mundo.

Opção religiosa é uma escolha íntima,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

A Oradora: ... individual e com a qual ninguém tem a ver coisa nenhuma.

Dito isto, o Bloco de Esquerda que tem, obviamente como todos os outros partidos, no seu seio, católicos e não católicos, subscreve inteiramente os propósitos deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Porquê? Exatamente por respeito às opções religiosas de cada um (não é só dos açorianos, é de todas as pessoas!), pelo valor simbólico, material, patrimonial e religioso que esta figura, de que nós estamos a falar, este tesouro que agora nós queremos que seja «tesouro regional», que é a imagem e o tesouro do Senhor Santo Cristo, tem.

Esta opção, esta intenção deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, desde a primeira hora, teve o apoio do Bloco de Esquerda, independentemente das opções religiosas de cada um e até independentemente das razões que levaram outros partidos, nomeadamente o primeiro proponente, a apresentar esta proposta.

Podemos lá estar todos com o mesmo objetivo por razões diferentes.

Daí eu ter clarificado qual é a minha posição individual.

Mas quero deixar aqui muito claro, Sras. e Srs. Deputados (e não estou a fazer moral, mas acho que isto é absolutamente essencial fazer neste momento) que quero demarcar-me como um dos partidos que subscreveram, e portanto são proponentes deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, desta discussão, deste debate aqui havido até ao momento, entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, por entender o Bloco de Esquerda que este debate, por uma causa, que é a atribuição da designação do «tesouro regional» à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres, não honra a democracia, não honra este Parlamento, não honra a liberdade da opção religiosa de cada um e sobretudo não honra aquilo que todos nós estamos aqui a dizer que queremos honrar e que queremos defender, que é o valor simbólico e patrimonial da figura do Senhor Santo Cristo.

Deputado André Bradford (PS): Há coisas que têm que ser esclarecidas!

A Oradora: Portanto, o Bloco de Esquerda abster-se-á nas propostas apresentadas pelo Partido Socialista, votará favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional porque se comprometeu com ele com toda a convicção democrática, mas demarcar-se e rejeita completamente este tipo de aproveitamento político numa situação em que exatamente aqueles que aqui se dizem católicos deveriam ter um comportamento completamente diferente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas as coisas têm que ser esclarecidas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP é um dos subscritores desta proposta como é sabido.

Como é sabido também, o Deputado do PCP não é católico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me diga!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é novidade! Como é que a gente ia saber?

O Orador: Mas o Deputado do PCP respeita profundamente a fé dos católicos,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Eu já participei em atos religiosos de outras religiões!

O Orador: ... respeita profundamente os símbolos que esta iniciativa pretende classificar como «tesouro regional».

Eu não vou tecer nenhuma consideração sobre a forma e o envolvimento que houve sobre esta iniciativa, mas sim e apenas o objetivo da subscrição, que é um objetivo comum aos seis partidos aqui representados: atribuir a designação de «tesouro regional» à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Esse é o propósito da Representação Parlamentar do PCP. Apenas esse!

Como tal, demarco-me completamente da discussão que está a ser feita à volta deste diploma que, antes de tudo o mais e na minha opinião, revela uma grande falta de respeito por aquilo que nós queremos aprovar aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra antes de mais para reafirmar o que disse na intervenção anterior.

A matéria que estamos a apreciar convocava bom senso, coerência, boa vontade.

Só não tivemos isso porque a intervenção da Sra. Deputada Renata Botelho, do Partido Socialista, assim o impediu.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É mentira!

O Orador: Impediu, porque introduziu aqui um fator de guerrilha partidária...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É mentira!

O Orador: ... que devia estar afastado desta discussão.

Decorrem daqui também algumas precisões que são necessárias fazer-se, porque há matéria aqui que continua por explicar, nomeadamente onde para o diploma que o Sr. Deputado Berto Messias agora diz que subscreveu. Ninguém conhece esse diploma subscrito.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: Na versão que foi entregue neste Parlamento, nomeadamente com a retirada do parágrafo que já li, não há documento nenhum que tenha a assinatura do Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é escusado!

O Orador: Em segundo lugar, das motivações políticas que desde o início o Partido Socialista meteu neste processo, nomeadamente o Sr. Deputado Berto Messias veio comprovar a interpretação partidária que o PS sempre teve nesta matéria, ao dizer que quis evitar que a Assembleia Regional no dia 6 de junho tomasse partido sobre a questão do Senhor Santo Cristo quando no mesmo dia o Presidente do Governo tomou partido sobre ela e no dia seguinte o Diretor Regional da Cultura deu uma entrevista com o seguinte teor:

“A Diocese deveria rapidamente propor que haja proteção legal. Do ponto de vista governamental será aceite de bom grado uma proposta diocesana para que esse património seja classificado como «tesouro regional»”.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é escusado! Vai estragar tudo!

O Orador: Portanto, para os partidos representados nesta Assembleia não era oportuno o momento. Para o Partido Socialista, ou melhor para o Governo Regional do Partido Socialista já foi oportuno fazer isto tudo no mesmo dia.

Portanto, isto diz bem da motivação partidária e dos complexos que o PS sempre teve, ou dos preconceitos que o PS sempre teve, nesta matéria e da má-fé que teve durante este processo todo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Má-fé!

O Orador: Se efetivamente queria colaborar teve sete meses para o fazer e ainda tem hoje, porque regimental e estatutariamente nada impede...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não podemos mexer no preâmbulo!

O Orador: ... o Partido Socialista de fazer as melhorias.

Estamos não é dependentes da vontade de um partido, dos subscritores e menos ainda do Deputado Joaquim Machado.

O Deputado Joaquim Machado responde por si e há vezes que nem responde pelo PSD.

Deputado André Bradford (PS): O problema é seu! Mas já tínhamos reparado!

O Orador: Portanto, não respondi pelos subscritores.

Acho que está tudo dito. Mas falta ainda dizer mais uma coisa. É que o Sr. Deputado Berto Messias, não sei em que dia viajou e esteve impedido de comunicar durante duas horas.

O que eu sei também é que no dia 7 de junho o Partido Socialista emitiu um comunicado sobre esta matéria.

Ele pode ter estado incontactável, mas houve alguém do Partido Socialista que emitiu um comunicado e o comunicado está disponível.

O comunicado do Partido Socialista voltava a reafirmar o seguinte: que estavam de acordo com a matéria (e julgo que continuam, e bem; sublinho novamente, e bem!) mas que não era oportuno.

Por ironia das ironias o comunicado do Partido Socialista até veio ao lado das declarações do Diretor Regional da Cultura.

Vêm acusar o PSD de estar de má-fé neste processo? De não querer aceitar as propostas que os senhores têm?

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém vai modificar depois da proposta ser pública! Santa paciência!

O Orador: Apresentem as propostas que elas serão votadas.

Quanto ao resto, Sra. Deputada, e ao ditado que a senhora aqui trouxe do galo, mantendo a coisa mais ou menos dentro da mesma área do reino animal, eu podia também lembrar aquele ditado “hoje pavão, amanhã espanador”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas eu julgo que neste caso se apropria melhor aquele ditado que diz que “quem toca os sinos não vê a procissão”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para informar a câmara, tendo em conta a intervenção que acaba de acontecer, de que o Partido Socialista já entregou as suas propostas de alteração há vários minutos, e dizer também, para que os mais desatentos não se distraiam, que só o proponente pode alterar o preâmbulo da proposta.

Portanto, o Partido Socialista não pode fazer propostas de alteração ao preâmbulo da proposta que está em discussão, como o Sr. Deputado Joaquim Machado bem sabe.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Confirmo, Sr. Deputado, que as propostas já entraram. Aliás, já foram distribuídas por todos.

Está agora inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado André Bradford (PS): Um católico!

Deputado José Contente (PS): Um cristão perfeito!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer a minha declaração de interesses. Alguém tem que dizer que é católico.

Deputado Berto Messias (PS): Eu também sou, Sr. Deputado!

O Orador: Eu, da minha parte, sou católico, evidentemente.

É evidente que independentemente dos Deputados serem crentes ou ateus, isso não prejudica em nada a posição que temos que tomar sobre os diversos assuntos, alguns também com algum cariz religioso.

De qualquer das formas fica aqui a minha declaração de interesses em relação a esta matéria, o que não me impediu, por exemplo, de processar a Diocese. Portanto, demonstra bem que sendo católico, nós temos depois liberdade de agir conforme a nossa consciência.

Devo dizer em relação a este assunto que considero que há aqui uma questão fundamental que também dividiu os partidos no momento em que foi elaborada a proposta, que era considerar se era ou não era oportuna a intervenção e a atribuição da designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Na altura tive oportunidade de dizer que considerava que era oportuno. Considero sempre oportuno o Parlamento dar respostas às questões que a sociedade açoriana está a debater e está a problematizar.

O Parlamento não deve fazer de conta que estes problemas não existem ou que está muito acima das questões terrenais.

Eu considero que o Parlamento açoriano, perante um problema que provocou um debate na sociedade açoriana e que também demonstrou que existia aqui um vazio legal, não deve fazer de conta que o problema não existe. Deve realizar uma intervenção e ainda por cima uma intervenção, como se está a ver, que é amplamente consensual na medida em que é bastante racional.

Portanto, na altura, tivemos a oportunidade de dizer que estávamos de acordo com a iniciativa que estava a ser preparada. Participámos no âmbito da sua elaboração e é evidente que da nossa parte é este o posicionamento que nós mantemos.

Consideramos que esta intervenção é essencial. Os partidos que a apresentaram têm o mérito de ter respondido a uma questão que estava a preocupar muito a sociedade açoriana e de acautelar aspetos importantes que têm a ver também com a importância cultural do tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Penso que aqui a população dos Açores, quer os crentes, quer os não crentes, se sentem muito mais confortáveis a partir do momento em que tornarmos esta situação legal.

É isto que tenho a dizer em relação a este processo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende classificar como «tesouro regional» a imagem do Senhor Santo Cristo e os seus Cinco *Dons*.

Devíamo-nos centrar em torno dessa discussão e na valorização efetivamente dos bens que queremos conservar.

Efetivamente para podermos ser claros (pelos vistos toda a gente tem necessidade de manifestar as suas intenções), eu digo que fui chefe de escuteiros, portanto, batizado, católico, não tenho problema com isto.

Olho para esta questão, que não pode ser olhada sem, de facto, valorizar a religiosidade do povo micalense e do povo açoriano (não só o micalense mas também o açoriano!).

As dádivas que aqui estão são resultantes de atos de fé...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e isto é algo que é resultado do povo num esforço enorme e que certamente se não fosse a sua fé não teríamos tesouros para estarmos a classificar.

Ora, a imagem do Senhor Santo Cristo, se lhe tirarmos o seu valor imaterial, é uma imagem como outra qualquer e até poderíamos entrar em considerações de estética.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sim, é verdade!

O Orador: Mas não é isso que está aqui em causa. Está aqui em causa, de facto, a preservação de uma determinada identidade que foi construída com a religiosidade dos açorianos.

É por esse respeito, pela religiosidade dos açorianos, que de facto o que interessa para o CDS-PP é que se preserve e se atribua a designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo e aos Cinco *Dons*, por respeito à religiosidade das pessoas e ao enorme esforço que a crença dessas pessoas levou a que fossem atribuir ao Senhor Santo Cristo dos Milagres o melhor que tinham e por vezes o que não tinham. Isso merece-nos de facto um enorme respeito pela crença que as pessoas têm e pelo que eles deixam à nossa sociedade atual e às sociedades vindouras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em sede de Comissão de Assuntos Sociais, a propósito da classificação como «tesouro regional» da imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e das demais peças centrais na exteriorização do culto, reconheci a existência de duas propostas com o mesmo objetivo.

A saber: a iniciativa do PSD, do CDS-PP e das Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, do PCP e do PPM e o pedido do Bispo de Angra, por sugestão da Comissão Diocesana dos Bens Culturais da Igreja, realizado perante a Direção Regional da Cultura, da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Em tal contexto, embora não me competisse qualquer diligência, deixei um apelo à aproximação e ao entendimento das partes, até porque a proposta da

oposição pecava por alguma ambiguidade por não registar inequivocamente os bens a classificar, até porque a proposta da Diocese primava pela fundamentação vertida num bem elaborado documento justificativo que recria a classificação da imagem e dos seus *Cinco Dons*, concretamente o cetro, a corda, a coroa, o relicário e o resplendor.

Formalmente não ocorreu nem a aproximação nem o entendimento por mim pretendidos. Mesmo assim, quem sabe se por ação de um pequeno milagre, o processo da classificação como «tesouro regional» da imagem e de outros acessórios do Senhor Santo Cristo dos Milagres ganhou maior consistência.

De facto, os proponentes definiram rigorosamente os objetos da classificação, a imagem e os seus *Cinco Dons*, adotando a proposta da Diocese.

Pena é que o milagre não tenha sido maior. Se o tivesse sido teria por certo propiciado o acolhimento de maior colaboração do Partido Socialista, artificialmente arredado da proposta inicial, numa manifestação de falso divisionismo, fruto de incidências da pequena política.

Tal acontecimento ter-se-ia traduzido em benefício do projeto que teria ganho um carácter de maior unanimidade condizente com a devoção e o respeito tributados à imagem do Senhor Santo Cristo por todos os açorianos sem exceção.

Nestas circunstâncias a aprovação nesta Assembleia, presumivelmente por unanimidade, da classificação da imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e dos seus *Cinco Dons* como «tesouro regional», fará cessar os procedimentos com o mesmo objetivo desenvolvidos nos últimos meses pela Direção Regional da Cultura que ainda decorriam na sequência do protocolo subscrito com a Igreja no decurso do ano transato, tendente à inventariação dos bens culturais da Diocese na ótica da valorização do património cultural dos Açores.

Acerca do culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres a história e a lenda ainda disputam a elucidação de aspetos essenciais. Com efeito, veneramos uma imagem de meados do séc. XVI, duvidosamente ofertada pelo Sumo Pontífice a duas freiras da Caloura.

Por acréscimo, anualmente, no quinto domingo após a Páscoa, nas ruas de Ponta Delgada, em solene procissão, honramos o *Ecce Homo*, fruto de um impulso de Madre Teresa da Anunciada, ocorrido algures no termo do séc. XVIII.

No entanto, à exceção do culto do Espírito Santo, que é por excelência a verdadeira religião do povo dos Açores, a devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres é o culto com maior enrizamento popular.

Como é natural, possui uma maior expressão em São Miguel, em redor do Convento da Esperança de Ponta Delgada. Todavia, regista importantes ramificações noutras ilhas dos Açores. Basta recordar, a título de exemplo, festas do Santo Cristo na Graciosa, em Santa Maria, em São Jorge ou a celebração do Bom Jesus no Pico.

Além disso, o culto acompanha a diáspora dos açorianos com manifestações muito significativas por toda a América do Norte.

A devoção popular constitui justificação bastante para atribuição da designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e dos seus Cinco *Dons*.

Porém, na perspetiva artística, tais objetos sagrados possuem um valor estético inestimável, sendo alguns deles até considerados os mais belos e sumptuosos exemplares da Península Ibérica.

De resto, mantenho a esperança de que a classificação da imagem e dos Cinco *Dons* não seja propriamente um fim. Pelo contrário, mantenho a esperança de que a classificação da imagem e dos Cinco *Dons* constitua um estímulo para o desenvolvimento de maior investigação em redor do culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, um verdadeiro fenómeno da religiosidade e de popularidade, aqui nos Açores e nas nossas comunidades emigradas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada ao artigo 1.º, subscrita por todos os partidos que subscreveram este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A votação que acabámos de realizar traz um problema. Não sei se será problema, mas apelava à Sra. Presidente para fazer a melhor interpretação e a contextualização do seguinte:

A proposta de alteração subscrita por todos os partidos alterava a designação do Decreto Legislativo para o conformar com aquilo que é o seu texto normativo, ou seja, de designar a imagem e os Cinco *Dons* conexos como «tesouro regional».

Fizemos isso exatamente, não por milagre, Sr. Secretário Regional da Educação, mas por entendermos que ficava concretizada aquilo que foi a nossa intenção e que decorria de qualquer interpretação do texto que tinha sido apresentado.

Fizemo-lo também por se compaginar ainda melhor com a proposta da Diocese que surgiu dois meses depois desta proposta legislativa dos cinco partidos subscritores.

O Partido Socialista acaba de chumbar esta proposta.

Portanto, ficamos aqui com uma incongruência, que é, o Sr. Secretário Regional acabou agora de defender esta conciliação (e até elogiou, coisa que agradecemos, remetendo para uma inspiração divina, para um milagre) que fizemos da designação do diploma com aquilo que era o pretendido pela Diocese e com aquilo que nós vamos concretizar, mas o Partido Socialista acabou por chumbar.

Portanto, julgo que vamos ficar aqui com um diploma que também do ponto de vista formal, Sra. Presidente, não vai ser coerente. Isto é, vai ter como título a atribuição da designação de «tesouro regional» à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres, quando efetivamente não é o tesouro nesta expressão, mas aqueles cinco bens.

Portanto, apelo a V.^a Ex.^a, ou solicito, que dê interpretação do que é que vai acontecer, porque isto torna muito incoerente o Decreto Legislativo.

Presidente: Sr. Deputado, compreendo a sua interpelação. No entanto, há uma proposta de alteração do Partido Socialista também a este artigo 1.º.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é que diz exatamente o contrário, Sra. Presidente!

Presidente: Não.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A proposta de alteração do Partido Socialista diz que a designação do «tesouro regional» é à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo.

Presidente: O Sr. Deputado vai permitir-me concluir.

Na proposta de alteração do Partido Socialista é “atribuída a designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do Convento da Esperança, na Ilha de São Miguel, e seus Cinco *Dons* (cetro, corda, coroa, relicário e resplendor)”, e até agora é igual à vossa, “descritos no anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante”.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Fica descrito no anexo!

Presidente: Portanto, “em virtude de revestido valor especialmente...”, ou seja, é em tudo semelhante à vossa, à exceção de que remete para o anexo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

Presidente: Sr. Deputado, vou permitir-lhe, para uma interpelação, que tente explicar à câmara qual a sua dúvida.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta dos cinco partidos subscritores deste Decreto Legislativo altera a designação do decreto, passando a ser a designação de “«tesouro regional» à imagem e aos cinco bens”.

Portanto, nós alterámos a designação para ela se conformar com aquilo que era a nossa proposta do n.º 1.

O que acontece é que o Partido Socialista, entendendo que a sua proposta ao n.º 1, ao artigo único aliás, era melhor, chumbou esta proposta, o que mantém o título do diploma desconforme com o seu normativo.

Ou seja, nós vamos ter um Decreto Legislativo que designa a imagem e o tesouro do Senhor Santo Cristo como «tesouro regional», quando devíamos ter a imagem e os seus Cinco *Dons* como «tesouro regional».

Portanto, há aqui uma desconformidade que resulta da votação que o Partido Socialista determinou pela maioria que tem aqui dentro.

Aquilo que eu pergunto é se nós vamos ficar com um Decreto Legislativo que tem um título onde diz uma coisa e um texto normativo que não é exatamente isto, porque a nossa proposta alterava o título e isso o Partido Socialista esqueceu-se de fazer.

Presidente: Sr. Deputado, a vossa proposta de alteração altera o artigo 1.º.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não só, Sra. Presidente!

Presidente: Altera só o artigo 1.º.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o título.

Presidente: Está aqui escrito o novo título, mas o que estão a fazer... até porque as propostas de alteração incidem sobre o articulado.

Quando muito, em sede de redação final, como já foi feito aliás noutros diplomas, pode-se conformar (aliás, ainda ontem isso foi feito aqui), em virtude de determinadas alterações que são aqui aprovadas, todo o corpo do texto, quer

no seu preâmbulo quer em anexos, àquilo que foi alterado no articulado. Naturalmente que isso pode ser possível fazer.

A vossa proposta de alteração que foi aqui agora apresentada e rejeitada era ao artigo 1.º. Foi isso que foi votado, foi a alteração ao articulado, neste caso ao artigo 1.º.

Não há nenhuma proposta de alteração à designação do diploma em si.

Naturalmente em virtude desta aprovação ser feita em sede de redação final, conformar-se-ia todo o texto do diploma à nova designação que aqui estaria prevista.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: À partida é assim que a Comissão deveria fazer, aliás como é habitual noutros diplomas.

Antes de dar-lhe a palavra vou dar a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho, que penso que é também para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

A Sra. Presidente acabou de explicar aquilo que eu ia exatamente dizer.

Em redação final harmoniza-se o título do diploma sem que nos pareça que isso crie qualquer problema.

Só para dizer que obviamente o Partido Socialista só rejeitou esta proposta de alteração das oposições porque no seu entendimento a proposta de alteração do Partido Socialista é mais abrangente, especifica a localização do Convento da Esperança em São Miguel, para que não haja quaisquer dúvidas.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sim, sim. Porque legislar é muitas vezes ser redundante para que fique absolutamente claro o conteúdo daquilo que se quer legislar.

Pelo que me foi dito isso poderia levantar alguma dúvida.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que disse isso?

A Oradora: Para além disso, porque a nossa proposta de alteração remete para um anexo onde estão presentes as características físicas e técnicas dos objetos a classificar. É assim que no nosso entender deve ser legislado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

Uma intervenção inteligível, como o Sr. Deputado João Bruto da Costa sabe!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado não sei se ainda quer manter a sua inscrição.

Para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que aceitamos a interpretação da Sra. Presidente. Todavia seja-me permitido dizer que a proposta de alteração que foi apresentada diz o seguinte:

“... a seguinte proposta de alteração:

Projeto de Decreto Legislativo Regional

Atribuição da designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e seus Cinco *Dons*”.

Portanto, alterávamos o título do Decreto Legislativo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Vai ser alterado em redação final!

O Orador: Mas acho que a interpretação de V.^a Ex.^a é avisada e resolve este problema, porque de facto seria mais uma mancha sobre o processo.

Julgo que o Senhor Santo Cristo deve estar acima disto tudo.

Portanto, fica muito bem resolvido.

Presidente: Naturalmente, Sr. Deputado. Para mais um esclarecimento.

Apesar de efetivamente estar aqui uma nova designação, isso só seria consubstanciado se fosse uma proposta de substituição integral a este diploma e, aí sim, poderia ser considerada.

Portanto, penso que, apesar de tudo, é unânime que esta é a interpretação correta daquilo que foi aprovado, neste caso que foi votado e rejeitado, nesta câmara há pouco.

Neste caso, vamos continuar a nossa votação e agora para a proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo, artigo 1.º.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que, do nosso ponto de vista, esta proposta de alteração do Partido Socialista não acrescenta, não retira, mas também não melhora nada este diploma.

Desde logo, nós achamos que acrescentar que é o Convento da Esperança da Ilha de São Miguel, é uma coisa redundante. Eu não conheço mais nenhum Convento da Esperança em São Miguel e menos ainda um Convento na Esperança onde haja uma imagem do Senhor Santo Cristo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Por que é que não pode ficar dito que é em São Miguel?

O Orador: Mas se o Partido Socialista assim quer, não vemos que venha daí nenhum mal ao mundo.

Mas o PSD já tem uma posição, digamos, ainda de uma reserva superior quando se faz a descrição dos bens, porque a descrição dos bens que vão ser designados de «tesouro regional» é uma descrição insuficiente.

É uma descrição eu não diria simplória, mas é uma descrição muito simples e insuficiente, que não acautela em nada nem a identificação, nem outros aspetos relacionados com estes bens, nomeadamente a descrição que é feita do resplendor é tão simples, tão simples, tão simples, que não acautela coisa nenhuma.

Diz que tem um diâmetro de 43 centímetros e uma altura de 81 centímetros.

Nós não sabemos a quantidade de joias que ali estão, as características das joias, nem as dimensões das joias, o que significa que esta descrição não protege sequer estes bens, porque eles podem ser alterados, podem ser retirados elementos. A descrição não acautela nada disso.

Mas há ainda uma outra coisa que do nosso ponto de vista também fica prejudicada com esta descrição. É que estes bens são bens inacabados...

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Inacabados? A corda, a coroa, o cetro, o relicário e o resplendor?

O Orador: ... e resultam das dinâmicas e das práticas que estão associadas ao culto do Senhor Santo Cristo, o que significa que as dádivas dos crentes permitem alterar.

Portanto, acrescentar alguma coisa pode ir para além da descrição que aqui está. Isto de algum modo, se quisermos, em tese, é limitativo das próprias práticas que estão associadas ao culto.

Todavia, não ficará este diploma com mais uma mancha e da nossa parte vamos abster-nos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que, segundo creio, não é nenhum delírio do Partido Socialista querer especificar que é em São Miguel, porque há um Convento da Esperança na Terceira.

Muito obrigada.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Tem um Santo Cristo?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos agora passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 abstenções PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º do Projeto de DLR, com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto seis da nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação, Sra. Presidente. Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as cinco.

Eram 16 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Entramos no ponto seis da nossa Agenda.

Sr. Deputado Félix Rodrigues pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em virtude de um Voto de Congratulação que foi apresentado esta manhã por mim sobre os 150 Anos do Teatro Micaelense, e em virtude de haver

discordâncias relativamente à continuidade ou não continuidade da mesma estrutura, e se tratar ou não do mesmo edifício, e também na sequência daquilo que o Deputado José Andrade acaba de publicar no seu *facebook*, eu vou entregar à Mesa, e agradecia que fosse distribuído por todos os Deputados, especialmente ao Deputado José Andrade, um conjunto de informações históricas relativamente a essa continuidade que fazem parte tanto do Açoriano Oriental como inclusivamente de algumas fontes do próprio Teatro Micaelense. Gostaria que fosse distribuído por esta câmara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser recebido pela Mesa então faremos depois a sua distribuição.

Vamos então entrar, como dizia, neste nosso ponto de Agenda: **Petição n.º 31/X – “Pelo aumento do acréscimo regional ao salário mínimo na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Vítor Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento.

Os tempos foram conferidos pela Conferência de Líderes e cada grupo ou representação parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “PELO AUMENTO DO ACRÉSCIMO AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 18 de dezembro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e por conferência telefónica com a Delegação de São

Jorge, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Pelo aumento do Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores”.

1º. caPÍTULO – introdução

A 3 de novembro de 2014, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição intitulada “Pelo aumento do Acréscimo ao Salário Mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores”, cujo 1.º subscritor é o Senhor Vítor Silva – Coordenador da CGTP/Açores.

O autor da Petição justifica, genericamente, a respetiva pretensão nos seguintes pressupostos:

1. Na debilidade económica das famílias açorianas;
2. Nos efeitos destrutivos das medidas de austeridade;
3. No aumento do custo de vida agravado pelos custos de insularidade;
4. No aumento de situações de pobreza;
5. No facto do rendimento médio ser inferior aos trabalhadores nacionais.

Concluindo o autor refere que tais fatores têm vindo a contribuir para um agravamento das dificuldades dos trabalhadores com rendimentos mais baixos na Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, o subscritor entende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve debater estas questões e pronunciar-se no sentido de:

- Propor um aumento do acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida de 5% para 7,5%, para os trabalhadores por conta de outrem, mantendo a sua indexação à Retribuição Mensal Mínima Garantida Nacional.

2º. Capítulo – enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3.º. cAPÍTULO – APRECIACÃO na generalidade e na eSPECIALIDADE

A Petição em análise tem como justificação, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, a fragilidade das famílias açorianas; as medidas de austeridade; o custo de vida agravado pela insularidade; rendimento médio dos trabalhadores açorianos ser inferior aos trabalhadores residentes no Continente Português e o aumento de situações de pobreza.

Nestes termos, a presente petição propõe um aumento do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida que, “mantendo a sua indexação à Retribuição Mínima Mensal Garantida nacional, possa repor alguma justiça relativa nas remunerações dos trabalhadores açorianos, bem como contribuir para atenuar as consequências do aumento do custo de vida sobre as camadas sociais mais fragilizadas.”

A Comissão de Economia deliberou ouvir o primeiro subscritor da petição, Vítor Silva, Coordenador da CGTP Açores.

A Comissão deliberou solicitar pareceres às seguintes entidades:

- AHRESP;
- UGT Açores;

- Câmara do Comércio e Indústria da Região Autónoma dos Açores.

Será anexo ao presente Relatório o parecer recebido da seguinte entidade:

- Câmara do Comércio e Industria da Região Autónoma dos Açores.

No dia 18 de dezembro de 2014 a Comissão ouviu o primeiro subscritor da petição, Vítor Silva, líder da CGTP-Açores.

O Peticionário Vítor Silva, na apresentação dos motivos que o levaram a esta iniciativa, começou por afirmar que se assistia à necessidade de aumentar o rendimento dos trabalhadores açorianos devido ao aumento do custo de vida agravado pelos custos de insularidade.

Referiu que existia uma diferença dos rendimentos do trabalho nos Açores e no Continente e que, neste momento, muitas famílias viviam em situação de pobreza e de exclusão social.

O líder sindical afirmou ainda que esta Petição partia das principais reivindicações dos trabalhadores.

Como exemplo desta conjuntura referiu que no ano 2014 não tinha sido realizado ou revisto qualquer contrato coletivo de trabalho, assistindo-se apenas ao retirar de direitos dos trabalhadores.

Prosseguiu, afirmando ser esta iniciativa, que defendia um aumento de 5% para 7,5% do acréscimo, um contributo positivo porquanto poria mais dinheiro a circular, promoveria o consumo, aumentando o bem-estar social e melhorando a economia.

Esta medida, segundo o peticionário, era um contributo, também, para o aumento da produtividade e competitividade das empresas. Referiu que não era fácil com 509 euros valorizar e dignificar o trabalho.

A título de exemplo referiu que no sector privado já não existia diferenciação entre categorias e que, como tal, os trabalhadores agora estavam rotulados como a classe do salário mínimo. Não tinha dúvidas que esta era uma medida que faltava ser tomada.

Disse ainda que no sector público já tinham sido instituídas algumas medidas, que a CGTP subscrevia, para repor alguns cortes, mas que era chegada à hora do sector privado, para não existirem trabalhadores que ganhavam mais e os outros que ganhavam menos.

Por fim reforçou que esta era uma medida fundamental e que devia ser posta em prática o mais rapidamente possível.

No período dedicado aos esclarecimentos o Deputado Félix Rodrigues perguntava se já não existia uma diferença salarial entre a Região e o Continente. Relativamente ao Salário Mínimo também achava que era pouco, mas preocupava-o a questão da equidade. Se no sector público se tinha conseguido este acordo porque não era possível fazê-lo com o sector privado, perguntou o Deputado.

Referindo-se à não diferenciação das carreiras o Deputado lembrou que essa situação tinha a ver com o congelamento das carreiras executado pelo Governo do Eng. José Sócrates.

O Primeiro Peticionário referiu que, apesar de tudo, no Continente tem sido possível aumentar alguns salários mas que nos Açores tal não tinha acontecido e que nisso até os sindicatos tinham alguma culpa, porque as carreiras existiam, existia também uma tabela salarial, mas, no fundo, o que estava a acontecer era atribuírem mais responsabilidade aos trabalhadores mantendo-os no mesmo nível salarial.

Relativamente ao acordo com o sector público o Dirigente Sindical informou que não havia qualquer impacto desta medida porque todos recebiam acima do Salário Mínimo, havendo casos pontuais de trabalhadores que ingressam agora nalgumas empresas públicas, como os Hospitais EPE, que começavam a sua carreira como esses valores.

Referiu, por último, que a Administração Pública tinha de dar o exemplo e que alguns eram péssimos, como o caso da Formação Profissional.

O Deputado António Marinho lembrou que era a terceira petição sobre esta matéria e que compreendia os argumentos dos peticionários. Para uma melhor

apreciação perguntou ao Primeiro Peticionário o que tinha mudado desde a última iniciativa.

O Dirigente Sindical afirmou que o número de vezes se prendia com o efeito e que, como representantes dos trabalhadores, iriam apresentar esta intenção sempre que fosse preciso e que em cada uma tinham sido acrescentados argumentos.

Referindo-se à diferenciação das carreiras afirmou que os sindicatos tinham descoberto que o aumento proposto nesta petição se podia repercutir nas carreiras profissionais por existirem mecanismos legais que obrigariam a ligeiros aumentos salariais.

Esclareceu que esta petição era para ser lançada só em 2015 mas que os trabalhadores tinham exigido que fosse agora.

O Deputado Rogério Veiros afirmou que, relativamente à última petição sobre esta matéria, tinha havido uma atualização do Salário Mínimo Nacional, que veio dar razão ao Partido Socialista que achava que o aumento devia ser feito por essa via e também veio ao encontro das exigências dos trabalhadores que pugnavam por aumentos salariais.

Perguntou se esse facto tinha tido reflexos nos contratos coletivos e nas tabelas salariais.

O Primeiro Peticionário lembrou que não tinha havido novos contratos coletivos nem revisões em 2014 e que apenas se tinha aplicado o acréscimo de 5% relativamente ao novo Salário Mínimo Nacional. Referiu que se tinha assistido a um reflexo nos salários mas não nas carreiras, como existiria se a pretensão incluída nesta petição vingasse.

Vítor Silva afirmou que hoje as pessoas estavam a viver pior. Mais medidas de austeridade atrás de outras medidas de austeridade nada resolvia, referiu. Era preciso aumentar o consumo e dinamizar a economia. Aumentar o rendimento dos trabalhadores ajudava as empresas, concluiu o Dirigente Sindical.

4º. cAPÍTULO – parecer

1. Em 2011 o País recorreu à ajuda externa (BCE, EU e FMI) para conseguir financiar a economia Portuguesa e estabeleceu um “memorando de entendimento”, que vinculava o País, onde se incluía o congelamento de salários da função pública até 2013, limitação do aumento do salário mínimo a motivos justificados, entre outras;
2. O salário mínimo no país era de 485 euros desde 1 de janeiro de 2011;
3. No dia 17 de maio de 2014 cessou a intervenção externa;
4. A partir de 1 de outubro de 2014 o salario mínimo passou para 505 euros (mais 20 euros), medida que beneficiou cerca de meio milhão de trabalhadores;
5. Nos Açores, face ao disposto em legislação própria (Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril), existia e existe um acréscimo de 5% ao montante referido como salário mínimo, o que significa que desde 1 de janeiro de 2011 o salário mínimo regional fosse de 509,75 euros. A partir de 1 de outubro de 2014, na sequência do aumento do salário mínimo nacional para 505 euros, o salário mínimo regional passou para 530,25 euros;
6. A atual conjuntura económica do País e da Região, não aconselha que se proceda a um aumento dos encargos com o trabalho nas empresas apenas nos Açores, introduzindo um aumento de mais 2,5 pontos percentuais no Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, que passaria de mais 5% para mais 7,5%, pois esta diferenciação iria provocar uma perda de competitividade das empresas regionais face às suas congéneres a nível nacional, podendo tal facto, inclusivamente, ter repercussões ao nível do emprego;
7. A Petição, por ser subscrita por 3297 peticionários, deverá subir a Plenário nos termos regimentais;
8. Do presente Relatório deverá ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

O Relator, José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente, Francisco Vale César

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bastantes vezes temos tido a oportunidade de discutir neste Parlamento a necessidade de aumentar o Complemento Regional ao Salário Mínimo Regional. Ainda no passado mês de novembro discutimos uma proposta do PCP, no âmbito do Orçamento da Região, para concretizar este aumento.

Não é por acaso que este tema regressa tantas vezes a este Parlamento. Isto acontece por causa da recusa continuada de uma maioria teimosa, dogmática, entrincheirada nas suas palas ideológicas, cega à dramática situação que vivem os trabalhadores açorianos, de uma maioria que é prisioneira dos interesses que lucram com a exploração e com a miséria dos trabalhadores açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Uma maioria a que não resta um pingão de vergonha de se dizer “preocupada com a situação social”, ou de se dizer – ironia das ironias! – uma “maioria de esquerda”!

Este tema regressa tantas vezes a este Plenário porque lá fora, longe da vista e das preocupações da maioria instalada, degrada-se a vida dos trabalhadores açorianos. Este assunto regressa e continuará a regressar porque, lá fora, agravam-se as dificuldades de quem com o seu trabalho produz a riqueza dos Açores e tem como paga apenas a miséria e a exploração!

Longe vão os tempos em que podíamos ensinar aos nossos filhos que o trabalho honesto lhes garantiria uma vida digna! Graças à vossa política, isso acabou! Hoje, cada vez mais trabalhadores açorianos se encontram numa miséria

profunda, dependentes de apoios sociais ou de caridades alheias, porque mesmo trabalhando tudo o que podem não ganham o suficiente para sobreviver! O valor do trabalho honesto, nesta sociedade que estão a criar, é uma lição que as novas gerações desaprendem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa que se denuncie este profundo desequilíbrio nas políticas do Governo Regional:

Para as empresas dezenas de milhões de Euros de incentivos sempre a fundo perdido, ofertas de terrenos e edifícios, isenções e apoios de todo o género, oferta de mão de obra gratuita em estagiários e desempregados, portas abertas, vias verdes, tudo!

E para os que trabalham, para os açorianos, desprotegidos, sem escolha nem opção perante a ameaça do desemprego, porque precisam de um salário no fim do mês para não morrer de fome: Nada! Nada! E mais nada! Para esses nunca há folga orçamental, margem de manobra ou possibilidade de qualquer melhoria!

Este desequilíbrio não é um acidente. É uma opção do PS! Uma opção de classe que define bem de que lado o PS está. E não é certamente do lado dos trabalhadores. Não é certamente do lado da esquerda! Não é certamente do lado certo da vida! Não é certamente do lado do coração!

Depois de anos, décadas, desta política, qual é o resultado?

Exatamente o que era previsível: milhares de açorianos a sobreviver muito abaixo do limiar da pobreza, porque os salários são miseráveis, e um desemprego galopante e sem saída, porque as empresas não têm quem lhes compre o que produzem! E já sabemos que não vai haver milagres que nos façam sair deste ciclo vicioso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Podem não ser sensíveis a esta Petição, podem chumbar as nossas propostas do PCP, podem rejeitar as petições dos cidadãos, podem continuar a teimar que para os trabalhadores não largam nem um cêntimo, que não calarão quem luta por justiça e pelo direito a uma vida digna.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, habituem-se. Esta questão do aumento, do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, vai mesmo regressar com toda a certeza a este Parlamento e irá regressar tantas as vezes quantas forem necessárias até que se mude de política, até que se construa uma Região com justiça social para quem trabalha.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda começa por saudar obviamente os 3.297 peticionários e peticionárias que pedem a esta Casa que legisle no sentido do aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional nesta Região.

Quero dizer daqui desta bancada que os peticionários e as peticionárias que apresentam esta Petição têm toda a razão na sua pretensão.

Na simplicidade desta Petição, que não chega a ocupar uma página A4, está absolutamente tudo dito sobre a razão, ou as razões, a justiça e sobretudo a urgência de que aquilo que é pedido possa alguma vez vir a ser uma realidade numa Região Autónoma com um Governo do Partido Socialista.

Os peticionários dizem, e é verdade, que os trabalhadores açorianos têm de fazer face a um custo de vida que é agravado pela insularidade.

Os peticionários dizem, e é verdade, que os trabalhadores açorianos continuam a ter um rendimento médio bastante inferior ao dos trabalhadores do continente. Dizem também, e é verdade, que houve aumento das situações de pobreza entre os açorianos, que apesar de trabalharem efetivamente, não recebem o suficiente para viverem condignamente. Aí, estão a ser beneficiários do Rendimento Social de Inserção para poderem ter alguma comida decente em cima da mesa e a serem acusados por muitos e por muitas como preguiçosos, ladrões e oportunistas. No entanto, trabalham todos os meses.

Os peticionários dizem, e têm razão, que o aumento do custo de vida faz com que o acréscimo de 5% não seja suficiente para assegurar condições de vida dignas a quem trabalha.

Os peticionários dizem ainda, e têm razão, que o aumento dos salários é indissociável de uma maior justiça na distribuição da riqueza, da melhoria do rendimento, do aumento do consumo e da dinamização da economia regional. Por isso, pretendem que o acréscimo regional ao salário mínimo nacional passe de 5% para 7,5% (2,5% Sras. e Srs. Deputados!).

Gostaria de me referir ao parecer e aos pontos do parecer elaborado em sede de Comissão de Economia sobre esta Petição e sobre a sua pretensão e de tecer algumas considerações sobre os seus diversos pontos.

No primeiro ponto deste parecer é, digamos, constatado que Portugal estabeleceu o Memorando de Entendimento em 2011, que de acordo com o conteúdo desse Memorando, limitava o aumento do salário mínimo a motivos justificados. Todos nos recordamos disso. Por isso, entre 2011 e 2014 não foi só a miséria e a penúria que aumentou, foi aguentarmos o jugo das entidades externas que nos deixam trabalhar apenas para pagar os juros que são devidos à banca nacional e internacional.

O ponto dois diz que o salário mínimo no país era de 485€ em janeiro de 2011. Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas, 485€!

Não era possível aumentar. Mas é possível ter dinheiro para dar todos os anos à banca internacional, 8 mil milhões de euros só em juros da dívida. É isto que o

Partido Socialista diz através do seu líder António Costa, todos os dias no continente.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

A Oradora: Todos os dias dentro e fora da Assembleia da República.

Deputado Berto Messias (PS): Está enganada! Isso é para ali! Diga para eles ouvirem!

A Oradora: Ponto três:

No dia 17 de maio de 2014 cessou a intervenção externa. Ou seja, aquele célebre relógio, do célebre Dr. Paulo Portas, que estava ali para, no dia da Restauração da Liberdade, dar uma badalada, por acaso estava enganado, porque pelos vistos o CDS faz mal contas. Pôs as horas a decrescer erradamente. Mas o relógio, em determinado dia, parou e o dia da libertação chegou! Chegou para quem, Sras. e Srs. Deputados?

Não chegou para os trabalhadores deste país...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chegou, chegou!

A Oradora: ... não chegou para os trabalhadores desta Região, porque continuam a ser penalizados e continuam a auferir a miséria que sempre lhes foi paga, sobretudo no trabalho privado.

Depois, no seu ponto cinco diz que o salário mínimo regional passou para 530.25€.

Queria lembrar que diversos organismos internacionais, nomeadamente a OCDE, têm afirmado frequentemente, e muito recentemente, que o salário mínimo nacional em Portugal é tão baixo que roça a indecência.

É tão baixo porque é um dos mais baixos da Europa que não permite nenhuma recuperação económica. Não é o Bloco de Esquerda que diz, é a OCDE. É tão baixo que não dignifica minimamente o trabalho, porque no nosso país aquilo que é dignificado na realidade é o capital, não é o trabalho.

No ponto seis, diz também o parecer que esta diferenciação de 5 para 7,5% no acréscimo regional ao salário nacional (reparem bem, açorianos e açorianas!) iria “provocar uma perda de competitividade das empresas regionais face às

suas congéneres a nível nacional, podendo tal facto, inclusivamente, ter repercussões ao nível do emprego”.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados, sobretudo ao partido da maioria, se os apoios incontáveis que são dados nesta Região às empresas (não é aos trabalhadores, é as empresas!) não desvirtuam as regras do mercado, não desvirtuam as regras da concorrência, não desvirtuam a lealdade da competitividade?

Desvirtuam, Sras. e Srs. Deputados!

Mas com isso, aparentemente, ninguém está preocupado.

Só estão preocupados é com a miséria do salário mínimo regional que os trabalhadores nesta Região têm a receber.

Finalmente, dizer a estes 3.297 subscritores desta Petição, que, como outros partidos, o Bloco de Esquerda estará sempre do lado deles quando eles pedirem a um Governo Regional de um Partido Socialista que faça nos Açores aquilo que vende e apregoa todos os dias no continente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As petições sobre a alteração ao Decreto Legislativo Regional que concedeu aos açorianos um diferencial, naquilo que diz respeito ao salário mínimo nacional, de 5%, têm sido recorrentes e têm sido sobretudo apresentadas por iniciativa da CGTP.

Já discutimos aqui algumas vezes esta matéria, já o discutimos em sede de Comissão de Economia.

O que está aqui em causa (é preciso que fique bem claro) não é o aumento do salário mínimo, mas sim o aumento do diferencial entre o salário mínimo nacional que serve de referência em relação àquilo que é o salário mínimo regional.

O Partido Socialista tem mantido a sua postura de coerência em relação a esta matéria.

Gostaria de dizer aqui também que o que está em causa, e uma das principais conclusões ao ouvirmos o primeiro peticionário sobre esta matéria, é que a média salarial nos Açores é mais baixa do que a média salarial a nível nacional. Da última vez que estivemos aqui a discutir esta Petição havia uma anteproposta feita pelo Partido Socialista para que o salário mínimo nacional fosse atualizado.

Neste momento, no decorrer e na discussão desta Petição, o salário mínimo nacional já foi atualizado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que foi dito!

O Orador: ... e, por consequência, obviamente que o diferencial em relação à Região foi também atualizado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há aí uma habilidadezinha!

O Orador: Não, não senhor!

O que eu disse foi que o PS-Açores sempre foi a favor da atualização do salário mínimo nacional e quanto a isso apresentou a sua anteproposta e sempre manteve, aqui, o seu discurso em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não diga asneiras! Deram-lhe esse triste papel!

O Orador: Por outro lado, eu gostaria de dizer que em março de 2014...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, deram-lhe esse triste papel! Está a defender o indefensável!

O Orador: ... o Coordenador da CGTP afirmou que caso fosse aumentado o salário mínimo nacional iria retirar a proposta de alteração do acréscimo regional, situação que não se veio a confirmar, porque o salário mínimo nacional já foi atualizado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E...

O Orador: Mas o que para aqui acho que é mais importante relevar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá quem é que atualizou o salário!

O Orador: ... é que devemos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A divergência salarial entre os trabalhadores dos Açores e os do continente é cada vez maior!

Deputado André Bradford (PS): Foi o PCP que não deixou retirar!

O Orador: O que eu acho que aqui devemos fazer é a promoção do aumento do rendimento das famílias e, por essa via, e como já houve aumento e atualização do salário mínimo nacional em sede de concertação social, é preciso promover o aumento do rendimento das famílias. Isso cabe às organizações sindicais promover a concertação social...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que assim aconteça a favor de todos e da economia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a postura do Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então o Governo Regional não manda nada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado não diga asneiras!

O Orador: O Partido Socialista Açores, em nenhum momento, pode ser acusado de não estar do lado dos trabalhadores e das famílias açorianas,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não está, não! Está do lado do centrão!

O Orador: ... até porque o Partido Socialista Açores tem mantido, dentro daquilo que são as suas possibilidades em termos legislativos e daquilo que o Estatuto da Região lhe permite, o rendimento das famílias açorianas, nomeadamente dos trabalhadores da Administração Pública e a consagração de um diferencial de 5% em relação ao salário mínimo nacional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os trabalhadores do setor privado? São enteados?

O Orador: Não há no todo nacional partido com capacidade de trabalhar tanto a favor das famílias como o PS-Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os trabalhadores do setor privado são enteados!

O Orador: Por outro lado também queria dizer aos Srs. Deputados que...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Não vale a pena!

O Orador: ... o Partido Socialista trabalha a favor da família e das empresas.

Nos dias de hoje em que o emprego é uma questão fundamental para muitas das nossas famílias, para a nossa sociedade,...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Triste figura, Sr. Deputado!

O Orador:... quando nós estamos a incentivar a iniciativa empresarial na dinamização de postos de trabalho e na dinamização económica, também estamos a ajudar as nossas famílias.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Os resultados das vossas políticas estão à vista!

O Orador: Por isso, o Partido Socialista continua a manter a sua postura em relação a esta matéria. Entendemos que o salário mínimo nacional deve ser sempre objeto de atualização...

Deputado Aníbal Piros (PCP): É por isso que não saímos da corda bamba!

O Orador: ... no âmbito da concertação nacional e, ao nível regional, devemos promover a concertação para que os acordos coletivos de trabalho sejam também atualizados em função daquilo que são as atualizações do salário mínimo nacional.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Coisa que não acontece!

Deputado André Bradford (PS): Pois não acontece, porque os sindicatos não promovem!

Deputado Rogério Veiros (PS): E a culpa é do Partido Socialista!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ou seja, o Governo Regional não manda nada!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para saudar os peticionários neste exercício de direito de cidadania que, naturalmente, deve por nós ser alimentado e deve ser

naturalmente elogiado, independentemente da repetição deste tema. Ele deve vir aqui tantas vezes quantas as necessárias, sempre que um conjunto de peticionários, e não só ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai vir. Aliás em diversas formas. Já estou a pensar em diversas formas para trazer o assunto ao Parlamento!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenha calma!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu estou calmo!

O Orador: Retomando. Deve vir aqui tantas vezes quantas os cidadãos, quantas os açorianos entenderem trazê-lo sob a forma de Petição. Será igualmente acarinhado da nossa parte e será igualmente elogiado da nossa parte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dá para comprar pão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia pura!

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

O Orador: Vou deixar a discussão decorrer ali um bocadinho, para depois retomar.

Presidente: ... eu agradecia que não entrassem em diálogo entre bancadas. Desta forma não é possível ouvir-nos.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

É um direito. É bom que as pessoas o usem e que lutem naturalmente por aquilo que consideram melhor para a sua qualidade de vida, para aumentar, neste caso concreto, para solicitar, para requer, para reivindicar o aumento dos seus rendimentos. Isso é algo que é perfeitamente consensual.

Todos nós, nesta Casa, os que estão falando ou os que não estão falando, ou os que estão ouvindo, consideramos que é absoluta e totalmente importante aumentar a qualidade de vida dos açorianos, designadamente daqueles que se encontram em situação mais debilitada, naturalmente aqueles que auferem

níveis de rendimento menos elevados, como são aqueles que aqui estão em causa.

Naturalmente, gostaríamos de corresponder (não é seja de que forma for!) da melhor forma no sentido que isso se verificasse e víssemos assim que aumentava a qualidade de vida, designadamente dos açorianos que estão em situação mais debilitada neste momento.

Será essa naturalmente a vontade de todos nós, satisfazermos as necessidades daqueles que aqui representamos.

Mas se era positivo, sem dúvida alguma, melhorarmos o rendimento dos açorianos que estão em situação mais fragilizada, sabemos também que fazê-lo desta forma que é sugerida nesta Petição poderia levar a que penalizássemos ainda mais aqueles que estão numa situação ainda mais débil do que aqueles que têm níveis de rendimento mais baixos, e que são aqueles que estão desempregados.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Aníbal Pires (PCP): Pobres...

O Orador: Eu ouvi-o do princípio ao fim. O senhor não é capaz de se calar um bocadinho?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não sou capaz!

O Orador: Com certeza! Vá falando, vá falando!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E agora? Não posso falar?

O Orador: Vá falando.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou ouvindo e estou falando!

O Orador: O senhor diz que não é capaz e eu estou a dizer “vá falando”.

Naturalmente que as empresas não estão neste momento, não estão ainda na atual conjuntura, numa situação em que lhes é possível serem pressionadas ao nível da sua estrutura de custos, designadamente em matéria de custos com pessoal, e ultrapassarem também elas o momento difícil que têm vivido e em que têm contribuído naturalmente para a alimentação desse fenómeno trágico, desse fenómeno muito preocupante que é o fenómeno do desemprego que existe na Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): De benefícios do IRC não fala!

O Orador: Temos quase 20 mil pessoas numa situação de desemprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe, esta era uma boa oportunidade para resolver o desemprego!

O Orador: Essas 20 mil pessoas que estão numa situação de desemprego estão numa situação muito mais frágil, porque não têm sequer quaisquer tipos de rendimentos. Muitas delas deixaram inclusivamente de ter direito a usufruírem do subsídio de desemprego.

Estão numa situação ainda mais frágil do que aqueles que, mesmo pouco, ainda vão ganhando alguma coisa e ao nível do salário mínimo.

Portanto, isto poderia significar também colocar as empresas numa situação ainda mais fragilizada do que aquela que têm vivido ao longo dos anos mais recentes.

Portanto, aquilo que eu diria é que queremos efetivamente que isso aconteça.

Queremos contribuir para aumentar os níveis de rendimento daqueles que estão numa situação de rendimentos mais baixos, aqueles que estão nas classes de rendimentos mais baixos, mas este acréscimo regional à remuneração mínima mensal garantida não é, neste momento, seguramente a situação que mais razoável seria fazer.

Eu diria que, inclusivamente, terá que ser avaliada.

Dizermos que vai aumentar o acréscimo de 5 para 7,5% tem que ter uma sustentação.

Os 5% não acontecem por acaso. Os 5% destinavam-se a compensar os custos de insularidade.

E, por isso, há que avaliar, se calhar, neste momento se serão os 7,5% (se calhar até serão! Ou quando isso for possível!) ou se será até menos de 5, porque eventualmente poderá ter-se verificado uma aproximação, ou se será inclusivamente ainda mais de 7,5%. Mas temos que fazê-lo naturalmente de uma forma sustentada e que traduza efetivamente os diferenciais em termos de custos que existem ao nível dos custos de insularidade.

Por isso, deixando essa mensagem final, é importante que estimulemos a qualidade de vida dos açorianos, designadamente aqueles que vivem numa situação mais fragilizada.

Não podemos é fazê-lo penalizando as entidades que efetivamente criam emprego na Região, que são as empresas, o Setor Empresarial Regional.

Daí que não seja possível ou não seja aconselhável que neste momento seja satisfeita esta pretensão dos peticionários.

Queremos que aumentem os rendimentos mais baixos!

Não podemos fazê-lo penalizando a Região em matéria de emprego, que já se encontra numa situação preocupante como aquela que já se encontra neste momento.

Não resisto (uma vez que o Sr. Deputado Rogério Veiros dizia que era importante estimular, e é aquilo que o Partido Socialista tem feito e é o campeão do aumento do rendimento das pessoas)...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é que era bom!

O Orador: ... a ler uma partezinha que vem no parecer que a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores deu relativamente a esta Petição.

Diz a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores:

“Para a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores há mecanismos, nomeadamente de índole fiscal, como é o caso da reposição do diferencial fiscal entre a Região e o continente, que devem ser adotados e não medidas que penalizam as empresas e conseqüentemente os seus trabalhadores”.

Está aqui uma belíssima ideia.

Sabe o que é que lhe falta, Sr. Deputado Rogério Veiros?

É que o Governo se mexa em relação a esta matéria, porque desde o dia 2 de janeiro que é possível fazê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é assunto recorrente na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e, novamente, agora através de uma Petição, o assunto é colocado outra vez em cima da mesa.

O nosso posicionamento em relação a esta matéria não se alterou. É fácil para os políticos aprovarem medidas destas. É com certeza muito popular, mas temos que analisar estas questões no sentido de tentarmos saber e termos a certeza absoluta que não são contraproducentes do ponto de vista dos objetivos que pretendem atingir.

O objetivo que se pretende atingir é melhorar o rendimento das pessoas, combater o desemprego e obviamente combater também aquelas que são as dificuldades das famílias, que são bem evidentes.

Eu considero, no atual contexto económico nacional, e por maioria de razão, no contexto económico regional, que nós temos dificuldades crescentes que não têm nada a ver ou que superam em muito aquele que é o contexto nacional, que tem a ver com os erros de governação do Partido Socialista e as dificuldades que o Partido Socialista colocou à Região.

Hoje em dia as nossas empresas têm dificuldades acrescidas na Região devido às más opções estratégicas tomadas pelo Governo do Partido Socialista.

Temos aqui dificuldades acrescidas.

Eu considero que neste contexto não é avisado criar-lhes ainda mais um acréscimo de uma desigualdade competitiva em relação às empresas nacionais.

Portanto, nesse sentido, considero que este é o tipo de medida que seria contraproducente, porque obviamente é muito provável que provocasse a retração das empresas em relação à criação de emprego e é provável que viesse a criar dificuldades de tesouraria às nossas empresas, que já têm também, como se sabe, muita dificuldade de acesso ao crédito. Portanto, estão a viver um período extremamente difícil neste contexto regional.

Por isso, embora o partido tenha esse objetivo, consideramos que neste momento não estão criadas as condições para que, em consciência, se possa adotar esta alteração que é aqui pedida através desta Petição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, encerramos assim este ponto e passamos para o ponto sete da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/X - “Regime de integração excecional de docentes contratados mediante concurso interno e externo extraordinário em 2015”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional surge com o intuito de fazer deixar de vigorar o Decreto Legislativo Regional 8/2014, de 23 de junho, aquele que institui um regime extraordinário para a integração de docentes.

Um diploma que sendo, na nossa proposta, para revogar, não deve ser esquecido, por duas razões elementares: pelas vicissitudes que rodearam a sua elaboração até à respetiva publicação num processo que não dignificou este Parlamento, mas sobretudo por uma outra razão, que é a dos prejuízos que ele trouxe a muitos docentes que ainda hoje continuam em contrato na nossa Região.

As regras vigentes neste Decreto Legislativo 8/2014, não cumprem as determinações da União Europeia que estão subjacentes à sua elaboração.

São injustas na ordenação dos candidatos, não concorrem para a estabilidade do corpo docente e nada alteraram, nem alteram, no plano da unidade e da coesão das ilhas.

Daí esta nossa proposta que visa essencialmente cinco objetivos:

- repor a justiça na contratação de pessoal docente;
- aproximar ao máximo possível os critérios de seleção dos candidatos com os critérios vigentes no concurso regular;

- eliminar a obrigatoriedade de concorrer para todas as ilhas;
- estabelecer como condição ter feito três anos de serviço docente nos Açores, seguidos ou interpolados e finalmente;
- fazer tudo isto através de um concurso extraordinário apenas neste ano de 2015.

Na essência são estas as motivações e os objetivos deste Projeto de Decreto Legislativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Sendo assim, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentamos que o Partido Socialista não tenha tido abertura suficiente para, no mínimo, discutir este Projeto de Decreto Legislativo.

O Partido Socialista que durante e depois da aprovação do diploma que hoje rege a integração extraordinária de professores disse às centenas e aos milhares

de professores contratados nesta Região que estava disponível para melhorar o diploma, é o mesmo que agora aqui nem sequer se levanta para dizer uma palavrinha sobre esta iniciativa.

É o Partido Socialista que durante o processo de elaboração do diploma, durante a sua vigência, se disse disponível para melhorar e desse modo contribuir para repor a justiça que este diploma não tem conseguido, que fica no silêncio.

Bastaria atentarmos no seguinte:

No concurso ordinário tiveram a primeira prioridade 1.587 professores.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma declaração de voto? Não fale sobre o voto do Partido Socialista, fale sobre o seu!

O Orador: Com as regras introduzidas pelo Partido Socialista, e só por ele, esse número baixou para 470.

Isso diz bem da injustiça que os critérios introduzidos pelo Decreto Legislativo 8/2014, de 23 de junho, ainda hoje continuam a causar aos nossos docentes contratados, a gente que se disponibilizou durante anos seguidos, nalguns casos mais de 10 anos, a dar um contributo ao nosso sistema educativo regional.

Por insondáveis razões, o Partido Socialista alterou esses critérios (por insondáveis razões!).

Fico-me por aqui nesta declaração de voto, porque cada açoriano, sobretudo os professores contratados, já tiraram as conclusões sobre isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar na nossa Agenda.

Entramos assim no ponto sete: **Petição n.º 25/X – “A população da ilha de São Jorge rejeita os Point of Care”**, apresentada por Ana Bela Oliveira, na qualidade de primeira subscritora.

Para apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“A POPULAÇÃO DA ILHA DE SÃO JORGE REJEITA OS POINT OF CARE.”

ANGRA DO HEROISMO, 2 DE SETEMBRO DE 2014

CAPÍTULO I

Introdução

A 7 de abril de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 25/X, intitulada “A população da ilha de São Jorge rejeita os Point of Care”, que reúne um total de 1454 (mil quatrocentas e cinquenta e quatro) assinaturas, tendo como primeira signatária Ana Bela T. Oliveira.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 2 de setembro de 2014, na delegação da cidade de Angra do Heroísmo.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas

à saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 30 de maio de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa, da cidade de Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto exigir “1 – Que não sejam implementados os “point of care” como alternativa ao modelo atualmente em vigência. 2 – Que não sejam substituídos os laboratórios de análises por um sistema de recurso, incerto, duvidoso e eventualmente até mais oneroso. 3 – Que quem nos governa, de Santa Maria ao Corvo, não deve contribuir para o aumento da clivagem de acessibilidades, mas deve investir para combater e atenuar as assimetrias.”. Assim, os subscritores da petição “1º -Entendem que o Governo Regional deve procurar melhorar os Centros de Saúde da ilha de São Jorge, otimizando o seu funcionamento e a sua capacidade de resposta. 2º - Solicitam a todos os deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que tomem as medidas necessárias para proteger a saúde dos jorgenses e de todos os açorianos e nome da igualdade e da justiça social”.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição;
- Audição do Secretário Regional da Saúde;
- Solicitar parecer escrito ao Conselho de Ilha de São Jorge.

1) **AUDIÇÃO DA PRIMEIRA SUBSCRITORA, ANA BELA T. OLIVEIRA**

A primeira subscritora foi ouvida na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, a 25 de julho de 2014, através de audioconferência. Explicou que a iniciativa surgiu como forma de demonstrar o descontentamento e a preocupação generalizada, inclusive da comunidade médica de São Jorge, perante as notícias nos órgãos de comunicação social sobre a implementação dos point of care naquela ilha. Registou que não põem em causa a fiabilidade dos dispositivos utilizados e escolhidos pelo Serviço Regional de Saúde, apenas os assusta e preocupa a substituição das tradicionais análises por estas em situações de emergência médica, pelo que pretendem a interdição destes dispositivos na ilha de São Jorge.

Não tendo mais a acrescentar, a peticionária ficou à disposição para eventuais esclarecimentos, ao que os deputados Félix Rodrigues (em substituição da deputada Ana Espínola), Domingos Cunha, Ricardo Cabral (em substituição do deputado Ricardo Ramalho) e o deputado Luís Maurício recorreram para colocar algumas questões.

O deputado Félix Rodrigues questionou a peticionária se esta não tem confiança nas declarações proferidas pelo Secretário Regional da Saúde ou, se é pelos jorgenses se sentirem cobaias na introdução deste sistema novo, evidenciando o receio do desconhecido, ao que a peticionária respondeu que não se trata de descredibilizar estes novos aparelhos, até porque pela informação que conseguiu reunir os aparelhos são utilizados em diversas partes do mundo. Sentem-se cobaias, sim, na medida em que a realidade arquipelágica impõe

condicionalismos próprios, como em situações de emergências médicas em que seja necessário proceder a evacuações aéreas, onde este tipo de análises em conjunto com o tempo despendido entre o centro de saúde e o hospital poderão por em causa uma vida.

O Presidente da Comissão, deputado Domingos Cunha, questionou a peticionária se esta tem conhecimento se os equipamentos em causa já estão em funcionamento em São Jorge, ou se se mantem os equipamentos que já estavam implementados, ao que a peticionária respondeu que segundo a informação que conseguiu apurar seriam implementados a 1 de abril. De fonte não oficial apurou também que os mesmos estão implementados, mas não em detrimento dos anteriores, por isso não pode precisar se estão ou não em funcionamento.

O deputado Ricardo Cabral questionou a peticionária quais as razões para não acreditar na eficiência dos equipamentos point of care, sabendo que os mesmos já estão implementados na ilha do Pico. A peticionária respondeu que também tem conhecimento de na ilha do Pico existir um descontentamento da população, embora este não tenha sido expresso de forma pública e por escrito, como em São Jorge. Comentou ainda, que tem conhecimento que os Estados Unidos da América e o Brasil mantêm reservas quanto à fiabilidade destes equipamentos, o mesmo acontecendo a alguns serviços de urgência médica, e que nunca ouve garantia que os mesmos não falham.

O deputado Luís Maurício enalteceu o espírito de iniciativa dos peticionários que souberam consubstanciar o movimento de contestação generalizado à instalação dos “point of care” em São Jorge e referiu a posição de princípio defendida pelo PSD: a de que nas Ilhas sem Hospital deveria existir um Laboratório de análises clínicas a funcionar 24 horas. De seguida questionou a peticionária se a preocupação desta deriva da fiabilidade dos resultados transmitidos pelos equipamentos point of care ou, se deriva da informação dada por esses mesmos resultados. Esmiuçando a pergunta, o deputado perguntou se a preocupação se centra na insuficiência de análises obtidas a partir de determinado cartucho proposto pelo Serviço Regional de Saúde ou, se por outro lado se centra no facto de que utilizar estes equipamentos a partir de

determinada hora simboliza uma poupança significativa para o Serviço Regional de Saúde. A peticionária disse não ter fundamentação científica, nem erudita para se pronunciar sobre essa parte. A preocupação centra-se na qualidade da Saúde em São Jorge, e se os próprios médicos se encontram apreensivos em relação a estes equipamentos, logicamente os açorianos também têm de se encontrar apreensivos. Quanto aos cartuchos utilizados, a peticionária disse ter conhecimento dos mesmos, e limitou-se a concluir defendendo que a saúde pública não deve ser posta em causa por questões económicas.

2) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), LUÍS CABRAL

A audição do Secretário Regional da Saúde teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, a 25 de julho de 2014.

Começou por informar que os equipamentos point of care vieram aumentar a capacidade de resposta, e permitir, de forma mais célere, a obtenção de resultados analíticos, implicando uma melhoria nos cuidados prestados e uma maior rapidez em contexto do serviço de urgência, como é o caso dos problemas respiratórios e que representam 30 a 35% dos doentes de urgência.

Acerca da petição, o SRS disse interpretar da mesma que os peticionários não estão propriamente contra os equipamentos point of care, mas sobretudo contra as alterações funcionais daí decorrentes. No que a isto diz respeito, o SRS disse não estar em causa a fiabilidade dos equipamentos. Não estando em causa a necessidade permanente de existirem as análises convencionais, a implementação destes equipamentos permite, também, fazer alterações aos horários de funcionamento dos laboratórios de análises clínicas, sobretudo no que respeita ao serviço de urgência onde é possível obter resultados mais céleres definindo se a situação é grave ou não, e se implica ou não necessidade de evacuação médica. O SRS informou, também, que os point of care já estão a funcionar em todas as ilhas, sendo que no Corvo sempre foi utilizado este sistema e no Pico já se encontra em funcionamento há mais de um ano. A ilha de São Jorge tem sido, realmente, a que tem apresentado maior resistência à sua utilização. Neste sentido, o Governo Regional dos Açores tem trabalhado de

forma a reunir consensos, nomeadamente com o Conselho de Ilha e com os médicos, concluindo que a utilização dos point of care no período entre as 00 horas e as 08 horas e o recurso às análises convencionais no período compreendido entre as 08 horas e as 24 horas vêm revelar-se como uma mais-valia relativamente aos procedimentos anteriores. Sobretudo na otimização de recursos humanos, uma vez que dois técnicos de laboratório de análises clínicas são suficientes para assegurar todo o trabalho de rotina, durante o período normal de funcionamento, sendo que o período das 00 horas às 08 horas destina-se, exclusivamente, a atendimento urgente.

Seguiu-se um período de esclarecimentos que contou com a participação dos deputados Félix Rodrigues, Domingos Cunha, António Pedroso (a assistir).

O deputado Félix Rodrigues questionou qual o número de análises que cada cartucho permite fazer; quantos Kits são utilizados, em média, por ano, em São Jorge; se os cartuchos utilizados são os tipo base e se incluem uma vasta gama de análises e finalmente, qual o prazo médio de validade desses Kits.

O Presidente da Comissão, deputado Domingos Cunha, questionou o SRS se os equipamentos point of care, sendo reconhecidos como preferenciais, estão a substituir os equipamentos de análises convencionais ou estão a funcionar apenas no período compreendido entre as 00 horas e as 08 horas.

O deputado António Pedroso colocou duas perguntas ao SRS, se este garante que a segurança das pessoas vai aumentar e qual a redução prevista em termos financeiros com esta otimização de recursos humanos, bem como os motivos que conduziram a isso.

O SRS, respondendo aos deputados intervenientes, começou por esclarecer que os fabricantes dos equipamentos point of care são os mesmos dos equipamentos de análises convencionais, logo disse não se sentir com legitimidade para questionar a fiabilidade de equipamentos construídos por entidades credenciadas; estes equipamentos são utilizados em contextos muito exigentes a nível hospitalar, nomeadamente em cirurgias e cuidados intensivos; em relação aos kits, estes são utilizados de forma individual para cada utente e são adquiridos em função das necessidades de cada Unidade de Saúde de Ilha

(USI), segundo consumos definidos pelas mesmas. Cada kit custa entre 3 a 15 euros dependendo da análise a ser efetuada; o prazo de validade, o SRS disse que julga variar consoante tipo de kit, mas não tem presente esse dado. Quanto ao diagnóstico de doenças infetocontagiosas serão obviamente necessárias análises adicionais, sendo que em alguns casos estas nem são realizadas nas USI. Estes equipamentos destinam-se a análises de caráter urgente, para diagnóstico da necessidade de medicação imediata ou não; havendo necessidade de análises complementares a colheita será feita e analisada na manhã seguinte – em nada se altera o normal funcionamento dos laboratórios, seja em contexto urgente ou não urgente. A implementação dos point of care vem permitir, além do seu principal objetivo – uma maior eficiência, uma otimização de recursos humanos, dispensando a realização de horas extraordinárias nesta área e contribuir para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, permitindo uma poupança em cerca de 370 mil euros. Acrescentou que são necessários gastar 15 kits para equiparar ao custo adicional inerente ao laboratório, sem contar com os custos dos reagentes necessários aos laboratórios. A utilização dos point of care permite identificar uma patologia de enfarte agudo do miocárdio em, aproximadamente, 2 minutos, enquanto pelas análises complementares são necessários cerca de 20 minutos, acrescidos do tempo de espera até chegar o técnico à USI. À questão colocada pelo deputado Domingos Cunha, o SRS disse que está a verificar-se uma utilização paralela e concomitante com os laboratórios, não existindo qualquer indicação em contrário; apenas no período já indicado, das 00 horas às 08 horas, se constata o uso exclusivo dos point of care. Quanto à segurança questionada pelo deputado António Pedroso, o SRS disse não ter qualquer dúvida que, em contexto de serviço urgente, prefere o sistema de point of care ao sistema convencional.

O deputado Ricardo Cabral comentou que, se por um lado existem pessoas, como os subscritores da petição, com dúvidas acerca da fiabilidade dos point of care, outros hão que já perceberam o seu funcionamento, confiando plenamente na sua eficiência e como meio de obter uma resposta mais célere; por sua vez, questionou o SRS se este tem conhecimento de algum problema detetado na

implementação desta metodologia de trabalho na ilha do Pico e qual o grau de satisfação dos cidadãos nessa ilha. O SRS concordou que este receio inicial se deve ao medo, natural, do desconhecido e que a ilha do Pico exemplifica na perfeição essa situação. Explicou que, no início existiu resistência por parte de alguns médicos, nomeadamente na USI da Madalena, e que se verificaram algumas alterações de horário de funcionamento em serviço de urgência. No período inicial registou-se um aumento do número de doentes enviados para o hospital da Horta, mas rapidamente esse movimento regrediu e voltou à normalidade não havendo registos, atualmente, de qualquer situação anómala. Após um ano de experiência nesta ilha, o SRS disse que, à exceção da situação já identificada inicialmente, não se registaram aumento de evacuações aéreas ou marítimas. Além disto, há cerca de 3 meses, a ilha do Pico decidiu fazer uma centralização de laboratórios de análises no Centro de Saúde da Madalena, ficando os Centros de Saúde de São Roque e Lajes do Pico a utilizar os equipamentos point of care em regime de 24/24 horas, decisão bem notória da fiabilidade conquistada por estes equipamentos e da confiança adquirida pelos cidadãos desta ilha.

O deputado António Pedroso defendeu que se trata de perder um serviço de laboratório existente durante anos em São Jorge, em detrimento de um equipamento que, sendo célere, é também limitado no número de análises que realiza. Além disto, ainda acrescentou que a ilha do Pico não serve de exemplo, pela proximidade que tem à Horta, que tranquiliza e permite um envio rápido, por via marítima, de uma colheita de sangue para analisar naquela ilha.

O deputado Félix Rodrigues disse continuar com dúvidas na avaliação que faz destes equipamentos, desde logo pela designação dos mesmos – point of care - termo estrangeiro que gera confusão e receio por ser desconhecido. Disse também não ter ficado claro se os cartuchos utilizados nas USI são generalizados ou se tem opções complementares e qual o stock existente em cada USI.

O deputado André Rodrigues questionou qual o tempo de resposta necessário para o sistema point of care identificar a necessidade de evacuação e se este

tempo se coaduna com os praticados pelo laboratórios; e questionou se existem vantagens para as crianças e bebés na utilização destes equipamentos, pela quantidade de sangue necessária a uma recolha de sangue a estes utentes.

O SRS, em resposta ao deputado António Pedroso, salvaguardou que o laboratório continua a existir permitindo o acesso por parte dos utentes, apenas com um horário diferente.

Ao deputado Félix Rodrigues, o SRS respondeu que as vantagens estão explícitas no que são os equipamentos permitindo que o laboratório funcione mais tempo, ao mesmo tempo que permite também a utilização dos point of care; permite uma poupança de 370 mil euros/ano. Quanto ao termo utilizado, o SRS reconhece no comentário do deputado Félix Rodrigues que os termos utilizados devam ser mais próximos da população para evitar receios desnecessários. Relativamente aos cartuchos, o SRS disse existirem 8 tipos de cartuchos, que podem ser utilizados de forma isolada ou composta e quanto aos stocks, São Jorge teve que enviar alguns dos seus cartuchos para outras ilhas, uma vez que não teve utilização para o stock que tinha disponível, garantindo que todas as ilhas tem stock para garantir as necessidades de cada uma delas.

Ao deputado André Rodrigues, o SRS referiu que no sistema anterior eram necessários cerca de 20 minutos mais o tempo que demorava o técnico a chegar à USI para realizar uma análise, não justificando o tempo perdido e a eficiência desperdiçada quando com estes equipamentos em cerca de 2 minutos é possível identificar a situação.

Quanto aos bebés e crianças, o SRS esclareceu que aqui se encontra mais uma vantagem, uma vez que estes equipamentos necessitam de menor quantidade de sangue e a recolha é feita no dedo e não na veia, como no sistema convencional.

Pareceres:

O parecer emitido pelo Conselho de Ilha de São Jorge faz parte do presente relatório, dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Popular Monárquico, o voto contra do Partido Social Democrata e a abstenção do CDS-PP emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1454 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento;
- 2) Na USI de São Jorge a utilização dos equipamentos “Point-of-Care” é feita em paralelo e concomitantemente com os laboratórios instalados, sendo utilizados, preferencialmente, no período das 00h00 às 08h00;
- 3) Os laboratórios instalados continuam a funcionar para as análises convencionais;
- 4) Os equipamentos “Point-of-Care” são construídos por indústria da especialidade credenciada, são fiáveis e são utilizados em muitas Unidades de Saúde, incluindo, Hospitais;
- 5) São equipamentos utilizados em situações específicas e de urgência, mas não substituem o funcionamento normal dos laboratórios convencionais instalados;
- 6) São equipamentos que identificam ou confirmam problemas de saúde em cerca de 2 minutos, tempo muito inferior ao praticado no laboratório convencional (média de 20 minutos sem contabilizar o tempo que decorre até à chegada do técnico);
- 7) Utilizam kits específicos e outros mais generalizados, e a USI de São Jorge, como as restantes USI possuem stocks disponíveis para as necessidades;
- 8) A implementação dos equipamentos “Point-of-Care” também permite uma melhor rentabilização dos recursos humanos, a diminuição de horas

extraordinárias e contribui para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde;

9) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

O Partido Social Democrata juntou a declaração de voto que se transcreve: "O PSD vota desfavoravelmente o Parecer da Comissão dos Assuntos Sociais, na defesa do princípio de que se deverão manter em funcionamento, durante 24 horas, nas Ilhas sem Hospital, como é o caso da Ilha de São Jorge, um Laboratório de Análises Clínicas. No nosso entender, não constituem justificação para o encerramento entre as zero e as oito horas da manhã do Laboratório de Análises Clínicas, medidas de "poupança", como afirmou o Senhor Secretário Regional da Saúde, de 370 000 euros, quando está em causa e deve estar sempre em primeiro lugar, a segurança dos Doentes".

A Relatora, Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, do PSD e do PPM e a abstenção do CDS-PP.

O Presidente, Domingos Cunha

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então avançar na nossa Agenda e entramos no ponto nove.

Sras. e Srs. Deputados, eu vou ser tolerante hoje e dar a palavra ao Sr. Deputado António Pedroso, mas isto um dia vai acabar, porque de facto eu pergunto por duas e três vezes se há inscrições e não há... Mas pronto, o Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD saúde os peticionários que originaram esta Petição que aqui vem, com 1454 assinaturas, tendo como primeira signatária Ana Bela Oliveira e que expressa a vontade de uma população, que perante a ameaça de lhe ser retirado um serviço que usufrui há anos, e considerando que a saúde é um dos bens mais preciosos, usou de um direito de cidadania que lhe assiste num estado democrático para reivindicar a sua vontade e os seus direitos.

Os Jorgense, na sua maioria idosos e residindo numa ilha que não tem hospital, viram-se confrontados com a redução de serviços de saúde nomeadamente com a ordem de encerramento parcial dos seus laboratórios de análises clínicas.

Esta decisão que ainda não foi devidamente explicada pelo Governo Regional preocupa profundamente os jorgenses e foi anunciada contra a opinião e vontade dos corpos clínicos das unidades de Saúde de São Jorge.

Em carta assinada por todos os médicos de São Jorge e enviada ao Secretário Regional da Saúde, os clínicos acusam o Governo Regional de discriminarem violentamente os jorgenses em relação aos residentes das ilhas que tem hospital. Além disso, consideram a medida injusta, imponderada e perigosa.

Esta medida vai contribuir para o aumento de clivagem de acessibilidades, em vez de combater e atenuar assimetrias.

A instalação de laboratórios de análises clínicas nas unidades de saúde regionais foi sempre anunciada pelo Partido Socialista como uma medida a pensar nas pessoas e naquilo que o então Presidente do Governo considerava “avanços civilizacionais”.

Agora o Governo Socialista parece apostado em fazer esquecer esse progresso civilizacional, chegando ao ponto de, entre assegurar a saúde dos açorianos ou

cortar nos serviços, optar sempre por cortar nos serviços que são prestados aos açorianos.

Nas palavras do Sr. Secretário da Saúde, esta é uma medida economicista, que em São Jorge vai poupar cerca de 3000 euros por mês.

É muito difícil para um idoso jorgense entender essa imperiosa vontade de poupar 3000 euros enquanto o mesmo Governo não tem qualquer inibição em gastar 200 mil euros no apoio a um concerto de música de verão.

Estes 200 mil euros gastos numa simples noite musical dariam para pagar cerca de 6 anos de manutenção dos serviços de Laboratórios de análises clínicas em São Jorge.

Qual o critério de poupança que se utiliza nesta Região?

O PSD não está contra a animação cultural, mas não pode tolerar o abandono ao seu destino de populações, sem cuidados médicos mínimos.

Quando o Partido Socialista se candidatou às eleições regionais de 2012, nunca afirmou ser sua intenção proceder ao encerramento desses laboratórios, nunca anunciou ser sua intenção reduzir na quase totalidade a deslocação de especialistas, assim como nunca anunciou que iria aplicar ao sector medidas de austeridade que têm como consequência a degradação dos serviços e a redução da qualidade destes mesmos serviços.

No entanto, temos assistido à atribuição de verbas para animais errantes, para hospitais de animais, discute-se os custos da esterilização dos gatos, e os jorgenses questionam-se, em que patamar estão.

Os jorgenses exigem simplesmente ser tratados com dignidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar de vidas humanas, de açorianos a quem lhe são negados o direito a uma vida com o mínimo de segurança, só pelo facto de viverem numa ilha com menos população. Estamos falando de uma população que vive numa Região em que o Governo se orgulha de ter *superavits*, e uma boa gestão, mas que na prática, 3000 euros lhe faz falta para qualquer coisinha, e decide cortar a direito sem pensar nos pressupostos.

Será que o estudo para reestruturar a Saúde nos Açores também foi reduzido de 200 para 40 páginas, será que a vida e dignidade de alguns açorianos, incluindo os jorgenses, foram sumariamente reduzidos a um corte fatal de serviços mínimos de saúde?

Esta medida que deveria ter tido início a 1 de abril do ano passado, foi suspensa pelo Sr. Secretário, depois de reunir com o conselho de ilha de São Jorge em conjunto com os médicos da ilha.

O PSD em conferência de imprensa com todos os seus Deputados eleitos pelas ilhas que não tem hospital, manifestou que deveria haver pelo menos um laboratório em cada uma destas ilhas em serviço 24h por dia.

Embora entendamos que tem de haver contenção de custos não é admissível abandonar populações sem o mínimo de serviços de Saúde.

O equipamento “Point-of-Care” não substitui um laboratório de análises clínicas, em parte alguma do mundo.

Esta substituição pretendida, traz consequências graves na ótica de todos os médicos clínicos de São Jorge.

Numa situação de urgência, quando for necessário fazer um diagnóstico, num caso de evacuação necessária, sem o mínimo de informação analítica, poderá provocar a recusa de uma evacuação por não ter informação suficiente disponível.

Até para os acompanhantes dos doentes com o absentismo inerente à deslocação/evacuação com custos económicos, sociais e afetivos que a mesma acarreta.

Perante toda esta apreensão dos médicos de São Jorge é natural que a população se preocupe em defender a saúde pública que não deve ser posta em causa por questões económicas.

O PSD estará sempre ao lado da população de São Jorge defendendo o seu bem-estar e no intuito de assegurar que não lhe será vetado o direito de beneficiar de um serviço de saúde com o mínimo de qualidade e segurança que os jorgenses bem merecem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal havia mais!

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudamos os subscritores desta Petição.

Pela ação cívica desenvolvida trazem novamente a esta Assembleia um tema controverso relacionado com as políticas de saúde propostas por este Governo Socialista, imbuído do espírito reformista e reformador do Sr. Secretário Regional da Saúde.

O CDS-PP, eu própria, no cumprimento das minhas funções, denunciei a reforma silenciosa que a tutela mandou fazer em São Jorge substituindo a fiabilidade dos laboratórios de análises clínicas por sistemas descartáveis designados por “Point-of-Care”...

Esta inovação tem dado muito que falar, gerando acentuada discordância no seio da comunidade médica e da população que será abrangida por este novo sistema.

O Secretário da Saúde assegura que o “Point-of-Care” é um sistema seguro!

A literatura e os próprios fabricantes referem que, sendo seguro, é apenas complementar a um laboratório convencional.

O Secretário da Saúde diz que é um equipamento fiável!

A literatura refere que, sendo fiável, depende do utilizador e da amostra!

O Secretário da Saúde afirma que é necessário tomar medidas que tornem o Sistema Regional de Saúde sustentável e que com os “Point-of-Care” já alcançou poupanças nos serviços.

Quanto à sustentabilidade estamos de acordo... Porém, quanto às poupanças temos divergências...

A única poupança que foi alcançada foi à custa do salário dos técnicos dos laboratórios! Poupe-se nos trabalhadores e nos doentes!

No caso de São Jorge deixou de haver dois Laboratórios de Análises Clínicas na Unidade de Saúde de Ilha e dois técnicos de diagnóstico e terapêutica (um em cada centro de Saúde: Velas e Calheta) em regime de prevenção simultânea, à noite, para ficar apenas um técnico num dos Centros de Saúde, em alternância, a realizar os exames laboratoriais nos serviços de atendimento permanente desses mesmos centros de saúde.

Ninguém está satisfeito com esta forma (e reforma) de cortar nos custos, às custas de um serviço de Laboratório de Análises Clínicas que tem apoiado, e muito bem, os serviços dos Centros de Saúde de São Jorge, cujos meios complementares de diagnóstico que dispõe são apenas o Laboratório de Análises Clínicas e o Serviço de Radiologia Convencional.

Em São Jorge gerou-se a maior controvérsia em torno do sistema de análises “Point-of-Care”, sendo das poucas ilhas sem hospital que expôs publicamente a sua posição contrária e de repúdio a esta medida do Secretário da Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gradualmente, as ilhas sem hospital têm assistido a uma redução dos seus meios de assistência: os médicos especialistas vão a conta-gotas e a deslocação de utentes para consultas de especialidade nos hospitais são uma miragem.

Agora, a tutela pretende demonstrar que com menos exames laboratoriais no serviço de atendimento permanente dos Centros de Saúde das ilhas sem hospital o diagnóstico será tão assertivo e eficaz quanto aquele que é feito com recurso a uma análise clínica elaborada pelo serviço de Laboratório.

Embora podendo o CDS-PP concordar com alguns aspetos do parecer vertido pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, relativamente a esta Petição, e embora o parecer ainda faça referência ao facto de que na USI de São Jorge a utilização dos sistemas de análises clínicas “Point-of-Care” é feita em paralelo e concomitantemente com os laboratórios instalados, sendo utilizados, preferencialmente, no período das 0H00 às 8H00, o facto é que a tutela entende que se trata de um período transitório ao qual se seguirá a implementação definitiva dos sistemas “Point-of-Care” no Serviço de Atendimento Permanente no período após o horário normal de funcionamento do Laboratório!

Não querendo ser repetitiva, não posso deixar de defender os jorgenses, juntando a minha voz e a voz do CDS-PP a eles:

O Governo Regional não deve tirar os poucos meios que os médicos das ilhas sem hospital têm para os auxiliar a estabelecer um rápido e correto diagnóstico; O Governo Regional não pode mandar implementar equipamentos “point-of-care” para alcançar a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, fazendo isso à custa da diminuição da qualidade dos serviços de saúde prestados à população das ilhas sem hospital... Nestas ilhas somos açorianos, com os mesmos deveres e direitos, que os açorianos das ilhas com hospital.

Não somos açorianos de 2.^a categoria!

Reitero: não é tirando os poucos meios que as ilhas sem hospital possuem que se conseguirá um Serviço Regional de Saúde mais sustentável, nem tão pouco um serviço que se quer de proximidade, dando condições mínimas de trabalho que ajudem a fixar médicos de Medicina Geral e Familiar, outro problema de que São Jorge padece.

O CDS-PP está atento às reformas, algumas graves e outras perigosas, que se têm vindo a implementar na Saúde dos açorianos...

Temos colocado dúvidas ao Governo Regional e demonstrado a nossa preocupação relativamente às políticas de saúde que, a cada dia que passa, afeta os açorianos das ilhas sem hospital, dificultando-lhes o acesso a cuidados básicos de saúde e com o mínimo de qualidade.

Esperamos que o Sr. Secretário Regional da Saúde, o Governo e a maioria socialista tenham o bom senso de ceder às necessidades básicas da população de São Jorge e repensar as opções reformistas que comprovadamente não trazem mais-valias para a prestação de cuidados de saúde, a bem de quem, em situações de aflição, tem de recorrer aos serviços de atendimento permanente das ilhas sem hospital desta Região.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Havia mais

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria saudar os peticionários que, através deste instrumento, participaram num largo debate que ao longo dos últimos anos foi feito em São Jorge sobre os nossos serviços de saúde.

Sobre saúde, em São Jorge, fizemos vários Conselhos de Ilha. Participámos em várias situações em que os jorgenses de uma forma muito empenhada, de uma forma muito responsável, participaram em debates, em reuniões, através do Conselho de Ilha e com a presença, em duas delas, do Sr. Secretário Regional da Saúde.

Queria também dizer aqui que o Partido Socialista participou de forma pró-ativa nestas reuniões (os seus Deputados), tanto naquilo que diz respeito às reuniões do Conselho de Ilha, como em reuniões com responsáveis da saúde, ou mesmo nas reuniões deste Grupo Parlamentar onde a reforma da saúde foi várias vezes discutida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não conseguiu controlar a população!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um pormenor!... Mas conseguiram controlar a propagação, o que é mais importante!

O Orador: O que nós defendemos e aquelas que foram as principais preocupações dos jorgenses foram asseguradas pelo Governo do Partido Socialista: a manutenção de...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois! Aliás vê-se por esta Petição!

O Orador: ... dois centros de saúde avançados com Serviço de Atendimento Permanente e Internamento, dada a orografia da nossa ilha e a distância a que os centros de saúde se encontram de parte da população da Ilha de São Jorge.

No que ao “Point-of-Care” diz respeito, nós tivemos em São Jorge uma reunião com a presença do Sr. Secretário e com a presença de médicos e de técnicos da Unidade de Saúde de Ilha, onde o assunto foi discutido.

Desse Conselho de Ilha foi decidido que o Sr. Secretário, novamente, pela sua disponibilidade reuniria com os médicos de São Jorge para que fossem tomadas as decisões relativamente ao futuro deste serviço em São Jorge.

Dessa reunião ficou claro que, e ao que o Conselho de Ilha também concordou, é importante que os médicos de São Jorge sintam segurança na prestação de cuidados de saúde aos jorgenses, porque é nas mãos deles que os jorgenses depositam a sua saúde, sobretudo em situações de emergência médica.

Daquilo que eram as propostas iniciais que estavam a ser discutidas, em que os laboratórios encerrariam num horário, inicialmente a partir das 16H00, e depois a partir das 20H00, foi decidido, pelo acordo entre os médicos de São Jorge e a Secretaria Regional, que o encerramento dos laboratórios se faria das 0H00 às 8H00 e que seriam facultados, aos médicos da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge, outros equipamentos para que as análises que são feitas durante este período respondessem a outro tipo de informação que o equipamento inicial não o previa.

Conclusão: no final da implementação do “Point-of-Care” mais os aparelhos que em breve chegarão a São Jorge,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não são aparelhos! São equipamentos!

O Orador: ... os médicos de São Jorge terão ao seu dispor um conjunto mais alargado de análises e de informação, que será prestada por estes equipamentos de informação, mais rápido e célere.

Os Deputados e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão aqui com a firme convicção de que, após esta reunião, aquilo que irá ser implementado na Unidade de Saúde de Ilha responde àquilo que foram as exigências dos médicos e, por conseguinte, as exigências dos médicos correspondem àquilo que são as exigências da nossa população em cuidados de saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está aqui em condições de assegurar que no final desta reforma que está a ser implementada no Serviço Regional de Saúde os jorgenses têm melhores cuidados e melhores condições de saúde, porque vão ser-lhes disponibilizados mais técnicos e mais meios para a sua saúde.

Por esta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova este relatório e considera que o encerramento dos laboratórios da 00H00 às 8H00 é, neste momento, uma questão consensual com os médicos de São Jorge e com a saúde em São Jorge.

Por essa matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuará sempre ativo, vigilante nesta matéria, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (os jorgenses podem ter a firme convicção!) estará sempre ao lado dos jorgenses naquilo que de mais é necessário e num fator de extrema importância como é a saúde de cada um.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer iniciar esta intervenção saudando os peticionários no exercício deste direito e da sua cidadania.

Relativamente ao objeto da Petição, a utilização dos sistemas “Point-of-Care Testing”, foram sistemas concebidos para situações de emergência (hospitais de campanha, etc., etc.), mas que com o tempo começaram a ganhar um uso generalizado devido a alguns ganhos em termos de celeridade, isto em relação aos sistemas tradicionais, mas também às poupanças que permitem ao dispensar a existência de laboratórios completos.

Contudo existem algumas dúvidas sobre a sua fiabilidade que não é comparável de modo nenhum à de um laboratório.

Portanto, os “Point-of-Care Testing” são utilizados em contextos de emergência médica e até podemos considerar, face à situação de São Jorge, que assim é, uma vez que, e de acordo com aquilo que está dito pela Secretaria Regional da

Saúde, os “Point-of-Care” só são usados entre as 00H00 e as 8H00. Portanto, apenas para situações de emergência.

O mesmo não acontece noutras ilhas e noutros concelhos da Região, em que os “Point-of-Care” são utilizados 24 sobre 24 horas e peço a atenção do Sr. Secretário Regional para essa situação. Eu depois posso dizer-lhe quais é que são.

Isto para dizer o seguinte: não haverá grande problema com a utilização dos “Point-of-Care Testing” se eles funcionarem tendo como complemento o funcionamento de um laboratório completo. Portanto, não é esse o problema.

Relativamente a esta questão há aqui mais algumas questões sobre as quais eu queria tecer algumas considerações.

A introdução os “Point-of-Care” em São Jorge não corresponde (e isto é que é grave!) a nenhuma estratégia regional para a saúde, mas apenas a uma vontade de poupar dinheiro.

Pode colocar em causa os cuidados de saúde que todas as populações têm direito e merecem.

Mas há ainda uma outra questão que decorre desta Petição e já referi aqui na última intervenção que fiz sobre saúde.

É que as mudanças no Serviço Regional de Saúde, para além de não corresponderem a uma estratégia coerente, e porque não são devidamente conversadas com as populações (não há efetivamente essa preocupação, não se pode estar à espera que as populações entendam as medidas que são introduzidas) provocam descontentamento e alarme, do qual esta Petição é um exemplo.

Enquanto esse paradigma, enquanto essa forma de atuar do Governo Regional e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não for alterada, não se espera milagres, porque as pessoas precisam de estar convenientemente informadas sobre estas questões, de modo a que as percebam e as aceitem, como é o caso dos “Point-of-Care”.

No caso de São Jorge, como já disse, funcionam apenas entre as 00H00 e as 8H00, numa situação de emergência e depois são complementados pelos Laboratórios.

Queria deixar uma mensagem aos peticionários, a estes e a outros peticionários: Que repitam as petições em 2016! Talvez nessa altura encontrem abertura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que se encontrem outras soluções. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mil quatrocentos e cinquenta e quatro jorgenses, a quem saúdo desde já, dirigiram a esta Casa, através da sua Presidente, uma Petição sob a epígrafe “A população da Ilha de São Jorge rejeita os Point-of-Care”, onde de acordo com o próprio conteúdo da Petição solicitam as diligências da Sra. Presidente no sentido de esta Casa lhes dê resposta a três preocupações concretas:

Uma, “que não sejam implementados os “Point-of-Care” como alternativa ao modelo atualmente em vigência”, ou seja, não excluem a hipótese de serem concomitante, de haver os “Point-of-Care”, mas haver também um laboratório pelo menos em funcionamento 24 horas por dia;

Em segundo lugar, “que não sejam substituídos os laboratórios de análises por um sistema de recurso, incerto, duvidoso e eventualmente até mais oneroso.”

E finalmente “que quem nos governa, de Santa Maria ao Corvo”, obviamente o Governo Regional, não contribua “para o aumento da clivagem de acessibilidades”, mas ao contrário, invista “para combater e atenuar as assimetrias.”.

É isto que os 1.454 jorgenses solicitam a esta Casa, aliás, acompanhados, de acordo com o parecer solicitado em sede de Comissão de Assuntos Sociais, pelo Conselho de Ilha que no dia 30 de maio do ano passado aprovou por unanimidade o conteúdo desta Petição.

Eu permito-me chamar a atenção para a audição da primeira subscritora, que não tive oportunidade de assistir, porque o Bloco de Esquerda não integra a Comissão de Assuntos Sociais, mas que é muito clara e muito rigorosa quando diz, de acordo com o que está vertido no relatório da Comissão que não põe em causa, nem ela nem os outros subscritores, os outros jorgenses, “a fiabilidade dos dispositivos utilizados e escolhidos pelo Serviço Regional de Saúde, apenas os assusta e preocupa a substituição das tradicionais análises por estas em situações de emergência médica, pelo que pretendem a interdição destes dispositivos na ilha de São Jorge.”

Sras. e Srs. Deputados, eu acho absolutamente compreensível, sobretudo atendendo a que estamos a falar de uma ilha envelhecida.

Portanto, estamos muito, muito concretamente a falar de idosos que não só são naturalmente resistentes à mudança, como são sobretudo resistente à mudança quando aquilo que está em causa é a sua saúde.

É absolutamente compreensível quer o rigor com que esta senhora se expressa, quer aquilo que ela deixa perceptível nas entrelinhas. Se nós não compreendemos isto, então não compreendemos nada.

Mais diz esta senhora, esta primeira subscritora, a D.^a Anabela Oliveira, que em São Jorge sentem-se cobaias, “na medida em que a realidade arquipelágica impõe condicionalismos próprios, como em situações de emergências médicas em que seja necessário proceder a evacuações aéreas...”

Diz ainda, a mesma senhora, primeira peticionária que:

“A preocupação centra-se na qualidade da Saúde em São Jorge, e se os próprios médicos [reparem bem, Sras. e Srs. Deputados] se encontram apreensivos em relação a estes equipamentos, logicamente os açorianos [neste caso os jorgenses, porque esta Petição é de São Jorge] também têm de se encontrar apreensivos.”

O rigor, a simplicidade e aquilo que se lê nas entrelinhas desta audição desta senhora é de uma clareza absoluta que não deixa dúvidas a ninguém.

Não é a evolução que está em causa, não é o progresso que está em causa, não é exatamente os “Point-of-Care” e a sua fiabilidade que estão em causa. É o facto

de haver ilhas nesta Região que felizmente umas têm hospital mas a maior parte delas não tem hospital.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: O hospital só pela sua natureza e existência física é um fator de segurança para as pessoas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: A sua inexistência é um fator de insegurança para a vida das pessoas, dos seus familiares, dos seus vizinhos, de toda uma comunidade.

É exatamente por isto que esta senhora nas entrelinhas o que diz é: Nós já não temos hospital! Por favor não nos metam agora um kit “Point-of-Care”, porque nós precisamos de ter a segurança que um laboratório de análises aberto 24 horas por dia nos dá.

O Sr. Secretário Regional dirá assim: é uma questão psicológica!

Se calhar até é, mas é tão importante para a saúde das pessoas, Sr. Secretário Regional da Saúde, que eu acho que deveria ser levada em consideração.

Mas não se opondo a peticionária à evolução e ao progresso, há uma coisa que eu não posso deixar de referir. É que a justificação que o Sr. Secretário Regional da Saúde dá em sede de Comissão, e de acordo com o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, é que com esta medida aumenta-se a confiança dos cidadãos no Serviço Regional de Saúde? Não!

Com esta medida responde-se mais rapidamente, aumenta-se a segurança das pessoas? Sentem-se mais tranquilas? É um reforço na qualidade do Sistema Regional de Saúde? Não!

Aquilo que o Sr. Secretário Regional diz é que poupa 370 mil euros por ano.

É isso que está no relatório.

Sr. Secretário Regional da Saúde, deixe-me dizer uma coisa:

Querer com uma poupança de 370 mil euros por ano assegurar a salvação do Sistema Regional de Saúde, ou é inocência, ou é incompetência.

Mas eu acho que o senhor provavelmente não é inocente e, portanto, deixo-lhe fazer a outra conclusão.

Presidente: Sra. Deputada, sabe que não pode interpelar diretamente o Sr. Secretário, uma vez que o Governo não pode intervir nesta matéria.

A Oradora: Certo. Muito bem!

Vou deixar de me referir... Vou referir o Sr. Secretário sem olhar para ele...

Deputado Berto Messias (PS): É uma interpelação sem olhar!

A Oradora: ... mas é inevitável referi-lo porque ele consta do relatório desta Comissão.

Para dizer o seguinte (não vou olhar para si, Sr. Secretário):

Em agosto de 2014, o Governo Regional financiou um festival, chamado *Festival Green*, nas Sete Cidades, onde só para um concerto, no último dia desse festival, para um DJ qualquer coisa vir lá àquela festa, pagou 270 mil euros, provavelmente por uma hora de DJ (270 mil euros!).

Deputado Luís Garcia (PSD): São as prioridades!

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, jorgenses:

Eu tenho que vos dizer o seguinte:

A única razão objetiva dada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde em sede de Comissão chama-se economicismo.

O Bloco de Esquerda diz daqui ao Sr. Secretário, e ao Governo Regional, para poupar nestas festas, poupar nas derrapagens de obras públicas nesta Região que custam ao erário público 10 e 20 vezes mais do que 370 mil euros por ano, poupar estabelecendo prioridades diferentes daquelas que tem estabelecido e sobretudo respeitar que numa ilha e numa Região como a nossa, neste caso uma região arquipelágica como a nossa, tem toda a razão de ser, tem toda a justificação, é absolutamente compreensível que as pessoas, as populações que vivem em ilhas sem hospital queiram alguma coisa que lhes dê segurança e essa coisa não se chama “Point-of-Care”.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos fazer agora um intervalo. Regressamos às 18H45.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à nossa Agenda. Entramos agora no ponto nove: **Projeto de Resolução n.º 94/X – “Pedido de admissão dos Açores, na qualidade de membro associado, à Organização Mundial do Turismo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são aqueles que temos vindo a utilizar e para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa. Não tinha reparado que o Sr. Deputado Joaquim Machado estava a pedir a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O combate político e partidário faz-se com ideais, com convicções, mas necessariamente também com princípios e com verdade.

Esta tarde, no decurso da discussão do Projeto de Decreto Legislativo que designa a imagem e os bens do Senhor Santo Cristo dos Milagres como «tesouro regional», o Sr. Deputado Berto Messias fez uma acusação grave, que não pude provar, sendo que essa acusação se traduzia no seguinte: de que ele, enquanto Líder Parlamentar do PS, subscreveu o Projeto de Decreto Legislativo Regional e que as oposições, mais concretamente o PSD, teriam eliminado essa assinatura.

Eu tenho, Sra. Presidente, nas minhas mãos, o original desse Projeto de Decreto Legislativo, porquanto deu entrada nos serviços da Assembleia uma cópia deste documento.

Estão as assinaturas de todos os Srs. Deputados dos partidos que subscreveram, bem como de um conjunto de Deputados do PSD da Ilha de São Miguel que quiseram associar-se a este Projeto de Decreto Legislativo.

O tempo já se encarregou até de deixar alguma ferrugem no clip que ainda hoje mantém unidas estas páginas.

Portanto, no local destinado à assinatura dos Srs. Deputados, ainda aqui está um espaço, antes da assinatura do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que se destinava à assinatura pelo Partido Socialista.

Eu vou entregar a V.^a Ex.^a este original, que tinha guardado para mim, como autor material deste Projeto Legislativo, para fazer o favor de entregar ao Sr. Deputado Berto Messias e mandar fazer todas as perícias, todas as verificações que forem entendidas pela Mesa ou pelo Sr. Deputado, para confirmar onde e quando daqui foi retirada a assinatura daquele Sr. Deputado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não foi isso que o Sr. Deputado Berto Messias disse!

Deputado José Ávila (PS): Isso era escusado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não era escusado! É a verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Pergunte ao Sr. Presidente do seu Grupo Parlamentar!

Deputado André Bradford (PS): O senhor está assim por causa do tamanho da pista do aeroporto da Horta! Diminuiu o tamanho da pista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade... Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou alimentar polémicas à volta deste assunto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não pode!

O Orador: Dizer apenas que estas matérias foram tratadas com o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, em quem naturalmente mantenho a confiança institucional que os nossos cargos exigem, e lamento profundamente este episódio protagonizado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado José Ávila (PS): De facto é lamentável! Era escusado! O líder é que podia dizer qualquer coisa sobre isso!

O Orador: ... que mais uma vez lamentavelmente utiliza uma figura tão importante para São Miguel e para os açorianos como uma arma de arremesso político.

O Partido Socialista não compactua com esta atitude absolutamente lamentável do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplauso dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Como ia a dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para apresentar o seu Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM apresenta a esta Casa um Projeto de Resolução cujo objetivo é muito claro. O Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores “recomende ao Governo Regional que inste o Governo da República a solicitar a admissão dos Açores na qualidade de membro associado à Organização Mundial do Turismo”.

Esta Organização, a Organização Mundial do Turismo, tem 156 membros, enquanto países soberanos, e tem uma forte influência no âmbito do turismo e constitui um fórum importante de intercâmbios, um fórum importante de diálogo e de cooperação no âmbito do desenvolvimento das políticas de turismo a nível mundial. É por isso um fórum da maior importância.

Os Estatutos da Organização Mundial do Turismo que integra o sistema das Nações Unidas permitem que entidades autónomas não soberanas possam integrar também a Organização na qualidade de membros associados.

É o caso de seis regiões dotadas de autonomia. Uma delas é a Região Autónoma da Madeira, também Macau, Flandres, Hong Kong, Aruba e Porto Rico.

O nosso objetivo é que os Açores possam integrar também a Organização e, nesse sentido também usufruir da rede de contactos mundiais ao mais alto nível participando nos órgãos mais importantes da organização, nomeadamente o facto de ser Membro associado permite-lhe participar na Assembleia Geral e também participar de forma rotativa no Conselho Executivo da Organização. São entidades da maior importância.

Nós consideramos também que com a entrada dos Açores na Organização Mundial do Turismo se atingia um objetivo que para nós é crucial. Além de todos os contactos, além da participação neste fórum de enorme importância, o que nós pretendemos é também aumentar a projeção externa da Região Autónoma dos Açores e este é um bom fórum de participação e de projeção internacional.

Também pretendemos, com esta iniciativa, sinalizar a importância do setor turístico para o futuro da Região.

Temos um setor agrícola forte, temos um setor das pescas também de dimensão muito apreciável à escala regional.

Nós consideramos que é necessário criar outras valências na economia dos Açores.

O turismo é uma aposta forte que tem vindo a ser concretizada pelos diferentes Governos dos Açores. Temos investido fortemente no crescimento do setor turístico. Consideramos que é muito importante e agora até com as modificações que estão a ser introduzidas no âmbito das acessibilidades dos transportes aéreos e marítimos, consideramos que temos aqui um potencial para crescer finalmente de forma significativa neste setor e fazer do setor do turismo um dos pilares fundamentais da economia dos Açores.

Esta é a nossa leitura estratégica e é o nosso objetivo.

É evidente que por si só a entrada dos Açores na Organização Mundial de Turismo não consideramos que seja algo que vá dar um impulso decisivo, mas que é um fator de notoriedade é, que é um fator importante no âmbito dos contactos e da colaboração ao mais alto nível que a Região pode vir a ter, também é positivo. Temos a experiência da Região Autónoma da Madeira cujos responsáveis políticos... Eu tive oportunidade de tentar perceber um pouco a experiência.

A Madeira integra a Organização desde 1995 e o testemunho é que é importante nesta área, na área do turismo, manter contactos privilegiados ao mais alto nível.

Eu considero que é por isso estratégico para os Açores sentar-se neste fórum ao mais alto nível e participar nos órgãos decisivos da organização.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É preciso percebermos qual a origem da Organização Mundial do Turismo.

É uma Organização que vem desde 1925, na altura em que era denominada pelas associações oficiais de tráfego turístico.

Foi nessa data que se realizou o seu primeiro congresso e é a partir daí que ela surge tendo ganho aqui uma nova dinâmica após a II Guerra Mundial, em que foi rebatizada de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens, que era, no fundo, uma organização não governamental que agregava 109

organizações nacionais e 88 membros associados, tanto no setor público, como no setor privado.

Em 1970 procede-se então à aprovação dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, numa Assembleia Geral extraordinária da União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens.

Em 1974, através de uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, esta transforma-se então num órgão intergovernamental, sendo que apenas em 2003 passou a ser uma Agência Especializada das Nações Unidas.

Portugal adere à OMT em 1976. A Madeira adere, como membro associado, em 1995, e a Região também está presente na Organização Mundial do Turismo como membro filiado, através do Observatório do Turismo dos Açores, desde 2010.

Como foi aqui dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Organização Mundial do Turismo funciona, no fundo, como um grande fórum global onde as questões e as políticas do turismo são debatidas e também definidas, onde há aqui uma grande capacidade de influência para aquilo que se passa em termos globais no setor, mas também uma fonte de partilha de conhecimento prático entre todas as organizações que estão presentes e entre todos os organismos que se fazem representar.

A Organização Mundial do Turismo tem objetivos muito claros, desde logo definir políticas que promovam a própria expansão económica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais.

Neste momento a Organização Mundial do Turismo tem temas de grande importância e de grande relevância para todos nós, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o Desenvolvimento de um Turismo Sustentável, Responsável e acessível a todos, a implementação do Código de Ética Mundial no setor, a Avaliação Económica do Turismo (definindo a sua Conta Satélite) e a Formação e a Gestão de Conhecimentos.

Portanto, há aqui um conjunto de temas muito abrangentes em que a Região tem estado presente através do Observatório do Turismo dos Açores, mas que a

possibilidade de termos outro tipo de atuação e uma maior proximidade junto dos organismos que decidem, no fundo, a política de turismo a nível global, não deve ser de descorar.

Por isso também a nossa concordância com o Projeto de Resolução do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem dado especial importância ao desenvolvimento do turismo, bem como à publicidade dos Açores como destino turístico de excelência.

De facto, estamos numa Região com paisagens exuberantes, singulares e diferentes de ilha para ilha.

Os Açores têm um elevado potencial natural. Mas o facto de sermos nove ilhas também causa alguns transtornos, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade inter-ilhas, devido sobretudo ao exorbitante custo das tarifas aéreas.

Por outro lado, as tarifas para as ligações com o continente também não são menos exorbitantes quando comparadas com outros destinos.

Por estes factos estamos sujeitos a uma elevada sazonalidade no turismo que dificulta a sustentabilidade das empresas do setor.

Dado sermos um destino turístico que acordou há pouco tempo para o mundo, é de todo pertinente termos parceiros que nos auxiliem a potenciar a nossa visibilidade no exterior, bem como ultrapassar algumas dificuldades que só o debate com quem tem mais experiência pode proporcionar.

Sendo a Organização Mundial do Turismo a principal organização internacional na área do turismo, no nosso entender, a Região Autónoma dos Açores deve ser representada como membro associado, assim como já o é a Região Autónoma da Madeira.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazer parte de organizações mundiais credíveis, é sempre uma forma de publicitar a nossa região além-fronteiras.

Depois de no ano passado termos sido a Região com os piores resultados de turismo do país, tudo o quanto possa ser feito para promover os Açores e trazer resultados positivos a esta Região é bem-vindo.

Uma das componentes da Organização Mundial de Turismo é marcar a agenda de turismo a nível mundial, informação e estudos que podem vir a ser importantes na ajuda e na definição de estratégias para o turismo a nível regional.

Atualmente, da agenda política da OMT fazem parte temas como: os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio; o Desenvolvimento de um Turismo Responsável, Sustentável e Acessível a todos, com especial atenção aos Países em Desenvolvimento; a implementação do Código Mundial de Ética do Turismo; a Avaliação Económica do Turismo (Conta Satélite), a Formação e a Gestão de Conhecimentos.

A única instituição açoriana que faz parte da Organização Mundial de Turismo é o Observatório de Turismo dos Açores, o que permite a esta instituição como membro associado ter o acesso a todos os estudos e a todo um manancial de informação sobre o sector.

À semelhança da Região Autónoma da Madeira que aderiu em 1995, é certo que os Açores também poderão beneficiar dessa adesão.

Esta Região que tem sido nomeada para tantos Galardões e classificações nos tops da qualidade e natureza, começa a ser conhecida e a dar os primeiros passos além-fronteiras, é eleita como destinos a visitar este ano de 2015 como é o caso recente do jornal inglês The Guardian, e passo a citar os comentário deste órgão de comunicação social que publicou uma lista dos 40 destinos para ser visitar em 2015.

“Em pleno Oceano Atlântico, as nove ilhas vulcânicas dos Açores são um paraíso remoto que ostenta uma incrível vida selvagem e exuberante, paisagens intactas emolduradas por dramáticas praias de areia preta (dos melhores locais do mundo para observação de baleias)”, descreve o jornal inglês, recordando que na última década “tem havido um voo direto semanal de Gatwick para a principal ilha de São Miguel feito pela SATA” e este ano “a Ryanair será a primeira companhia aérea a voar para as ilhas, com voos semanais de Stansted para São Miguel”. Fim de citação.

Agora o facto de possuir vários galardões e fazer parte de muitas organizações internacionais por si só não é suficiente para um desenvolvimento sustentado do turismo nos Açores. Precisamos de muito trabalho interno.

Ainda recentemente vimos na comunicação social um operador açoriano a sugerir que se devia voltar a fazer uma avaliação do tipo de turista que nos visita, como foi iniciado em 1980, a nível nacional e a nível regional. Depois deixou-se de fazer essa avaliação.

Esse estudo avaliava o tipo de turista, os consumos relativos a cada nacionalidade, e mais uma série de informações que possibilitava avaliar o tipo de clientes que nos visitava, e a evolução desses mesmos clientes.

Esta avaliação é essencial para que a estratégia do desenvolvimento do turismo vá de encontro a uma satisfação de quem nos visita.

Não precisamos de estudos milionários para deixar na gaveta, nem de empresas externas pagas a peso de ouro. Os estudos podem e devem ser feitos pelos diversos serviços e instituições locais que já existem e que têm capacidade para o fazer.

Sabemos que as estatísticas apresentadas atualmente não espelham a verdadeira realidade do turismo, sabemos que as dormidas de residentes na hotelaria açoriana são cerca de 25% da totalidade das dormidas, além da dormida dos empresários de negócios, dos atletas, dos programas de idosos que poderá ocupar mais uma percentagem considerável.

Podemos quase afirmar que possivelmente metade das dormidas dos Açores atribuídas ao turismo não são de turistas efetivamente.

Quando um alemão ou outro estrangeiro que nos visita, dormindo em 4 hotéis é contabilizado por 4 alemães, ou que passando em 3 aeroportos é contabilizado como 3 passageiros, verificamos a ilusão dos números multiplicadores. Nem a multiplicação dos pães mencionada na Bíblia funcionou tão bem, porque a multiplicação dos pães aconteceu só uma vez, e aqui a multiplicação de turistas tem acontecido todos os anos.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a falar de quê?

O Orador: Não compreendemos porque é que o Observatório de Turismo dos Açores como membro da Organização Mundial de Turismo não tenha transmitido ao Governo indicações que orientasse o rumo para o turismo nos Açores.

Será que transmitiu e não foi aplicado?

Sabemos que há estudos da OMT com mais de 200 páginas, e esperamos que nos Açores não sejam sumariamente reduzidas a 40 páginas,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque desta forma a mensagem essencial corre o risco de se perder.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Fazer parte de organizações internacionais é importante para dar visibilidade a esta Região que ainda é desconhecida na maioria dos mercados. São importantes todos os galardões que nos são atribuídos pelas muitas qualidades que estas ilhas possuem, mas tudo isto se torna irrelevante quando o Governo tem pouca consideração por estudos e opiniões de quem sabe da matéria, e aposta num amadorismo impressionante com os resultados desastrosos que temos tido nos últimos anos.

Este gosto pelos títulos e galardões, que todos apreciamos e que na realidade tem valor relativo, (e agora esta apresentação pelo PPM, deste pedido de adesão), faz-me lembrar o fim da monarquia em Portugal em que muitos títulos

nobiliárquicos foram comprados por gentes ambiciosas, e aproveitou para contar uma pequena história que aconteceu em S. Jorge.

Um agricultor e proprietário que enriqueceu na época da laranja, conseguiu, a custo de uns trocos, o título de Barão. Contente com a notícia, entrou em casa de rompante e abraçando a esposa exclamou: Minha esposa alegrai-vos que agora és Baroa!

E a esposa chocada e emocionada corrigiu: Baronesa meu esposo!

E ele retorquiu: Não interessa! O que interessa é o título, o resto são minudências.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O mesmo vai acontecendo nos Açores: o que interessa são os títulos e o que realmente deveria interessar são consideradas minudências.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): É um belo recitador!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Organização Mundial do Turismo, que no ano de 2003 foi transformada em agência especializada das Nações Unidas, e que é o resultado da transformação da União dos Organismos Oficiais de Turismo, de organização internacional não-governamental em organização internacional de carácter intergovernamental em 1976, é considerada a principal organização internacional na área do Turismo, sendo um fórum global para o debate de

questões relacionadas com as políticas de turismo e uma fonte prática de conhecimentos em turismo.

A OMT desempenha um papel central e decisivo para a promoção do desenvolvimento de um turismo responsável, sustentável e universalmente acessível, com particular atenção aos interesses dos países em desenvolvimento. Esta organização incentiva a implementação do Código Mundial de Ética do Turismo, com vista a assegurar que os países membros, destinos turísticos e empresas, maximizem os efeitos positivos, sejam eles económicos, sociais e culturais do turismo, e por outro lado, minimizem os seus efeitos negativos, com especial relevo para os sociais e ambientais.

Como é referido no Projeto de Resolução, o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista, continuam a atribuir muita importância ao setor do turismo, sendo este um motor de desenvolvimento da economia açoriana, com capacidade de gerar riqueza e com capacidade para criar postos de trabalho.

Atendendo a todas estas observações, o Partido Socialista considera importante que a Região Autónoma dos Açores, e apesar de já estar indiretamente representada desde 2010 pelo Observatório do Turismo dos Açores na categoria de membro afiliado, passe a ser representada ao nível de membro associado como é proposto nesta proposta, e como já acontece com a Região Autónoma da Madeira, com direito a voto e podendo marcar presença, acompanhar de mais perto e de forma mais interventiva a agenda política da OMT.

Este Upgrade potenciaria que a Região Autónoma dos Açores e através do Governo Regional dos Açores, participe de forma pró-ativa no desenvolvimento de novas estratégias que contribuam para a afirmação dos Açores no mercado cada vez mais global e diversificado dos novos destinos turísticos.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 10 da nossa Agenda é a **Proposta de Resolução n.º 6/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013”**, apresentada pela Mesa desta Assembleia.

Os documentos foram distribuídos por todos.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no ponto 11 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X – “Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril”**.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que trazemos aqui à apreciação desta Assembleia prevê a reintegração no perímetro florestal da Terceira de um terreno com cerca de 1,79 hectares que, corria o ano de 2006, havia sido desafetado desse mesmo regime

para ser cedido ao Clube Cinegético e Cinófilo da Ilha Terceira com determinado objetivo, que era a construção de um centro hípico de equitação nesse local.

Entretanto correram até agora cerca de oito anos sem que nada acontecesse.

Posto isto, foi questionada a Direção do Clube em apreço e chegámos à conclusão que não havia neste momento projetos para implementar a iniciativa a que inicialmente se haviam proposto.

Também junto da Câmara Municipal da Praia da Vitória confirmámos que não houve ao longo deste período qualquer intenção da construção destas estruturas que eram o propósito inicial desta cedência.

Assim sendo, e havendo interesse da Direção Regional dos Recursos Florestais em dinamizar esta zona com diversas atividades ao nível dos viveiros florestais de espécies autóctones existentes nas proximidades, resolvemos e propomos a esta Assembleia que o terreno seja de novo afetado ao perímetro florestal da Ilha Terceira para que possa desempenhar as funções no ambiente em que está inserido.

É este o propósito e é isto que trazemos à apreciação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Julgo que também posso colocar à votação em conjunto os dois artigos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, considerando o nosso horário e para não interferirmos no ponto que se segue, vamos encerrar os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10H00.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 26 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco